



ESTATÍSTICAS DO MEIO RURAL



2010 – 2011

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

AFONSO FLORENCE
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

MÁRCIA DA SILVA QUADRADO
**Secretária Executiva do Ministério do
Desenvolvimento Agrário**

CELSO LACERDA
**Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária**

LAUDEMIR ANDRÉ MULLER
Secretário de Agricultura Familiar

JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA
Secretário de Desenvolvimento Territorial

ADHEMAR LOPES DE ALMEIDA
Secretário de Reordenamento Agrário

JOAQUIM CALHEIROS SORIANO
**Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Rural**

JOÃO GUILHERME VOGADO ABRAHÃO
**Assessor do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural**

Série NEAD Especial 14 - Copyright 2011 MDA

Revisão técnica
Ana Carolina Fleury
João Guilherme Vogado Abrahão

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
www.mda.gov.br

**Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Rural (NEAD)**
SBN, Quadra 2, Edifício Sarkis - Bloco D - loja 10 - Sala S2
Cep: 70.040-910 - Brasília/DF
Telefone: (61) 2020 0189
www.nead.gov.br

PCT MDA/IICA - Agenda de Desenvolvimento

Fotos da capa: Arquivo MDA

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural / Ministério do Desenvolvimento Agrário

Estatísticas do Meio Rural 2010-2011

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

4ª edição

Brasília, 2011

DIEESE

D419e Estatísticas do meio rural 2010-2011. 4.ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. -- São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.

292p.

ISBN 978-85-60548-84-2 (MDA)

1. Estatística. 2. Meio Rural - Brasil. 3. Agropecuária. 4. Meio Ambiente. 5. População Rural 6. Educação. 7. Saúde 8. Trabalho Rural I. Título II. DIEESE. III. MDA

CDU: 631:311.13

Apresentação	19
Notas explicativas	21
Siglário	22
CAPÍTULO 1 - TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE	25
■ Estrutura Fundiária	27
T1 Distribuição da área territorial oficial	29
T2 Estrutura fundiária	30
G1 Distribuição da área total dos imóveis rurais por categoria	31
G2 Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total	32
G3 Distribuição do número e da área dos estabelecimentos agropecuários por faixas de módulos fiscais do Inbra	33
T3 Evolução do índice de Gini da propriedade da terra	34
T4 Índice de Gini da propriedade da terra dos países da América	35
T5 Distribuição da área total dos imóveis rurais, segundo situação jurídica	36
G4 Distribuição dos imóveis rurais da Amazônia Legal por situação jurídica e classes de área total	37
G5 Distribuição da área dos imóveis rurais da Amazônia Legal por situação jurídica e classes de área total	38

Sumário

■ Estrutura Produtiva	39
T6 Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários por tipo de utilização	41
T7 Distribuição da área total das pastagens segundo faixa de Unidades Animais por hectare de pastagem	43
G6 Distribuição da área total dos estabelecimentos agropecuários, segundo condição do produtor	44
G7 Distribuição da área colhida da lavoura permanente	45
G8 Distribuição da área colhida da lavoura temporária	46
G9 Distribuição das áreas exploráveis, segundo utilização	47
G10 Distribuição das áreas dos imóveis rurais não explorados por tipo de área	48
■ Meio Ambiente	49
T8 Distribuição das áreas das Unidades de Conservação (UC) Federais e Estaduais por categoria	51
G11 Distribuição das áreas das Unidades de Conservação (UC) Federais e Estaduais por categoria e tipo de uso	52
T9 Área das Unidades de Conservação (UC) Federais por categoria	53
T10 Distribuição das áreas das Unidades de Conservação (UC) Federais por categoria - Amazônia Legal	54
G12 Distribuição das áreas das Unidades de Conservação (UC) Federais por categoria e tipo de uso - Amazônia Legal	55

T11	Área total dos biomas e área protegida por tipo de uso	56
CAPÍTULO 2 - INDICADORES DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS		57
■ Características Gerais da População Rural		59
T12	Estimativa da população por local de residência	61
G13	Evolução da população por local de residência	63
T13	Distribuição dos municípios e da população por classes de tamanhos dos municípios	64
G14	Distribuição da população por sexo, segundo local de residência	65
G15	Distribuição da população por cor/raça, segundo local de residência	66
T14	Distribuição da população residente na área rural por cor/raça	67
G16	Distribuição e estimativa da população por faixa etária, segundo local de residência	68
T15	Distribuição da população residente na área rural por faixa etária	69
■ Educação e Saúde		71
G17	Taxa de analfabetismo por faixa etária e local de residência	73
G18	Distribuição da população por grupos de anos de estudo, segundo local de residência	74
T16	Distribuição da população por escolaridade, segundo condição de atividade, ocupação e local de residência	75
T17	Estimativa da população residente na área rural por sexo e grupos de anos de estudo	76

Sumário

T18	Distribuição dos estudantes de 5 anos ou mais por grau de escolaridade cursado, segundo sexo e local de residência	77
T19	Média de anos de estudo da população residente na área rural por sexo, segundo condição de atividade e ocupação	78
G19	Média de anos de estudo da população residente na área rural por sexo	79
G20	Média de anos de estudo da população por cor/raça e local de residência	80
T20	Distribuição da população por cobertura e tipo de plano de saúde, segundo local de residência	81
T21	Proporção da população por sexo e local de residência, segundo existência de déficit ou excesso de peso e obesidade	82
T22	Distribuição das mulheres por número de filhos nascidos vivos, segundo local de residência	83
■ Características dos Domicílios		85
T23	Distribuição das pessoas responsáveis pelo domicílio por sexo, segundo local de residência	87
G21	Número médio de moradores por domicílio, segundo local de residência	88
G22	Proporção de domicílios urbanos e rurais com equipamentos básicos e outros bens duráveis	89
G23	Proporção de domicílios rurais com equipamentos básicos e outros bens duráveis	90
G24	Distribuição dos domicílios urbanos e rurais por tipo de esgotamento sanitário	91

T24	Distribuição dos domicílios rurais por tipo de esgotamento sanitário	92
T25	Distribuição dos domicílios urbanos e rurais por forma de abastecimento de água	93
T26	Distribuição dos domicílios rurais por forma de abastecimento de água	94
CAPÍTULO 3 - TRABALHO E RENDIMENTO		95
■ Características Gerais do Trabalho no Meio Rural		97
T27	Estimativa da população residente na área rural, segundo condição de atividade	99
G25	Distribuição das pessoas economicamente ativas e dos inativos residentes na área rural por sexo	100
G26	Proporção de ocupados em atividades agrícolas em relação ao total de ocupados	101
T28	Distribuição dos ocupados em atividades agrícolas por posição na ocupação	102
T29	Evolução do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, segundo posição na ocupação	103
T30	Variação do pessoal ocupado em atividades agrícolas por sexo	104
G27	Distribuição dos ocupados em atividades agrícolas, segundo atividade econômica	105
G28	Distribuição do pessoal ocupado na agropecuária por posição na ocupação, segundo sexo	106
T31	Mulheres ocupadas na agropecuária por atividade, segundo posição na família	107
T32	Idade e escolaridade média do pessoal ocupado na agropecuária, segundo sexo	108

Sumário

G29	Distribuição dos trabalhadores agrícolas por classes de horas de trabalho semanal, segundo sexo	109
G30	Distribuição das empresas agropecuárias e do pessoal nelas ocupado, segundo faixas de pessoal ocupado	110
G31	Distribuição dos ocupados na agropecuária, segundo contribuição para a Previdência	111
G32	Distribuição dos empregados em atividades agrícolas, segundo registro em carteira de trabalho	112
T33	Número de empregados formais na agropecuária, segundo atividades econômicas	113
T34	Saldo de admissões e desligamentos, segundo grandes setores e classes de atividade econômica selecionadas	114
G33	Evolução do índice de emprego, massa salarial e rendimento real médio na agropecuária	115
T35	Evolução dos resultados da fiscalização do trabalho na área rural	116
T36	Distribuição dos beneficiários e do valor do seguro-desemprego dos trabalhadores com último emprego na agricultura	117
T37	Distribuição dos ocupados por faixa etária em que começaram a trabalhar, segundo sexo e local de residência	118
T38	Distribuição das crianças de 5 a 14 anos de idade por situação de ocupação e local de residência	119

T39	Distribuição das crianças de 5 a 14 anos que trabalham, segundo sexo e atividade econômica	120
G34	Distribuição e estimativa dos ocupados de 5 a 14 anos sem frequência escolar, segundo sexo e local de residência	121
T40	Distribuição dos ocupados residentes na área rural por grupamentos ocupacionais	122
T41	Tipos de famílias com residência rural, segundo ocupação de seus integrantes	123
G35	Proporção de ocupados em empreendimentos não-agrícolas, residentes na área rural	124
T42	Distribuição dos ocupados rurais não-agrícolas, segundo atividade econômica	125
T43	Distribuição dos empregados no setor privado residentes na área rural por porte do empreendimento não-agrícola, segundo setor de atividade	126
■ Rendimento		127
T44	Rendimento médio mensal nominal das pessoas residentes em domicílios rurais, segundo condição de atividade e ocupação	129
G36	Distribuição dos ocupados na agropecuária por faixa de rendimento, segundo sexo	130
G37	Renda média mensal do pessoal ocupado na agropecuária por atividade, segundo sexo	131
T45	Valor e distribuição do rendimento médio mensal familiar por origem do rendimento, segundo local de residência	132
G38	Distribuição do rendimento médio mensal familiar da população rural, segundo origem do rendimento	133

Sumário

G39	Rendimento médio mensal por local de residência	134
G40	Distribuição dos domicílios urbanos e rurais por faixas de rendimento domiciliar	135
T46	Rendimento médio mensal, segundo local de residência e sexo	136
T47	Rendimento médio mensal domiciliar por local de residência	137
T48	Renda média mensal familiar agrícola e não-agrícola, segundo tipo de família	138
T49	Valor dos benefícios previdenciários concedidos para a clientela rural por grupos de espécie	139
G41	Estrutura da despesa média familiar por local de residência	140
T50	Proporção de indigentes e pobres segundo local de residência	141
T51	Evolução do número e proporção de pobres, segundo localização do domicílio	142
G42	Evolução do número de pobres na área rural	143
T52	Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal por local de residência	144
CAPÍTULO 4 - INDICADORES SINDICAIS		145
G43	Proporção de ocupados associados a sindicato por setor de atividade	147
T53	Distribuição dos ocupados, associados a sindicato por tipo, segundo local de residência	148
G44	Proporção de ocupados agrícolas, associados a sindicato por sexo, segundo local de residência	149
G45	Proporção de ocupados agrícolas, associados a sindicato por cor, segundo local de residência	150
T54	Número de confederações, federações e sindicatos por tipo de entidade e área geo-econômica	151

CAPÍTULO 5 - REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR	153
■ Reforma Agrária	155
G46 Evolução da área destinada à reforma agrária	157
G47 Investimento em obtenção de terras	158
G48 Evolução do número de famílias assentadas	159
G49 Número de famílias assentadas que receberam assistência técnica	160
T55 Evolução do crédito fundiário	161
T56 Distribuição do crédito fundiário	162
T57 Evolução do número de famílias atendidas e da área adquirida com o crédito fundiário	163
T58 Dimensões dos módulos fiscais	167
G50 Proporção de assentados que frequentam escola	169
G51 Proporção de escolas que atendem assentados, segundo níveis e modalidades de ensino	170
T59 Distribuição das escolas que atendem assentados, segundo sua localização em relação ao assentamento	171
G52 Instituições responsáveis pela manutenção das escolas dos assentamentos	172
G53 Distribuição dos assentamentos, segundo produtividade média, em relação à produtividade dos municípios	173
G54 Distribuição da produção agropecuária, extrativista e de produtos beneficiados dos assentamentos durante a safra 1998/1999	174

Sumário

G55	Resultados do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural	175
T60	Número de comunidades quilombolas identificadas pelo Governo Federal	176
T61	Regularização de territórios quilombolas	177
■ Agricultura Familiar		179
T62	Características dos estabelecimentos agropecuários, segundo tipo de agricultura	181
G56	Distribuição dos estabelecimentos, da área (em hectare) e dos ocupados por tipo de agricultura	182
T63	Distribuição da área dos estabelecimentos por tipo de utilização, segundo tipo de agricultura	183
T64	Distribuição da quantidade produzida por tipo de produção/produto, segundo tipo de agricultura	185
G57	Distribuição dos estabelecimentos que obtiveram financiamento por finalidade, segundo tipo de agricultura	186
G58	Distribuição do PIB das cadeias produtivas, segundo tipo de produtor	187
G59	Evolução da participação das cadeias produtivas da agricultura familiar, patronal e de outros setores de atividade no PIB	188
G60	Distribuição do valor da produção agrícola por tipo de produtor, segundo culturas	189

G61	Distribuição do valor da produção pecuária por tipo de produtor, segundo criações	190
T65	Distribuição dos conta própria e empregadores por condição em relação ao empreendimento agrícola	191
T66	Distribuição dos parceiros por parte da produção contratada pelo uso do bem móvel ou imóvel utilizado no empreendimento	192
T67	Distribuição dos arrendatários por forma contratada de pagamento pelo uso do bem móvel ou imóvel arrendado para o empreendimento	193
T68	Distribuição dos conta própria e empregadores por tipo de comprador da produção	194
T69	Evolução do número de famílias participantes do PNPB	195
G62	Evolução do número de cooperativas participantes do PNPB	196
T70	Distribuição do valor da produção da agricultura familiar para o PNPB, segundo principais matérias-primas	197
T71	Valor e participação da agricultura familiar no fornecimento de matérias-primas para empresas de biodiesel	198
■ Crédito		199
G63	Evolução do crédito rural	201
T72	Valor dos financiamentos rurais concedidos a produtores e cooperativas por finalidade, segundo fonte dos recursos	202

Sumário

T73	Valor dos financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, segundo faixa de financiamento	203
T74	Financiamento concedido a cooperativas	204
T75	Evolução do montante e do número de contratos do Pronaf	205
T76	Evolução do número de municípios atendidos pelo Pronaf	206
T77	Valor financiado pelo Pronaf, segundo destinação do financiamento	207
G64	Distribuição do valor dos financiamentos rurais concedidos pelo Pronaf, segundo atividade e finalidade	208
T78	Valor financiado e número de contratos do Pronaf por ano-agrícola, segundo modalidade e linha de crédito	209
G65	Evolução do crédito do Pronaf por ano-agrícola	211
G66	Evolução da participação das mulheres no número de contratos e no montante do crédito do Pronaf	212
T79	Número de contratos e valor financiado pelo Pronaf, segundo finalidade e principais produtos	213
G67	Participação dos grupos no montante de crédito rural do Pronaf	214
■ Territórios Rurais		215
T80	Territórios Rurais - Região Norte	217
T81	Territórios Rurais - Região Nordeste	219

T82	Territórios Rurais - Região Sudeste	221
T83	Territórios Rurais - Região Sul	222
T84	Territórios Rurais - Região Centro-Oeste	223
T85	Territórios da Cidadania	224
CAPÍTULO 6 - INDICADORES AGROPECUÁRIOS		235
■ Desempenho da Agropecuária		237
G68	Participação da agropecuária no valor adicionado bruto	239
G69	Evolução da arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR)	240
T86	Balança comercial do agronegócio	241
T87	Balança comercial dos produtos do agronegócio brasileiro	242
T88	Evolução da balança comercial do agronegócio	244
G70	Evolução da participação do agronegócio na balança comercial brasileira	245
T89	Principais produtos importados do agronegócio	246
G71	Fertilizantes entregues ao consumidor	247
■ Indicadores de Produção		249
T90	Quantidade produzida e produtividade média dos principais produtos da lavoura permanente	251
T91	Quantidade produzida e produtividade média dos principais produtos da lavoura temporária	252

Sumário

G72	Distribuição da safra de grãos, segundo produtos selecionados	253
G73	Distribuição do efetivo pecuário por tipo de rebanho	254
T92	Produção, produtividade e área plantada de grãos selecionados	255
T93	Oferta e demanda brasileira de produtos selecionados	256
T94	Oferta e demanda mundial de alguns produtos selecionados	257
CAPÍTULO 7 - CONFLITOS NO CAMPO		259
G74	Evolução do número de ocupações de terra	261
G75	Distribuição das ocupações de terra	262
T95	Número de ocupações em imóveis rurais e de famílias envolvidas	263
G76	Evolução das famílias envolvidas nas ocupações de terra	264
T96	Violência no campo contra a pessoa	265
G77	Evolução do número de mortes decorrentes de conflitos agrários	266
T97	Violência contra a ocupação e a posse de terras	267
T98	Conflitos pela água	268
G78	Número de pessoas envolvidas em conflitos trabalhistas no campo	270
T99	Operações de fiscalização móvel de combate ao trabalho escravo	271
T100	Distribuição das operações de fiscalização móvel de combate ao trabalho escravo	272

Glossário	277
Referências	291

A parceria bem-sucedida entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), apresenta seu mais novo fruto: a quarta edição de *Estatísticas do Meio Rural*.

Esta edição, que traz dados atualizados de vários gráficos e tabelas já publicados na anterior, *Estatísticas do Meio Rural 2008*, apresenta agora como destaque informações geradas pela divulgação do Censo Agropecuário 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com ele, a agricultura familiar é, pela primeira vez, retratada de forma oficial – o que foi possível a partir da colaboração do MDA com o IBGE na construção de variáveis derivadas que atendem aos critérios definidos pela Lei 11.326/2006, a lei da agricultura familiar. O Censo 2006 possibilitou, assim, que fossem fornecidas informações qualificadas a respeito da realidade no campo, permitindo o acompanhamento da dinâmica das relações de trabalho e das transformações no meio rural.

A incorporação dos dados do Censo Agropecuário 2006 pode ser vista no capítulo 5, “Reforma agrária e agricultura familiar”, tópico “Agricultura familiar”, no que diz respeito às características, distribuição por área e produção dos estabelecimentos agropecuários.

Para produzir a publicação, DIEESE e NEAD também contaram com a colaboração das áreas do MDA e do Incra, que forneceram dados e resultados de políticas públicas em suas respectivas áreas de atuação.

Estatísticas do Meio Rural 2010-2011 apresenta, ainda, novos recortes complementares para variáveis como, por exemplo, faixa etária e escolaridade (nível de instrução). No capítulo 2, “Indicadores demográficos e sociais”, tópico

Apresentação

“Educação e saúde”, há informações sobre a média de anos de estudo da população residente na área rural, segundo sexo, local de residência, condição de atividade e ocupação. As faixas etárias selecionadas também têm como propósito integrar os indicadores de mercado de trabalho da publicação de modo a contemplar a análise das políticas públicas para a juventude.

Além disso, com base em dois importantes registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), são apresentados novos gráficos e tabelas retratando o mercado de trabalho formal na agropecuária, no tema “Trabalho e Rendimento”.

Outras novidades que a publicação traz são resultados do Programa Fome Zero no combate à pobreza e os resultados do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) na estruturação da agricultura familiar como parte da cadeia produtiva de energia renovável.

A proposta de *Estatísticas do Meio Rural* é levar a público resultados da produção e sistematização de informações estatísticas que são representativas da dinâmica política, social e econômica do meio rural. Com isso, buscamos criar condições mais favoráveis para que os gestores de políticas públicas de desenvolvimento rural possam se informar sobre aspectos estruturais do campo brasileiro, contribuindo no ajuste e monitoramento das políticas, para que estas se tornem cada vez mais eficazes e eficientes, consolidando uma agenda de desenvolvimento rural sustentável.

Joaquim Calheiros Soriano

Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Convenções utilizadas nesta publicação

nd : dados não disponíveis.

— : quando, pela natureza do fenômeno, não puder existir o dado.

0; 0,0; 0,00 : quando a aplicação dos critérios de arredondamento não permitir alcançar respectivamente 1; 0,1; 0,01.

Símbolos e abreviações

% = porcentagem

G= gráfico

ha = hectare

kcal = quilocaloria

Abs. = absolutos

kg = quilograma

km² = quilometro quadrado

nº = número

R\$ = reais

T = Tabela

Ton = tonelada

UC = Unidade de Conservação

UF = Unidade da Federação

URV = Unidade Real de Valor

US\$ = dólar americano

AC = Acre

AL = Alagoas

AM = Amazonas

AP = Amapá

BA = Bahia

CE = Ceará

DF = Distrito Federal

ES = Espírito Santo

GO = Goiás

MA = Maranhão

MG = Minas Gerais

MS = Mato Grosso do Sul

MT = Mato Grosso

PA = Pará

PB = Paraíba

PE = Pernambuco

PI = Piauí

PR = Paraná

RJ = Rio de Janeiro

RN = Rio Grande do Norte

RO = Rondônia

RR = Roraima

RS = Rio Grande do Sul

SC = Santa Catarina

SE = Sergipe

SP = São Paulo

TO = Tocantins

Siglário

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Cempre - Cadastro Central de Empresas

CGPMA - Coordenação Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação

CGSAP - Coordenação Geral do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

Conab - Companhia Nacional de Abastecimento

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DAF - Departamento de Assuntos Fundiários

DEA - Coordenação Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão

Defit - Departamento de Fiscalização do Trabalho

Detrai - Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo

DES - Departamento de Emprego e Salário

DFQ - Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DPMR - Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais

EC - Emenda Constitucional

FOB - *Free on Board*

Funai - Fundação Nacional do Índio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

- IDH-T** - Índice de Desenvolvimento Humano - Território
- IGP-DI** - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
- Incra** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- Inep** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- INPC** - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
- ITR** - Imposto Territorial Rural
- Mapa** - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MEC** - Ministério da Educação e Cultura
- MMA** - Ministério do Meio Ambiente
- MPAS** - Ministério da Previdência e Assistência Social
- MTE** - Ministério do Trabalho e Emprego
- Nead** - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
- ONG** - Organização Não-Governamental
- PAM** - Produção Agrícola Municipal
- PEA** - População Economicamente Ativa
- PIA** - População em Idade Ativa
- PIB** - Produto Interno Bruto
- Pnad** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNDTR** - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

Siglário

- PNERA** - Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária
- PNPB** - Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
- PPIGRE** - Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
- Pronaf** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- Pronera** - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
- Rais** - Relação Anual de Informações Sociais
- Recor** - Registro Comum de Operações Rurais
- RTID** - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
- SAF** - Secretaria de Agricultura Familiar
- Seppir** - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- SFIT** - Sistema Federal de Inspeção do Trabalho
- Sipra** - Sistema de Informação em Projetos de Reforma Agrária
- SIT** - Secretaria de Inspeção do Trabalho
- SPPE** - Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
- SRA** - Secretaria de Reordenamento Agrário
- UC** - Unidade de Conservação
- URV** - Unidade Real de Valor
- UA** - Unidade Animal

Capítulo 1

Território e Meio Ambiente

Capítulo 1

Território e Meio Ambiente

Estrutura Fundiária

Distribuição da área territorial oficial Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2010

TABELA 1

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Em km ²	Em %	Grandes Regiões e Unidades da Federação	Em km ²	Em %
Norte	3.853.327,2	45,3	Sudeste	924.511,3	10,9
Acre	152.581,4	1,8	Espírito Santo	46.077,5	0,5
Amapá	142.814,6	1,7	Minas Gerais	586.528,3	6,9
Amazonas	1.570.745,7	18,4	Rio de Janeiro	43.696,1	0,5
Pará	1.247.689,5	14,7	São Paulo	248.209,4	2,9
Rondônia	237.576,2	2,8	Sul	576.409,6	6,8
Roraima	224.299,0	2,6	Paraná	199.314,9	2,3
Tocantins	277.620,9	3,3	Rio Grande do Sul	281.748,5	3,3
Nordeste	1.554.257,0	18,3	Santa Catarina	95.346,2	1,1
Alagoas	27.767,7	0,3	Centro-Oeste	1.606.371,5	18,9
Bahia	564.692,7	6,6	Distrito Federal	5.801,9	0,1
Ceará	148.825,6	1,7	Goiás	340.086,7	4,0
Maranhão	331.983,3	3,9	Mato Grosso	903.357,9	10,6
Paraíba	56.439,8	0,7	Mato Grosso do Sul	357.125,0	4,2
Pernambuco	98.311,6	1,2			
Piauí	251.529,2	3,0	BRASIL	8.514.876,6	100,0
Rio Grande do Norte	52.796,8	0,6			
Sergipe	21.910,3	0,3			

Fonte: IBGE. Cartografia
Elaboração: DIEESE

TABELA 2

Estrutura Fundiária Brasil 2009

Estratos de área total (ha)	Imóveis		Área total		Área média (em ha)
	Nº de imóveis	Em %	Em ha	Em %	
Até 10	1.744.540	33,7	8.215.337	1,4	4,7
De 10 a 25	1.316.237	25,4	21.345.232	3,7	16,2
De 25 a 50	814.138	15,7	28.563.707	5,0	35,1
De 50 a 100	578.783	11,2	40.096.597	7,0	69,3
De 100 a 500	563.346	10,9	116.156.530	20,3	206,2
De 500 a 1000	85.305	1,6	59.299.370	10,4	695,1
De 1000 a 2000	40.046	0,8	55.269.002	9,7	1.380,1
Mais de 2000	39.250	0,8	242.795.145	42,5	6.185,9
TOTAL	5.181.645	100,0	571.740.919	100,0	110,3

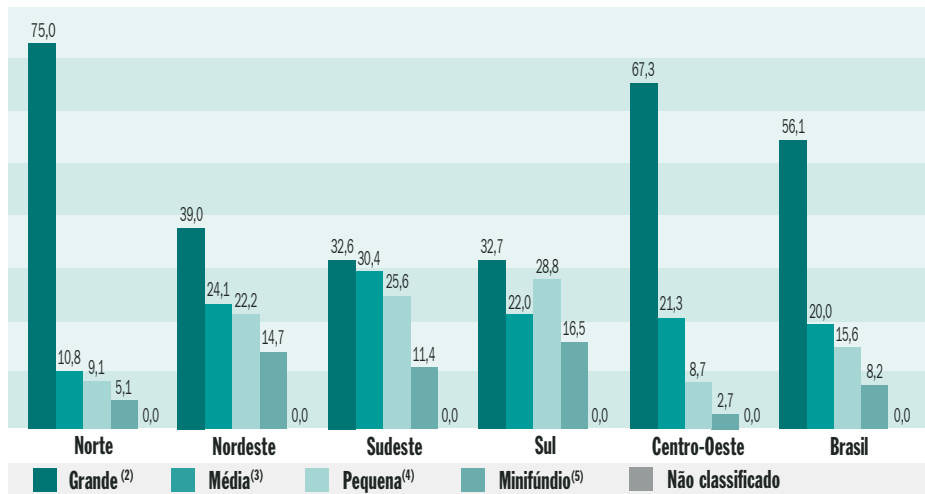
Fonte: Incra. Sistema Nacional de Cadastro Rural

Obs.: a) Situação em março de 2009

b) O Incra exclui 273.849 imóveis rurais com dados inconsistentes

Distribuição da área total dos imóveis rurais⁽¹⁾ por categoria Brasil e Grandes Regiões 2009 (em %)

GRÁFICO 1

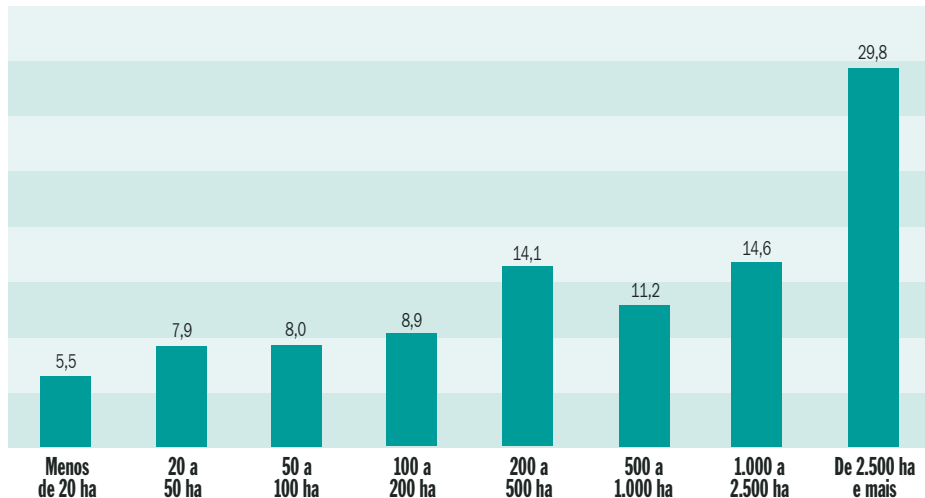


Fonte: Incra. Estatísticas Cadastrais. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O conceito de "imóvel rural" definido pelo Incra encontra-se no glossário; (2) Imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais; (3) Imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; (4) Imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; (5) Imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal

Obs.: O Incra exclui 273.849 imóveis com dados inconsistentes: imóveis com área total menor que 99% do somatório das áreas exploradas, reserva legal, preservação permanente, inaproveitável e aproveitável não utilizada; imóveis com área total maior que 105% do mesmo somatório

Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários⁽¹⁾ por grupos de área total - Brasil 2006 (em %)



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário

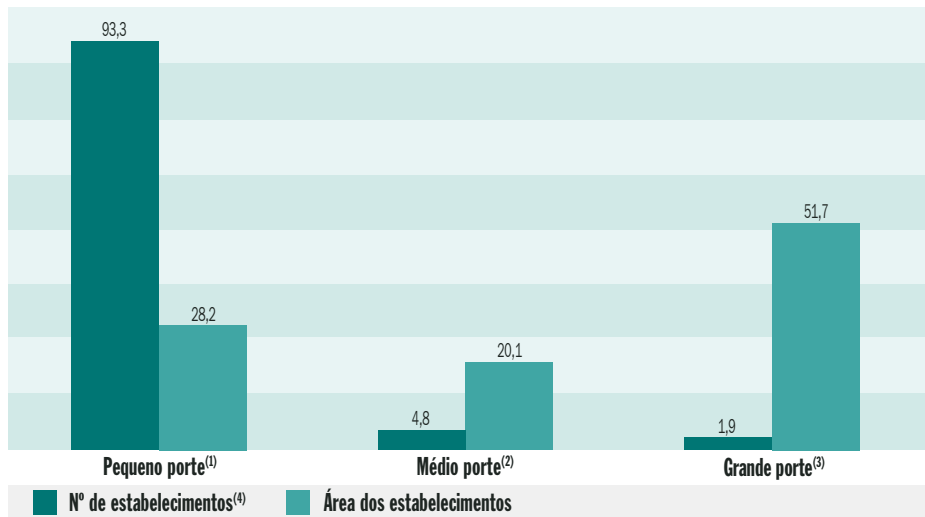
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O conceito de "estabelecimento agropecuário" definido pelo IBGE encontra-se no glossário

Obs.: As faixas de valores excluem o limite superior, por exemplo, onde se lê de 20 a 50 ha entende-se de 20 a 49,99 ha

Distribuição do número e da área dos estabelecimentos agropecuários por faixas de módulos fiscais do Inca - Brasil 2006 (em %)

GRÁFICO 3



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Corresponde às propriedades de até quatro módulos fiscais

(2) Corresponde às propriedades com mais de quatro até quinze módulos fiscais

(3) Corresponde às propriedades com mais de quinze módulos fiscais

(4) Exclui os produtores sem área

TABELA 3

Evolução do índice de Gini⁽¹⁾ da propriedade da terra Brasil e Grandes Regiões 1967-2000

Grandes Regiões	1967	1972	1978	1992	1998	2000
Norte	0,882	0,889	0,898	0,878	0,871	0,714
Nordeste	0,809	0,799	0,819	0,792	0,811	0,780
Sudeste	0,763	0,754	0,765	0,749	0,757	0,750
Sul	0,722	0,706	0,701	0,705	0,712	0,707
Centro-Oeste	0,833	0,842	0,831	0,797	0,798	0,802
BRASIL	0,836	0,837	0,854	0,831	0,843	0,802

Fonte: Inbra. O Brasil Desconcentrando Terras

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) É um indicador de desigualdade muito utilizado para verificar o grau de concentração da terra e da renda. Varia no intervalo de zero a 1, significando que quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade na distribuição, e, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade. Os valores extremos, zero e 1, indicam perfeita igualdade e máxima desigualdade, respectivamente

Obs.: a) Para permitir uma análise da evolução da estrutura agrária, foi necessário uniformizar a delimitação geográfica das regiões e unidades da federação, agregando Tocantins a Goiás em 1992, reconstituindo o antigo estado de Goiás que é incluído na região Centro-Oeste

b) Para os anos de 1967 a 1998 foi utilizado o cálculo das Estatísticas Cadastrais do Inbra e para 2000 o cálculo da pesquisa *Novo Cenário Fundiário*

Índice de Gini⁽¹⁾ da propriedade da terra dos países da América Brasil e países selecionados 1980 - 2006

TABELA 4

País	Ano	Gini
Argentina	2002	0,850
Bahamas	1994	0,872
Barbados	1989	0,928
Bolívia	1989	0,768
Brasil	2006	0,854
Canadá	1991	0,640
Colômbia	1990	0,774
EUA	2002	0,780
Jamaica	1996	0,790
Panamá	2001	0,750
Paraguai	1990	0,930
Porto Rico	1980	0,776
Uruguai	2000	0,790

Fonte: Incra. O Brasil Desconcentrando Terras; MDA - Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil; IBGE. Censo Agropecuário e Banco Mundial - World Development Report 2008

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) É um indicador de desigualdade muito utilizado para verificar o grau de concentração da terra e da renda. Varia no intervalo de zero a 1, significando que quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade na distribuição, e, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade. Os valores extremos, zero e 1, indicam perfeita igualdade e máxima desigualdade, respectivamente

TABELA 5

Distribuição da área total dos imóveis rurais⁽¹⁾, segundo situação jurídica - Brasil e Grandes Regiões 2009 (em %)

Brasil e Grandes Regiões	Propriedade	Propriedade e posse	Posse	Não informado	Área total	
					Em %	Em 1.000 ha
Norte	66,4	0,8	32,5	0,3	100,0	171.600,9
Nordeste	74,9	2,6	21,9	0,6	100,0	110.137,3
Sudeste	84,2	5,5	10,1	0,2	100,0	80.331,5
Sul	87,1	6,5	6,3	0,1	100,0	51.655,4
Centro-Oeste	85,7	2,3	11,7	0,4	100,0	158.015,8
BRASIL	77,7	2,7	19,2	0,4	100,0	571.740,9

Fonte: Incra. Estatísticas Cadastrais

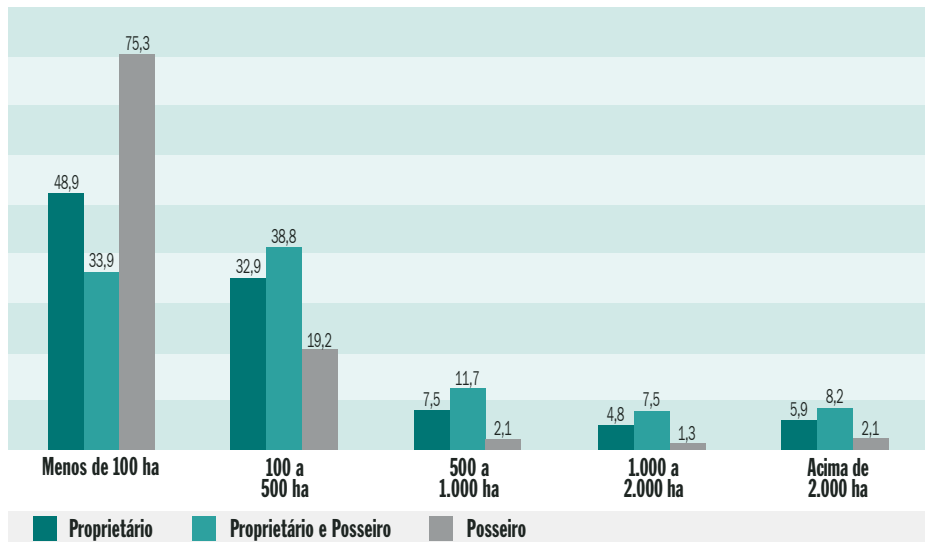
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O conceito de "imóvel rural" definido pelo Incra encontra-se no glossário

Obs.: O Incra exclui 273.849 imóveis com dados inconsistentes

Distribuição dos imóveis rurais da Amazônia Legal por situação jurídica e classes de área total - Amazônia Legal - Brasil 2009 (em %)

GRÁFICO 4

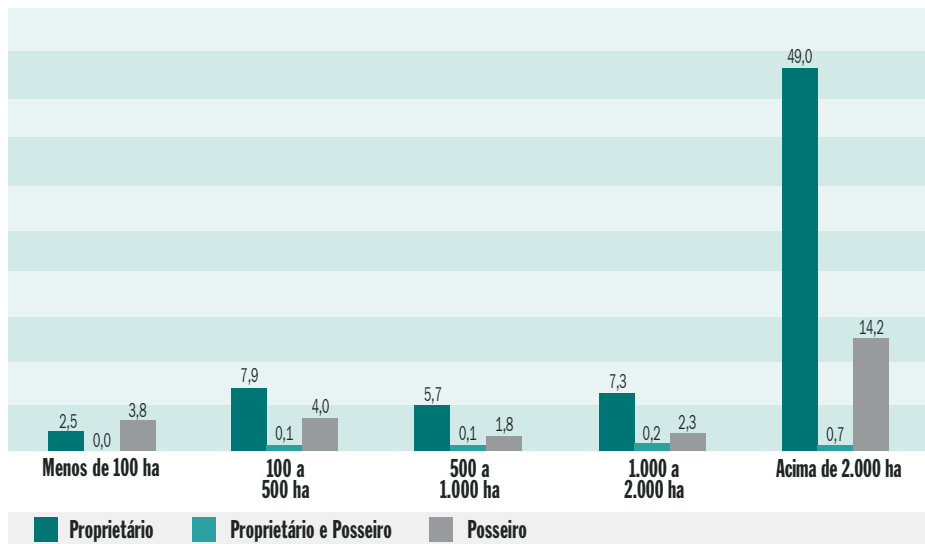


Fonte: Incra, Sistema Nacional de Cadastro Rural. Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Percentual do total dos imóveis rurais da Amazônia Legal; b) O Incra exclui 34.155 imóveis inconsistentes; c) Dados de circulação interna disponibilizados pelo Incra. Situação em março de 2009

GRÁFICO 5

Distribuição da área dos imóveis rurais da Amazônia Legal por situação jurídica e classes de área total - Amazônia Legal 2009 (em %)



Fonte: Inra. Sistema Nacional de Cadastro Rural
Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Percentual do total da área dos imóveis rurais da Amazônia Legal; b) Dados de circulação interna disponibilizados pelo Inra

Capítulo 1

Território e Meio Ambiente

Estrutura Produtiva

Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários⁽¹⁾ por tipo de utilização - Brasil e Grandes Regiões 2006 (em %)

TABELA 6

Tipo de utilização	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Lavouras permanentes	0,7	3,4	4,6	7,4	3,6	3,5
Lavouras temporárias	10,5	3,6	13,3	15,0	31,7	13,4
Outras lavouras ⁽²⁾	0,7	0,7	2,1	2,1	1,0	1,3
Pastagens naturais	13,1	10,8	21,1	19,9	26,0	17,3
Pastagens plantadas	42,9	37,6	19,2	30,7	11,6	30,7
Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	21,8	21,0	8,7	10,9	8,8	15,3
Matas e/ou florestas naturais (exclusive área de preservação permanente e as áreas em sistemas agroflorestais)	6,7	16,9	18,8	5,1	6,0	10,8
Florestas plantadas com essências florestais	0,2	0,5	0,8	2,8	4,8	1,4
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	0,3	0,4	0,5	0,4	0,7	0,4

continua 41

TABELA 6

Distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários⁽¹⁾ por tipo de utilização - Brasil e Grandes Regiões 2006 (em %)

conclusão

Tipo de utilização	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Sistemas agroflorestais	0,8	2,3	6,1	1,8	1,2	2,5
Construções, benfeitorias ou caminhos	0,7	1,1	1,5	2,1	2,5	1,4
Terras degradadas e ou inaproveitáveis para agricultura ou pecuária	1,5	1,8	3,3	1,8	2,0	2,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O conceito de "estabelecimento agropecuário" definido pelo IBGE encontra-se no glossário

(2) Área plantada com forrageiras para corte e áreas para cultivo de flores

Distribuição da área total das pastagens segundo faixa de Unidades Animais por hectare de pastagem - Brasil e Grandes Regiões 2011 (em %)

TABELA 7

Brasil e Grandes Regiões	Até 0,4 UA	0,4 a 0,8 UA	0,8 a 1,5 UAs	1,5 a 2 ou mais UAs	Área total	
					Em %	Em 1.000 ha
Norte	69,6	20,3	8,2	1,9	100,0	20.876
Nordeste	73,6	17,8	6,6	2,0	100,0	37.743
Sudeste	41,7	29,6	23,4	5,3	100,0	32.356
Sul	14,8	25,6	47,4	12,2	100,0	15.128
Centro-Oeste	47,4	30,2	19,3	3,1	100,0	45.738
BRASIL	52,5	25,1	18,3	4,0	100,0	151.841

Fonte: Incra. Estatísticas Cadastrais

Elaboração: DIIESE

Obs.: a) As faixas de valores excluem o limite superior, por exemplo, onde se lê de 0,4 a 0,8 entende-se de 0,4 a 0,79

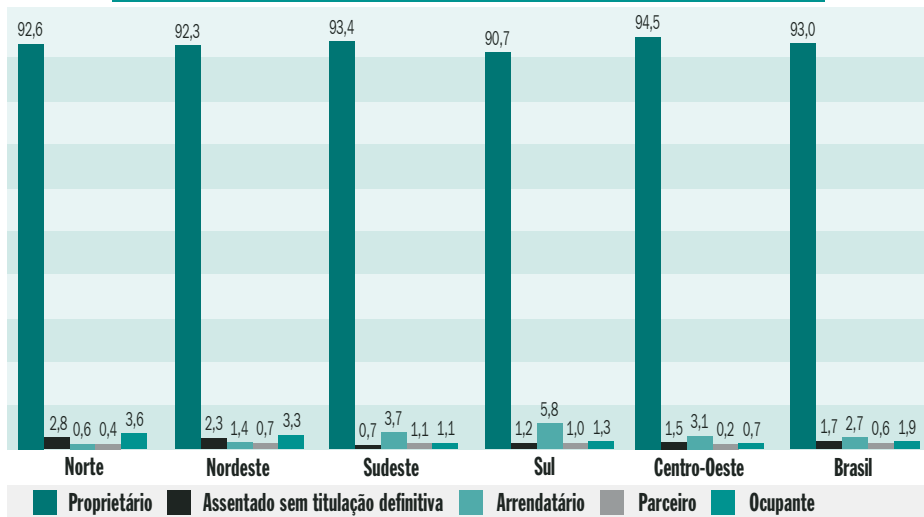
b) UA: Unidade Animal; é a representação do rebanho de diferentes espécies e/ou idades em uma unidade homogênea. Uma Unidade Animal corresponde a 450 kg de peso vivo

c) O indicador UA por hectare de pastagem expressa o grau de eficiência no uso das pastagens. Quanto mais Unidades Animais por hectare, mais eficiente

d) Dados recebidos por email em 28/2/2011

GRÁFICO 6

Distribuição da área total dos estabelecimentos agropecuários⁽¹⁾, segundo condição do produtor - Brasil e Grandes Regiões 2006 (em %)



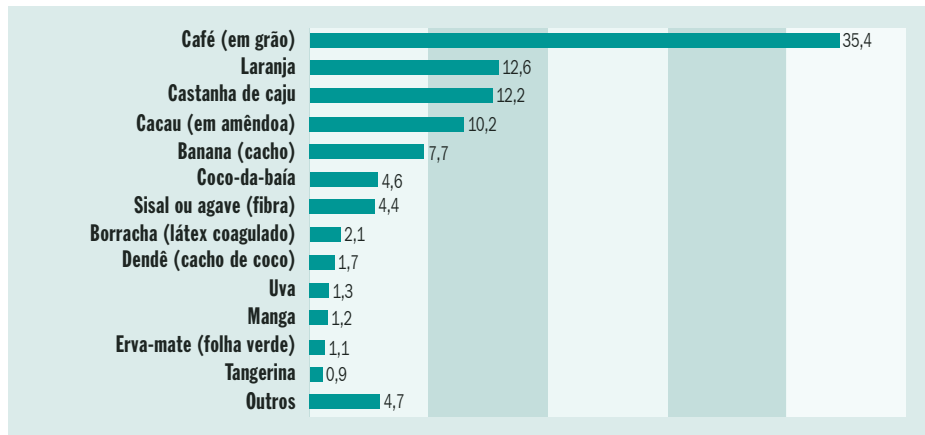
Fonte: IBGE. Censo Agropecuário

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O conceito de "estabelecimento agropecuário" definido pelo IBGE encontra-se no glossário

Distribuição da área colhida da lavoura permanente Brasil 2009 (em %)

GRÁFICO 7

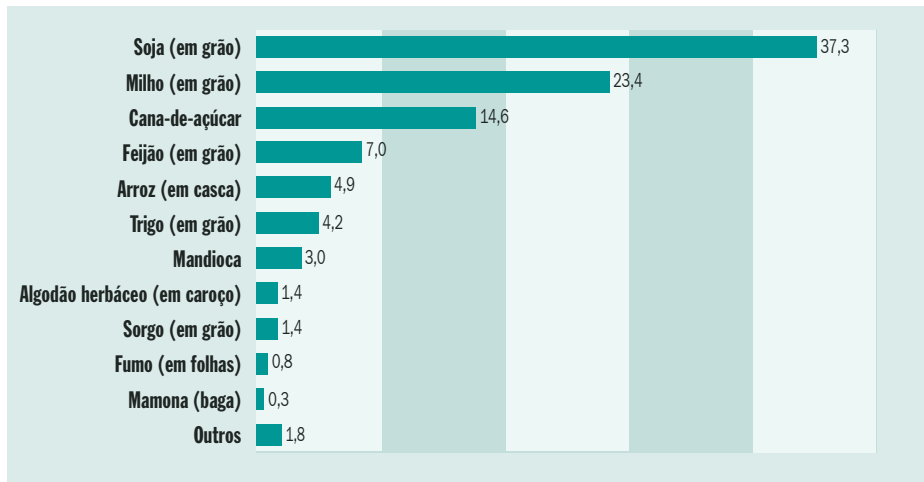


■ Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal

Elaboração: DIEESE

Obs.: A área colhida total da lavoura permanente foi de 6.227.199 hectares

Distribuição da área colhida da lavoura temporária Brasil 2009 (em %)



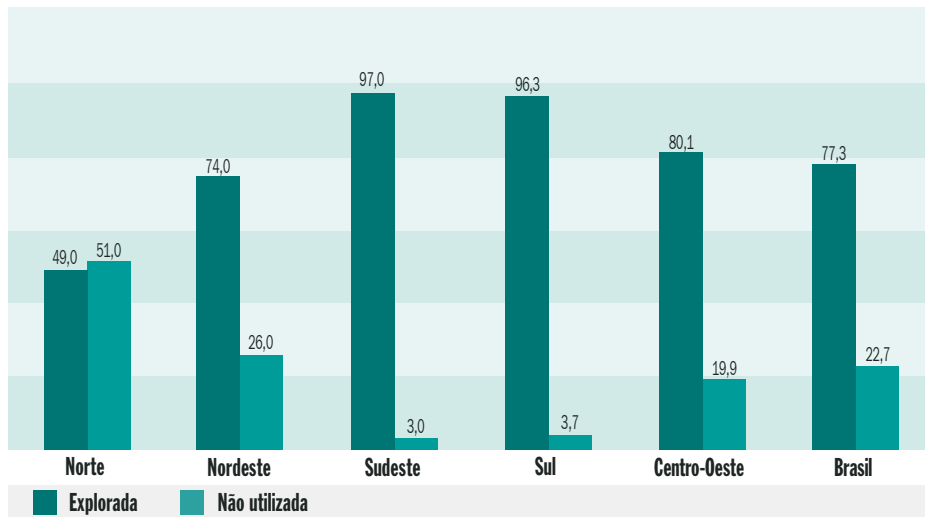
Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal

Elaboração: DIEESE

Obs.: A área colhida total da lavoura temporária foi de 58.317.334 hectares

Distribuição das áreas exploráveis, segundo utilização Brasil e Grandes Regiões 1998 (em %)

GRÁFICO 9



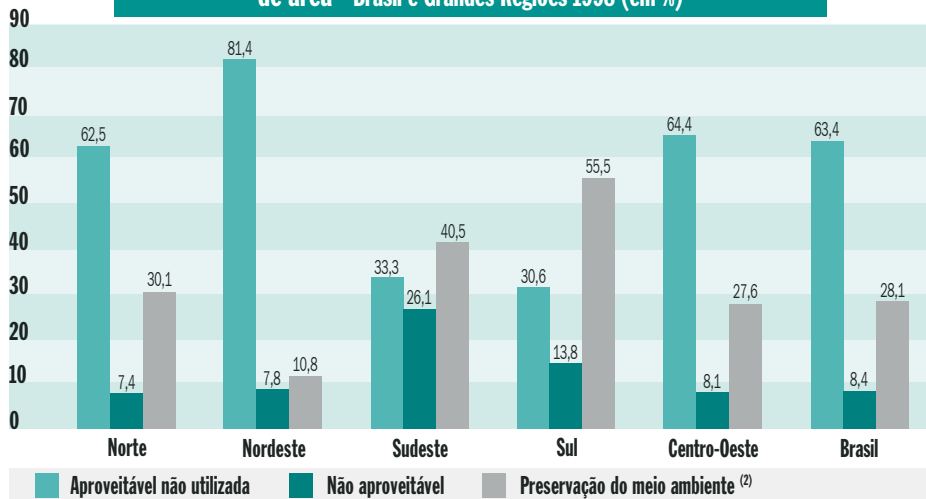
Fonte: Inbra. Estatísticas Cadastrais

Elaboração: DIEESE

Obs.: O Inbra exclui 149.548 imóveis com dados inconsistentes: imóveis com área total menor que 99% do somatório das áreas exploradas, reserva legal, preservação permanente, inaproveitável e aproveitável não utilizada; imóveis com área total maior que 105% do mesmo somatório

GRÁFICO 10

Distribuição das áreas dos imóveis rurais ⁽¹⁾ não explorados por tipo de área - Brasil e Grandes Regiões 1998 (em %)



Grandes Regiões	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Área dos imóveis (em 1.000 ha)	21.018,2	4.112,6	1.379,2	701,7	11.137,3	38.348,9

Fonte: Incra. Estatísticas cadastrais. Elaboração: DIEESE

Notas: (1) O conceito de "imóvel rural" definido pelo Incra encontra-se no glossário; (2) Áreas destinadas à Reserva Legal e Preservação Permanente
 Obs.: O Incra exclui 26.682 imóveis com dados inconsistentes: imóveis com área total menor que 99% do somatório das áreas exploradas, reserva legal, preservação permanente, inaproveitável e aproveitável não utilizada; imóveis com área total maior que 105% do mesmo somatório

Capítulo 1

Território e Meio Ambiente

Meio Ambiente

Distribuição das áreas das Unidades de Conservação (UC) Federais e Estaduais por categoria - Brasil 2007 (em ha)

TABELA 8

Categoria	Área das UCs federais	Área das UCs estaduais	Área total das UCs	Participação em relação ao total (%)	Participação em relação à área continental do Brasil (%)
Estação Ecológica	7.259.050	537.397	7.796.447	7,8	0,9
Monumento Natural	-	29.647	29.647	0,0	0,0
Parque Nacional/Estadual	21.943.358	7.530.915	29.474.272	29,5	3,5
Refúgio de Vida Silvestre	169.083	112.120	281.203	0,3	0,0
Reserva Biológica	3.866.723	154.884	4.021.607	4,0	0,5
Floresta Nacional/Estadual ⁽¹⁾	16.843.208	1.534.876	18.378.084	18,4	2,2
Reserva Extrativista	10.247.016	410.895	10.657.911	10,7	1,3
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	64.441	9.507.817	9.572.258	9,6	1,1
Área de Proteção Ambiental	9.293.631	10.289.604	19.583.235	19,6	2,3
Área de Relevante Interesse Ecológico	43.202	12.589	55.790	0,1	0,0
TOTAL	69.729.711	30.120.743	99.850.454	100,0	11,7

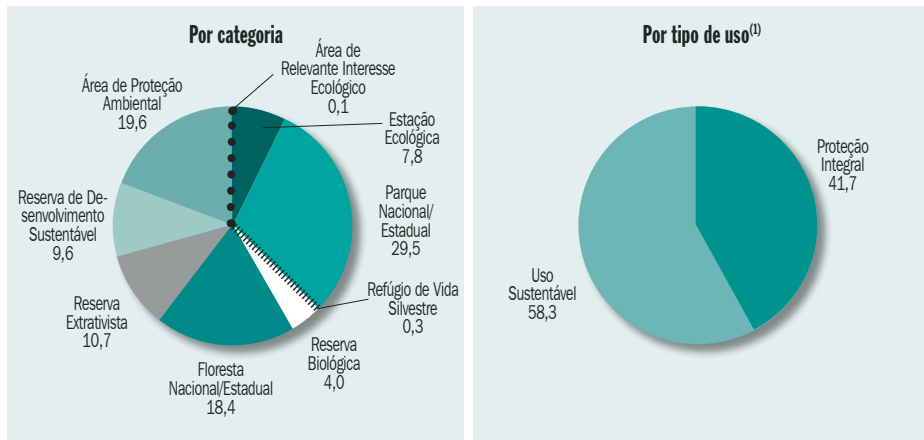
Fonte: MMA. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A redução de área na categoria Floresta Nacional, em relação à publicação anterior, é decorrente do ajuste técnico no cálculo dessas áreas e da não contabilização de 11 florestas nacionais que estão totalmente sobrepostas às terras indígenas da Cabeça do Cachorro

Obs.: a) Área continental do Brasil: 851.587.097 ha; não inclui as ilhas oceânicas; b) Situação em dezembro de 2007; c) Exclui as áreas das reservas particulares do patrimônio nacional; d) Dados de circulação interna do MMA

Distribuição das áreas das Unidades de Conservação Federais e Estaduais por categoria e tipo de uso - Brasil 2007 (em %)



Fonte: MMA. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) As categorias Estação Ecológica, Parque Nacional/Estadual, Refúgio de Vida Silvestre e Reserva Biológica correspondem às áreas de Proteção Integral, as demais categorias são de Uso Sustentável

Obs.: a) Situação em dezembro de 2007

b) Exclui as áreas das reservas particulares do patrimônio nacional

c) Dados de circulação interna do MMA

Área das Unidades de Conservação Federais por categoria Brasil 2003-2007 (em ha)

TABELA 9

Categoria	Até 2002	2003 a 2007
Estação Ecológica	3.803.645	3.455.405
Parque Nacional	17.541.685	4.401.673
Refúgio da Vida Silvestre	128.051	41.032
Reserva Biológica	3.382.912	483.811
Área de Proteção Ambiental	7.232.472	2.061.158
Área de Relevante Interesse Ecológico	43.202	-
Floresta Nacional ⁽¹⁾	12.711.556	4.131.652
Reserva Extrativista	5.177.625	5.069.391
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	-	64.441
TOTAL	50.021.148	19.708.563

Fonte: MMA. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A redução de área na categoria Floresta Nacional, em relação à publicação anterior, é decorrente do ajuste técnico no cálculo dessas áreas e da não contabilização de 11 florestas nacionais que estão totalmente sobrepostas às terras indígenas da Cabeça do Cachorro

Obs.: a) Situação em dezembro de 2007

b) Dados de circulação interna do MMA

TABELA 10

Distribuição das áreas das Unidades de Conservação (UC) Federais por categoria - Amazônia Legal 2007

Categoria	Tipo de uso	Área das UCs (ha)	Participação em relação ao total (%)	Participação em relação à área da Amazônia Legal (%)
Estação Ecológica	Proteção Integral	6.765.915	11,5	1,3
Parque Nacional	Proteção Integral	19.101.421	32,5	3,8
Reserva Biológica	Proteção Integral	3.638.184	6,2	0,7
Área de Proteção Ambiental	Uso Sustentável	2.476.078	4,2	0,5
Área de Relevante Interesse Ecológico	Uso Sustentável	18.713	0,0	0,0
Floresta Nacional	Uso Sustentável	16.773.063	28,5	3,3
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Uso Sustentável	64.441	0,1	0,0
Reserva Extrativista	Uso Sustentável	9.912.088	16,9	2,0
TOTAL		58.749.904	100,0	11,7

Fonte: MMA. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

Elaboração: DIEESE

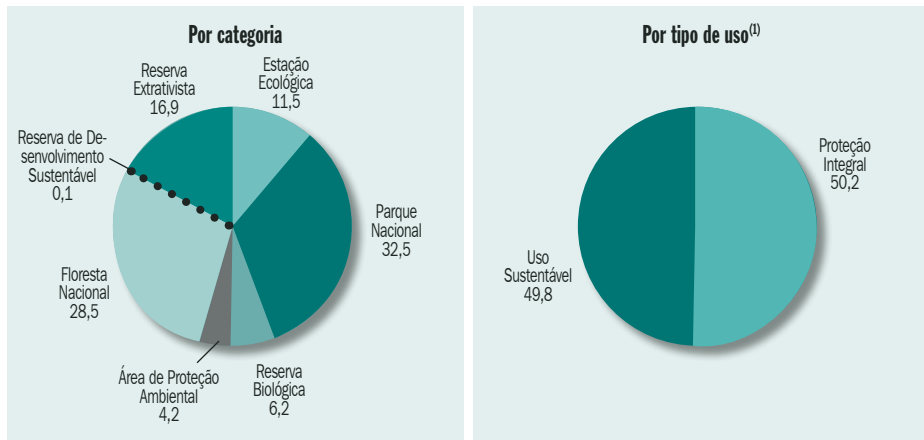
Obs.: a) A Amazônia Legal corresponde aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e tem uma área de 501.952.473,88 ha

b) Situação em dezembro de 2007

c) Dados de circulação interna do MMA

Distribuição das áreas das Unidades de Conservação Federais por categoria e tipo de uso - Amazonia Legal 2007 (em %)

GRÁFICO 12



Fonte: MMA. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) As categorias Estação Ecológica, Parque Nacional e Reserva Biológica correspondem às áreas de Proteção Integral, as demais categorias são de Uso Sustentável

Obs.: a) A Amazônia Legal corresponde aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e tem uma área de 501.952.473,88 ha

b) Situação em dezembro de 2007

TABELA 11

Área total dos biomas⁽¹⁾ e área protegida por tipo de uso Brasil 2007 (em 1.000 ha)

Bioma	Área total do bioma	Área protegida			
		Proteção integral	Uso sustentável	Total	Total (em % da área total do bioma)
Amazônia	419.880	26.674	28.587	55.261	13,2
Caatinga	82.796	671	2.668	3.339	4,0
Cerrado	204.121	4.189	1.710	5.899	2,9
Mata Atlântica	111.777	1.002	2.148	3.150	2,8
Pampa	17.895	143	320	463	2,6
Pantanal	15.118	150	0	150	1,0
Área Marinha ⁽²⁾	421.200	409	1.058	1.467	0,3

Fonte: MMA. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Área das Unidades de Conservação Federais

(2) Inclui o mar territorial e a zona econômica exclusiva marinha

Obs.: a) Situação em dezembro de 2007

b) Dados de circulação interna do MMA

Capítulo 2

Indicadores Demográficos e Sociais

Capítulo 2

Indicadores Demográficos e Sociais

Características Gerais da População Rural

Estimativa da população por local de residência Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2009

TABELA 12

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População urbana		População rural		Total	
	Em 1.000 pessoas	Em %	Em 1.000 pessoas	Em %	Em 1.000 pessoas	Em %
Norte	12.125	77,9	3.430	22,1	15.555	100,0
Acre	555	78,8	149	21,2	705	100,0
Amapá	626	97,8	14	2,2	640	100,0
Amazonas	2.870	83,1	585	16,9	3.455	100,0
Pará	5.617	75,1	1.861	24,9	7.479	100,0
Rondônia	1.113	72,7	418	27,3	1.531	100,0
Roraima	365	84,7	66	15,3	430	100,0
Tocantins	979	74,4	337	25,6	1.316	100,0
Nordeste	39.310	72,8	14.710	27,2	54.020	100,0
Alagoas	2.180	68,0	1.026	32,0	3.206	100,0
Bahia	10.225	69,6	4.472	30,4	14.697	100,0
Ceará	6.622	77,3	1.946	22,7	8.569	100,0
Maranhão	4.498	69,5	1.971	30,5	6.469	100,0
Paraíba	2.976	77,8	849	22,2	3.826	100,0
Pernambuco	6.818	77,3	2.002	22,7	8.820	100,0
Piauí	1.977	61,9	1.216	38,1	3.193	100,0
Rio Grande do Norte	2.312	72,5	876	27,5	3.188	100,0
Sergipe	1.702	82,9	351	17,1	2.052	100,0

continua

TABELA 12

Estimativa da população por local de residência Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2009

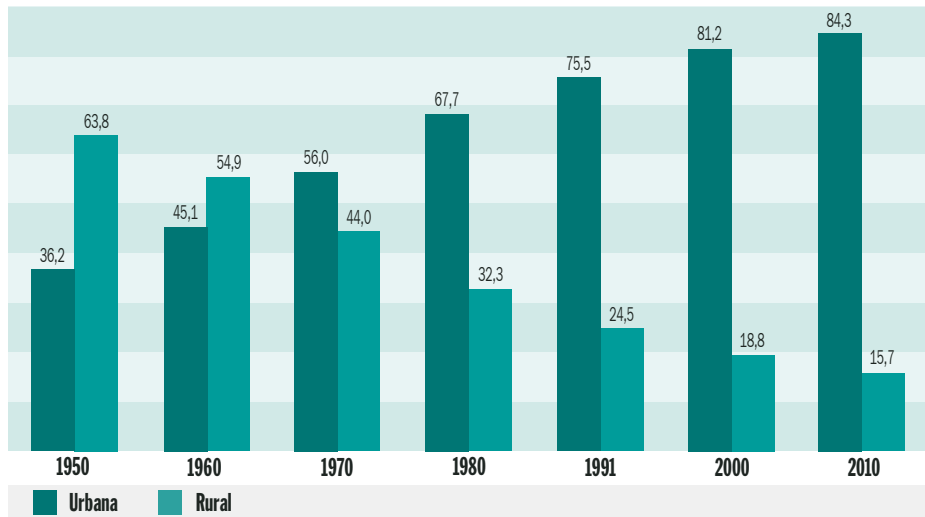
conclusão

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População urbana		População rural		Total	
	Em 1.000 pessoas	Em %	Em 1.000 pessoas	Em %	Em 1.000 pessoas	Em %
Sudeste	74.203	92,2	6.263	7,8	80.466	100,0
Espírito Santo	2.875	82,6	605	17,4	3.480	100,0
Minas Gerais	17.215	85,7	2.874	14,3	20.088	100,0
Rio de Janeiro	15.263	96,6	538	3,4	15.801	100,0
São Paulo	38.851	94,5	2.247	5,5	41.097	100,0
Sul	23.113	83,2	4.663	16,8	27.776	100,0
Paraná	9.109	85,1	1.591	14,9	10.700	100,0
Rio Grande do Sul	8.949	82,0	1.968	18,0	10.917	100,0
Santa Catarina	5.056	82,1	1.104	17,9	6.159	100,0
Centro-Oeste	12.289	87,9	1.689	12,1	13.978	100,0
Distrito Federal	2.420	94,1	151	5,9	2.571	100,0
Goiás	5.310	89,2	641	10,8	5.951	100,0
Mato Grosso	2.505	81,9	552	18,1	3.057	100,0
Mato Grosso do Sul	2.054	85,6	345	14,4	2.399	100,0
BRASIL	161.041	84,0	30.755	16,0	191.796	100,0

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Evolução da população por local de residência Brasil 1950 - 2010 (em %)

GRÁFICO 13



Fonte: IBGE. Censo Demográfico

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Para 1950: população presente; b) Para 1960 até 1980: população recenseada; c) Para 1991 até 2010: população residente;

d) Para 2000: dados da sinopse preliminar

TABELA 13

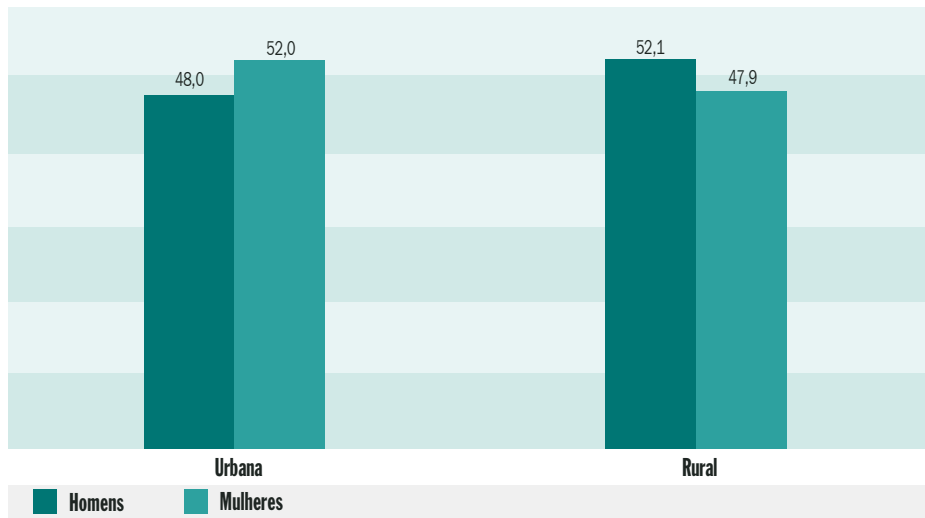
Distribuição dos municípios e da população por classes de tamanho dos municípios - Brasil 2010

Classes de tamanho de municípios (nº de habitantes)	Municípios		População	
	Em nºs absolutos	Em %	Em nºs absolutos	Em %
Até 10.000	2.515	45,2	12.939.483	6,8
De 10.001 a 20.000	1.400	25,2	19.744.382	10,4
De 20.001 a 50.000	1.043	18,7	31.379.266	16,5
De 50.001 a 100.000	324	5,8	22.263.598	11,7
De 100.001 a 200.000	150	2,7	20.086.493	10,5
De 200.001 a 500.000	95	1,7	28.480.996	14,9
De 500.001 a 1.000.000	23	0,4	15.703.132	8,2
Mais de 1.000.000	15	0,3	40.135.344	21,0
BRASIL	5.565	100,0	190.732.694	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico
Elaboração: DIEESE

Distribuição da população por sexo, segundo local de residência Brasil 2009 (em %)

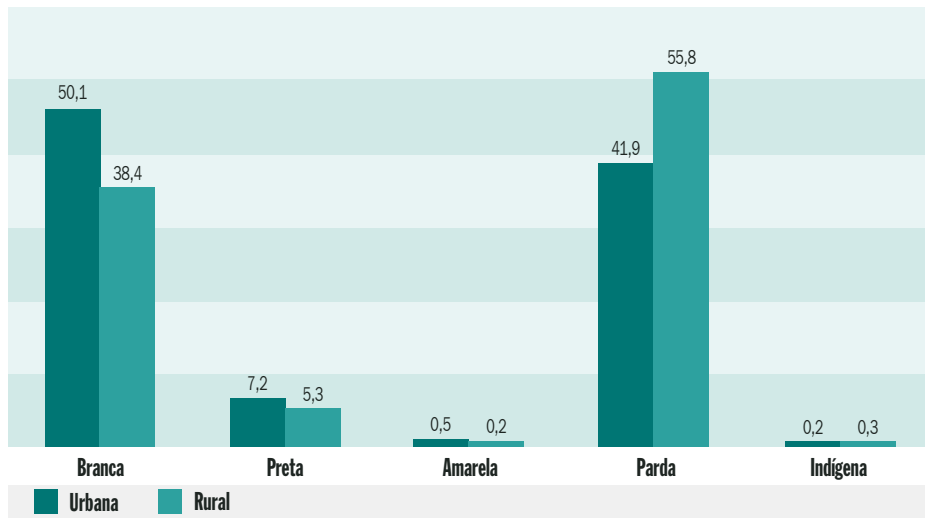
GRÁFICO 14



Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 15

Distribuição da população por cor/raça, segundo local de residência Brasil 2009 (em %)



Fonte: IBGE, Prad
Elaboração: DIEESE
Obs.: Foram excluídas as pessoas que não declararam cor/raça

Distribuição da população residente na área rural por cor/raça Brasil e Grandes Regiões 2009 (em %)

TABELA 14

Brasil e Grandes Regiões	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total	
						Em %	Em 1.000 pessoas
Norte	19,2	4,0	0,1	76,3	0,4	100,0	3.423
Nordeste	24,7	6,1	0,1	68,8	0,3	100,0	14.709
Sudeste	49,4	6,3	0,4	43,8	0,1	100,0	6.263
Sul	81,2	1,8	0,1	16,5	0,4	100,0	4.663
Centro-Oeste	36,8	6,6	0,4	55,2	1,0	100,0	1.689
BRASIL	38,4	5,3	0,2	55,8	0,3	100,0	30.747

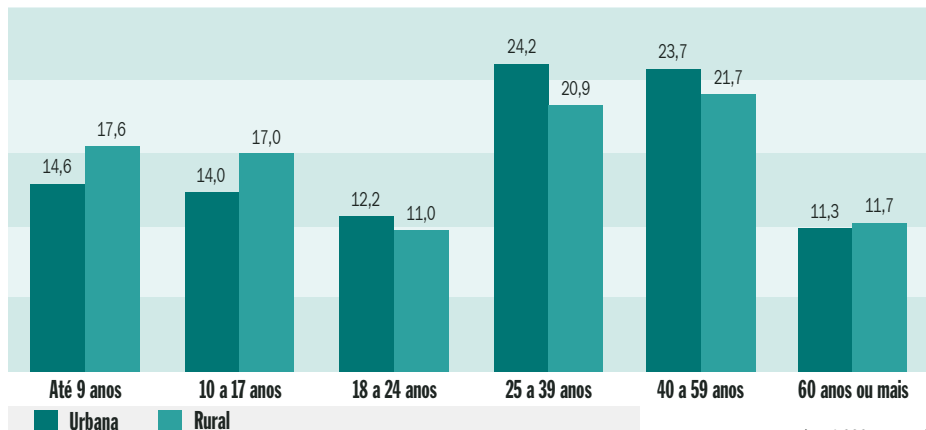
Fonte: IBGE, Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: Foram excluídas as pessoas que não declararam cor/raça

GRÁFICO 16

Distribuição e estimativa da população por faixa etária, segundo local de residência - Brasil 2009 (em %)



(em 1.000 pessoas)

Local de residência	Até 9 anos	10 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais	Total
Urbana	23.574	22.593	19.639	38.932	38.161	18.143	161.041
Rural	5.415	5.228	3.396	6.438	6.685	3.594	30.755

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Distribuição da população residente na área rural por faixa etária Brasil e Grandes Regiões 2009 (em %)

TABELA 15

Faixa etária	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Até 9 anos	22,7	18,9	15,1	13,9	15,3	17,6
10 a 17 anos	18,5	18,2	15,6	14,4	15,6	17,0
18 a 24 anos	11,0	12,0	10,1	10,1	9,2	11,0
25 a 39 anos	22,4	20,3	21,8	20,1	22,9	20,9
40 a 59 anos	17,6	19,2	24,7	27,4	25,4	21,7
60 anos ou mais	7,8	11,4	12,7	14,0	11,6	11,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

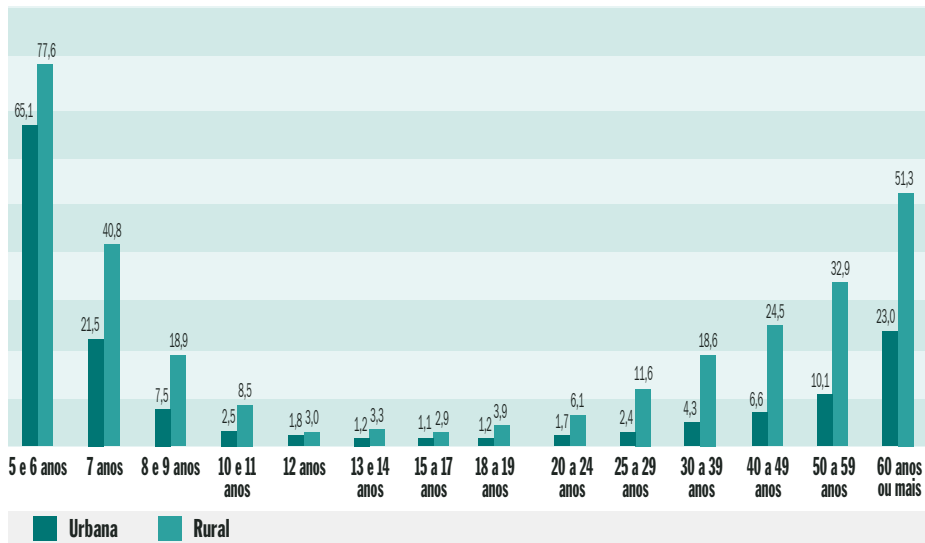
Capítulo 2

Indicadores Demográficos e Sociais

Educação e Saúde

Taxa de analfabetismo⁽¹⁾ por faixa etária e local de residência Brasil 2009 (em %)

GRÁFICO 17

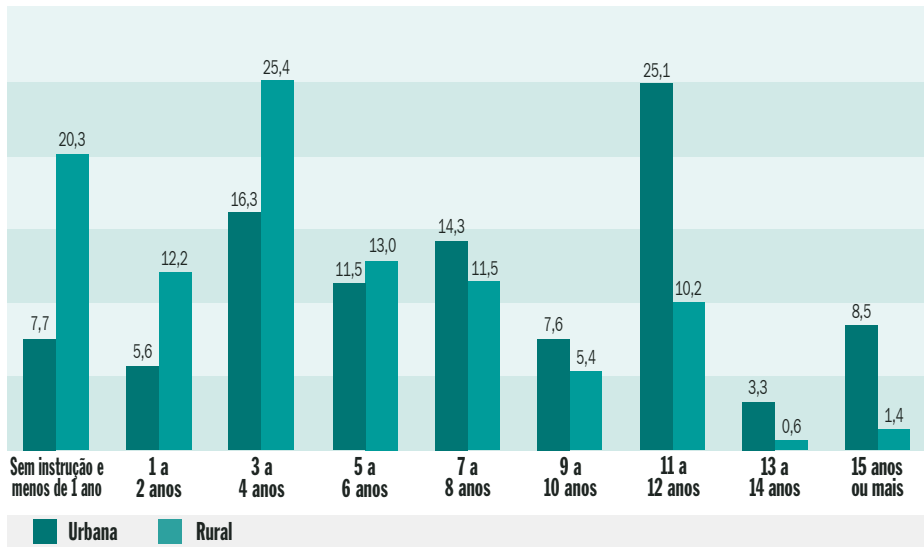


Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Trata-se da proporção de pessoas não alfabetizadas em relação ao total de pessoas em cada grupo de idade

GRÁFICO 18

Distribuição da população por grupos de anos de estudo, segundo local de residência - Brasil 2009 (em %)



Fonte: IBGE. Prad
Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Pessoas de 10 anos ou mais de idade; b) Exclui as pessoas com tempo de estudo não determinado e sem declaração

Distribuição da população por escolaridade, segundo condição de atividade, ocupação e local de residência - Brasil 2009 (em %)

TABELA 16

Escolaridade	População total		PIA		PEA		Ocupados	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Sem instrução	18,5	31,2	7,7	20,2	5,0	19,9	5,1	20,3
Fundamental incompleto	35,4	48,4	38,2	55,0	28,2	52,1	28,4	52,4
Fundamental completo	8,1	5,8	9,5	7,0	10,0	7,4	9,8	7,3
Médio incompleto	6,2	4,3	7,3	5,3	7,7	5,1	7,1	4,9
Médio completo	20,0	8,0	23,5	9,7	30,5	12,0	30,2	11,7
Superior incompleto	3,9	0,8	4,5	1,0	5,9	1,2	5,9	1,1
Superior completo	7,6	1,2	8,9	1,5	12,3	2,0	13,0	2,0
Não determinada	0,3	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (em n^os abs.)	161.040.936	30.754.918	137.466.564	25.340.262	84.445.826	16.664.387	76.556.023	16.133.230

Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

TABELA 17

Estimativa da população residente na área rural por sexo e grupos de anos de estudo - Brasil 2009 (em 1.000 pessoas)

Sexo	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	1 a 2 anos	3 a 4 anos	5 a 6 anos	7 a 8 anos	9 a 10 anos	11 a 12 anos	13 a 14 anos	15 anos ou mais	Total ⁽¹⁾
Homens	2.849	1.791	3.388	1.733	1.454	637	1.176	57	145	13.259
Mulheres	2.281	1.288	3.019	1.563	1.454	724	1.390	103	212	12.082
TOTAL	5.130	3.080	6.407	3.296	2.908	1.361	2.566	160	357	25.340

Fonte: IBGE. Prad

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Foram incluídas as pessoas com anos de estudo não determinados ou sem declaração

Obs.: Refere-se às pessoas de 10 anos ou mais de idade

Distribuição dos estudantes de 5 anos ou mais por grau de escolaridade cursado, segundo sexo e local de residência - Brasil 2009 (em %)

TABELA 18

Grau de escolaridade cursado	Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Pré-escolar	7,9	6,8	8,0	8,0
Primeiro grau ⁽¹⁾	62,7	57,6	77,1	71,4
Segundo grau ⁽²⁾	17,1	20,0	12,9	16,5
Superior ⁽³⁾	12,4	15,6	2,1	4,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE.Pnad

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A categoria Primeiro grau inclui os estudantes de curso de alfabetização de adultos

(2) A categoria Segundo grau inclui os estudantes de curso pré-vestibular

(3) A categoria Superior inclui os estudantes de curso de mestrado ou doutorado

TABELA 19

Média de anos de estudo da população residente na área rural por sexo, segundo condição de atividade e ocupação - Brasil 2001-2009

Anos de estudo	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
População rural	2,7	2,9	3,0	3,2	3,3	3,5	3,6	3,8	3,9
Homens	2,5	2,7	2,9	3,0	3,1	3,3	3,4	3,5	3,7
Mulheres	2,9	3,0	3,2	3,4	3,5	3,7	3,8	4,0	4,1
PIA rural	3,4	3,6	3,8	3,9	4,1	4,2	4,3	4,5	4,6
Homens	3,2	3,4	3,5	3,7	3,8	3,9	4,1	4,2	4,3
Mulheres	3,6	3,8	4,0	4,2	4,3	4,5	4,6	4,8	4,9
PEA rural	3,4	3,7	3,9	4,0	4,2	4,3	4,5	4,7	4,9
Homens	3,2	3,4	3,6	3,8	3,9	4,1	4,3	4,4	4,6
Mulheres	3,8	4,0	4,2	4,4	4,6	4,8	5,0	5,2	5,4

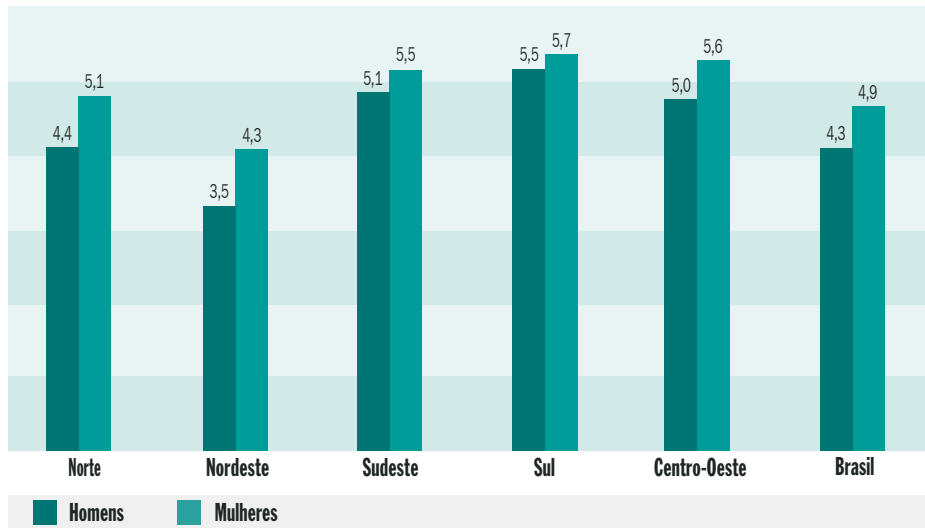
Fonte: IBGE. Prad

Elaboração: DIEESE

Obs.: Foram excluídas, de 2004 a 2009, as informações da Região Norte, exceto de Tocantins

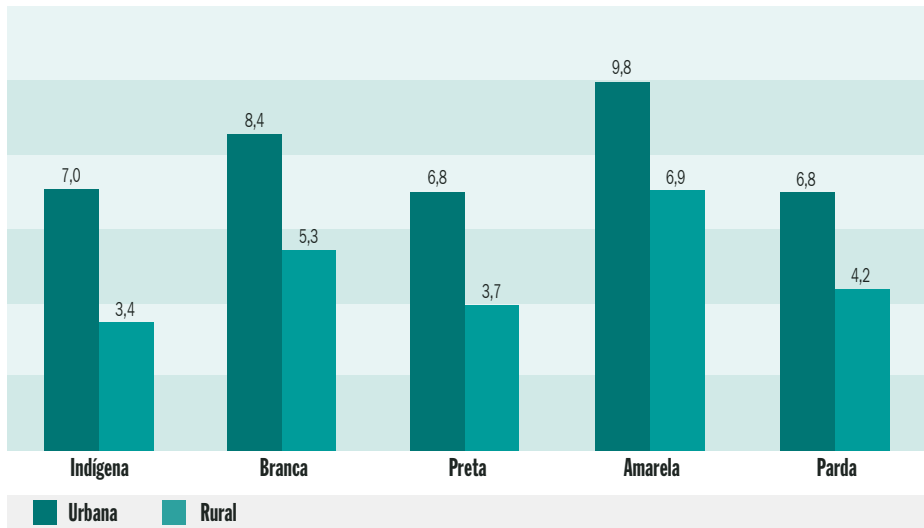
Média de anos de estudo da população residente na área rural por sexo Brasil e Grandes Regiões 2009

GRÁFICO 19



Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE
Obs.: População com 10 anos ou mais de idade

Média de anos de estudo da população por cor/raça e local de residência - Brasil 2009



Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE
Obs.: População com 10 anos ou mais de idade

Distribuição da população por cobertura e tipo de plano de saúde⁽¹⁾, segundo local de residência - Brasil 2008

TABELA 20

Cobertura e tipo	Urbana		Rural	
	Em 1.000 pessoas	Em %	Em 1.000 pessoas	Em %
Cobertos	47.213	29,7	1.974	6,4
Planos de assistência ao servidor público	10.706	6,7	382	1,2
Planos de empresas privadas	36.507	22,9	1.592	5,2
Não cobertos	111.881	70,3	28.884	93,6
População residente	159.095	100,0	30.858	100,0

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Plano de saúde é considerado plano de assistência médica ou odontológica

TABELA 21

Proporção da população⁽¹⁾ por sexo e local de residência, segundo existência de déficit ou excesso de peso e obesidade - Brasil 2008-2009 (em %)

Característica	Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Déficit de peso	1,6	3,5	2,6	4,2
Excesso de peso	52,4	48,0	38,8	47,9
Obesidade	13,2	17,0	8,8	16,5

Fonte: IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Considerada a população com mais de 20 anos

Distribuição das mulheres⁽¹⁾ por número de filhos nascidos vivos, segundo local de residência - Brasil 2009 (em %)

TABELA 22

Número de filhos nascidos vivos	Urbana	Rural	Total
Um filho	24,8	17,7	23,7
Dois filhos	30,4	22,4	29,2
Três filhos	18,8	16,8	18,5
Quatro filhos	9,4	11,4	9,7
Cinco filhos	4,9	7,2	5,3
Seis filhos ou mais	11,7	24,5	13,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Mulheres de 10 anos ou mais de idade

Capítulo 2

Indicadores Demográficos e Sociais

Características dos Domicílios

Distribuição das pessoas responsáveis pelo domicílio por sexo, segundo local de residência - Brasil e Grandes Regiões 2009 (em %)

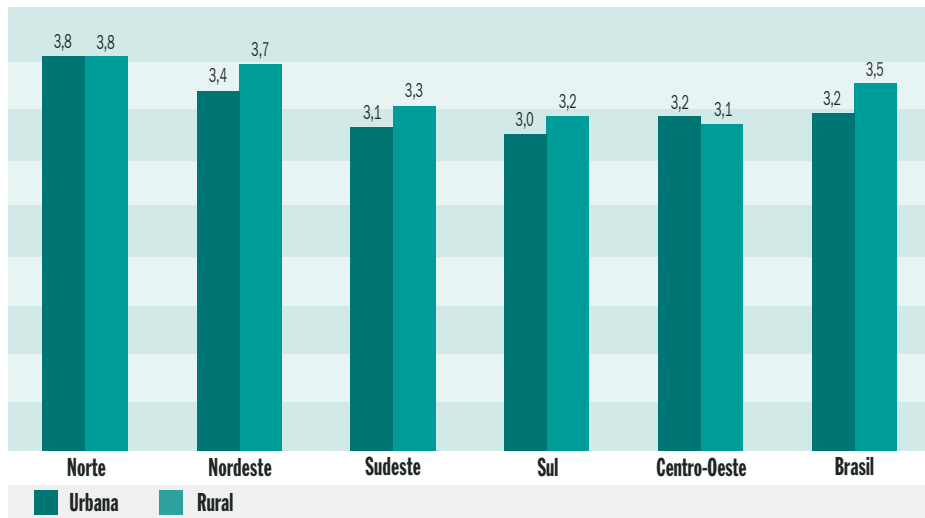
TABELA 23

Brasil e Grandes Regiões	Urbana			Rural		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Norte	63,3	36,7	100,0	83,4	16,6	100,0
Nordeste	62,5	37,5	100,0	81,4	18,6	100,0
Sudeste	64,2	35,8	100,0	80,5	19,5	100,0
Sul	65,1	34,9	100,0	82,3	17,7	100,0
Centro-Oeste	62,4	37,6	100,0	87,3	12,7	100,0
BRASIL	63,7	36,3	100,0	82,0	18,0	100,0

Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 21

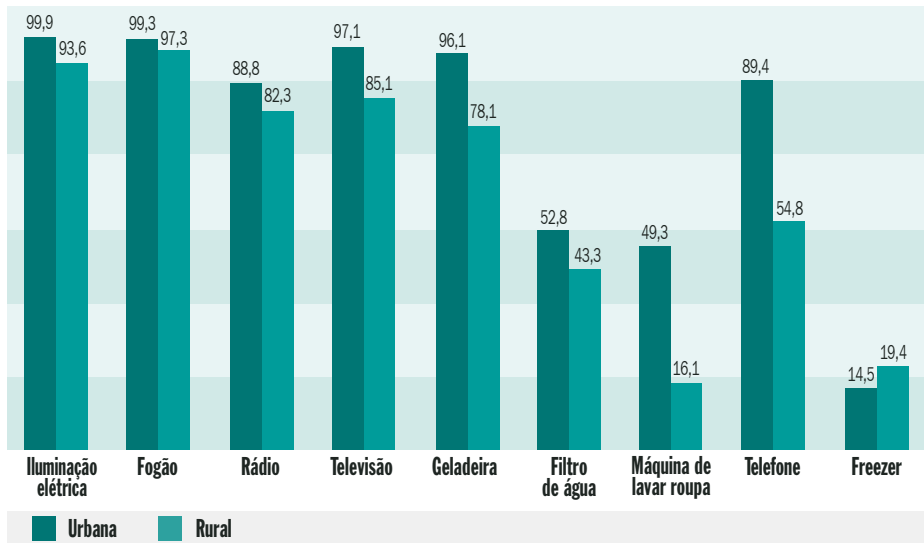
Número médio de moradores por domicílio, segundo local de residência Brasil e Grandes Regiões 2009



Fonte IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Proporção de domicílios urbanos e rurais com equipamentos básicos e outros bens duráveis - Brasil 2009 (em %)

GRÁFICO 22

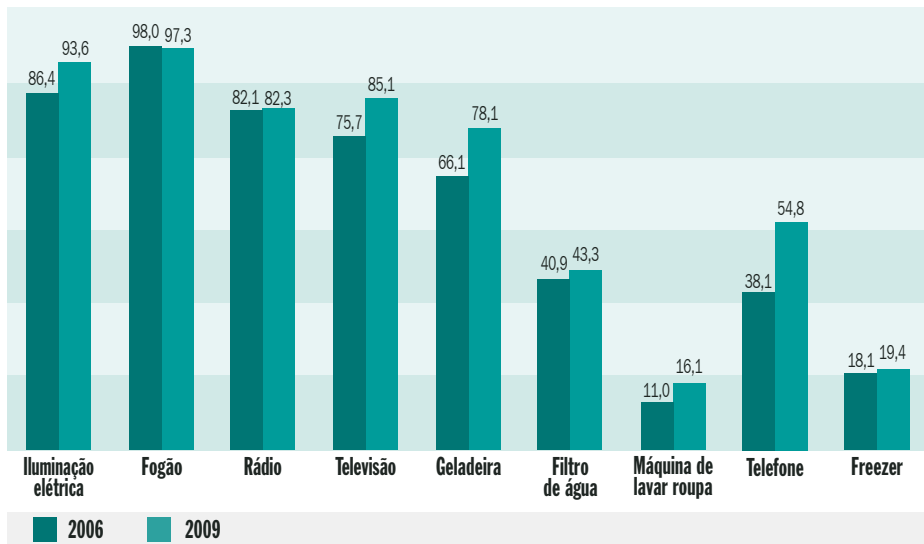


Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

Obs.: Foram excluídos os domicílios sem declaração de equipamentos básicos e outros bens duráveis

GRÁFICO 23

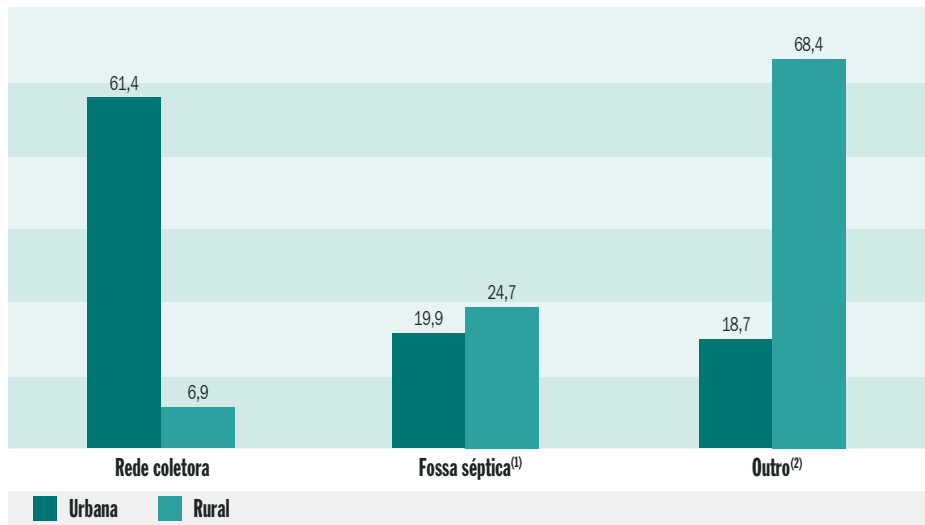
Proporção de domicílios rurais com equipamentos básicos e outros bens duráveis - Brasil 2006 e 2009 (em %)



Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

Distribuição dos domicílios urbanos e rurais por tipo de esgotamento sanitário - Brasil 2009 (em %)

GRÁFICO 24



Fonte: IBGE, Pnad. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Fossa séptica ligada ou não ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial; (2) Outro: quando os dejetos são esgotados para uma fossa rudimentar (fossa negra, poço, buraco etc.), diretamente para uma vala, rio, lago ou mar, ou quando o escoadouro não se enquadra em rede coletora ou fossa séptica. Obs.: Foram excluídos os domicílios sem declaração de tipo de esgotamento sanitário

TABELA 24

Distribuição dos domicílios rurais por tipo de esgotamento sanitário Brasil e Grandes Regiões 2006 e 2009 (em %)

Brasil e Grandes Regiões	Rede coletora	Fossa séptica ⁽¹⁾	Outro ⁽²⁾	Total	Total (em 1.000 domicílios)
2006					
Norte	0,6	26,6	72,8	100,0	681
Nordeste	3,3	13,9	82,8	100,0	2.171
Sudeste	15,2	17,1	67,7	100,0	1.676
Sul	1,8	44,9	53,3	100,0	1.334
Centro-Oeste	1,1	5,4	93,5	100,0	509
BRASIL	5,7	21,9	72,4	100,0	6.371
2009					
Norte	1,5	29,6	68,9	100,0	719
Nordeste	3,0	20,7	76,2	100,0	2.761
Sudeste	19,8	16,1	64,1	100,0	1.800
Sul	2,4	47,8	49,8	100,0	1.406
Centro-Oeste	2,3	6,3	91,4	100,0	519
BRASIL	6,9	24,7	68,4	100,0	7.204

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Fossa séptica ligada ou não ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial

(2) Outro: quando os dejetos são esgotados para uma fossa rudimentar (fossa negra, poço, buraco etc.), diretamente para uma vala, rio, lago ou mar, ou quando o escoadouro não se enquadra em rede coletora ou fossa séptica

Obs.: Foram excluídos os domicílios sem declaração de tipo de esgotamento sanitário

Distribuição dos domicílios urbanos e rurais por forma de abastecimento de água - Brasil 2009

TABELA 25

Forma de abastecimento de água	Urbano		Rural	
	Em 1.000 domicílios	Em %	Em 1.000 domicílios	Em %
Com canalização interna	48.544	97,4	6.020	68,8
Com canalização interna - rede geral	46.118	92,6	2.533	28,9
Com canalização interna - outra forma	2.426	4,9	3.487	39,9
Sem canalização interna	1.283	2,6	2.730	31,2
Sem canalização interna - rede geral	469	0,9	335	3,8
Sem canalização interna - outra forma	814	1,6	2.395	27,4
TOTAL DE DOMICÍLIOS	49.828	100,0	8.750	100,0

Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

TABELA 26

Distribuição dos domicílios rurais por forma de abastecimento de água - Brasil e Grandes Regiões 2009 (em %)

Forma de abastecimento de água	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Com canalização interna	53,5	50,4	89,0	95,3	87,6	68,8
Com canalização interna - rede geral	19,3	30,3	31,2	32,2	18,5	28,9
Com canalização interna - outra forma	34,2	20,0	57,8	63,1	69,1	39,9
Sem canalização interna	46,5	49,6	11,0	4,7	12,4	31,2
Sem canalização interna - rede geral	4,1	6,6	1,4	0,5	1,0	3,8
Sem canalização interna - outra forma	42,4	43,1	9,6	4,2	11,4	27,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Prad
Elaboração: DIEESE

Capítulo 3

Trabalho e Rendimento

Capítulo 3

Trabalho e Rendimento

Características Gerais do Trabalho no Meio Rural

Estimativa da população residente na área rural, segundo condição de atividade - Brasil e Grandes Regiões 2009 (em 1.000 pessoas)

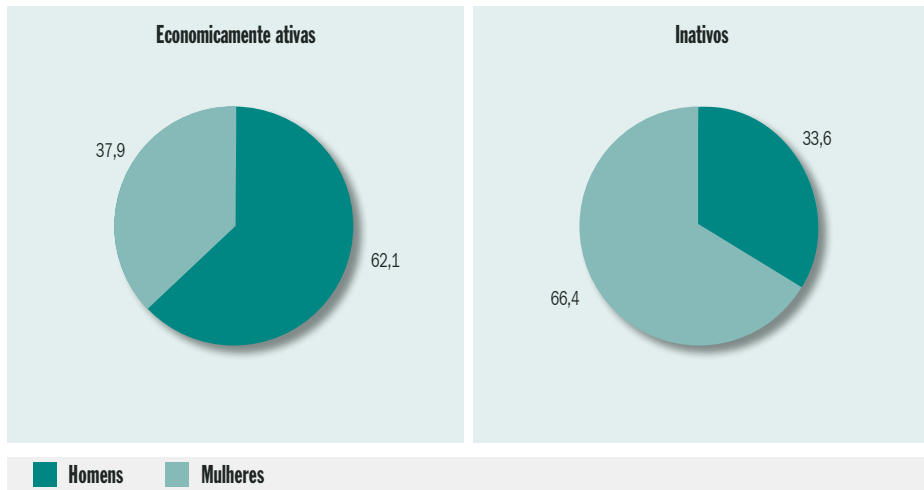
TABELA 27

Condição de atividade	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Economicamente Ativa	1.743	7.488	3.515	2.923	995	16.664
Ocupada	1.683	7.254	3.376	2.854	966	16.133
Com procura de trabalho	115	479	227	116	63	1.000
Sem procura de trabalho	1.569	6.775	3.149	2.738	903	15.133
Desocupada	60	234	139	69	30	531
Inativa	907	4.440	1.800	1.094	435	8.676
PIA TOTAL⁽¹⁾	2.650	11.928	5.316	4.016	1.430	25.340

Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A População em Idade Ativa (PIA) corresponde à soma da PEA e inativos com 10 anos ou mais

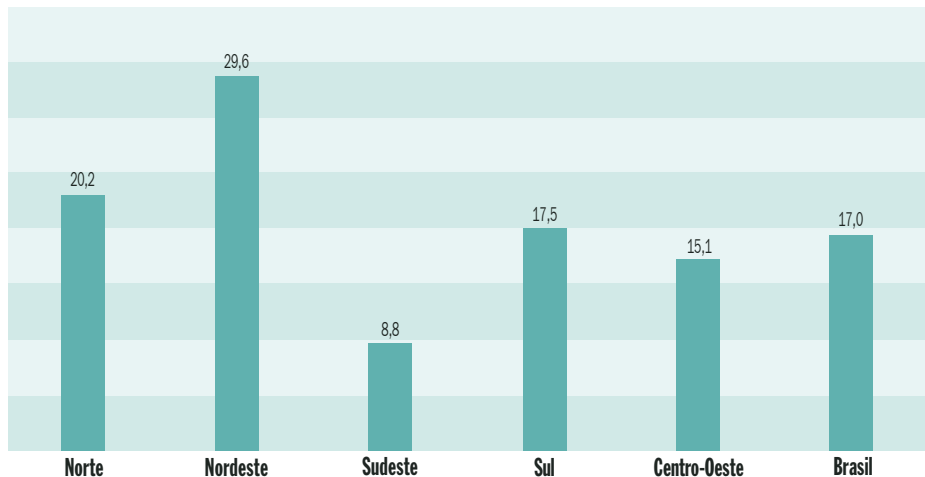
Distribuição das pessoas economicamente ativas e dos inativos residentes na área rural por sexo - Brasil 2009 (em %)



Fonte: IBGE. Prad
Elaboração DIEESE
Obs: Exclui as pessoas sem declaração

Proporção de ocupados em atividades agrícolas⁽¹⁾ em relação ao total de ocupados - Brasil e Grandes Regiões 2009 (em %)

GRÁFICO 26



Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Refere-se à atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade

TABELA 28

Distribuição dos ocupados em atividades agrícolas por posição na ocupação - Brasil e Grandes Regiões 2009 (em %)

Posição na ocupação	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Empregado permanente	13,2	10,4	29,8	13,3	30,8	16,8
Empregado temporário	11,2	15,8	16,5	6,7	9,9	13,6
Conta própria	30,5	27,4	17,7	29,4	23,0	25,6
Empregador	3,1	1,7	3,6	3,6	4,7	2,8
Trabalhador não-remunerado	21,4	18,2	10,3	25,1	6,7	17,1
Trabalhador na produção para o próprio consumo	20,6	26,4	22,0	21,8	24,8	24,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (em 1.000 pessoas)	1.390	7.200	3.469	2.591	1.064	15.715

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: Refere-se à posição na ocupação da pessoa ocupada em empreendimento do grupamento agrícola no trabalho da semana de referência

Evolução do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, segundo posição na ocupação - Brasil 1981-2009 (em 1.000 pessoas)

TABELA 29

Posição na ocupação	1981	1990	1998	2001	2005 ⁽¹⁾	2009 ⁽¹⁾
Empregados	4.874	5.236	4.187	4.292	4.771	4.615
Conta própria	4.048	4.372	4.370	4.144	4.166	3.732
Empregadores	462	660	458	492	514	412
Não remunerados	3.916	3.912	4.342	3.861	3.726	2.443
Trabalhador na produção para o próprio consumo	-	-	2.978	2914	3.729	3.637
TOTAL	13.300	14.180	16.335	15.704	16.906	14.838

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, pois antes de 2004 a pesquisa não era aplicada nestas regiões

Obs.: a) Não existia o item "trabalho para próprio consumo" nas Pnads 1981 e 1990

b) Dados de 2001 e 2005, com a ponderação divulgada em 2008

c) Exclui os ocupados sem declaração

TABELA 30

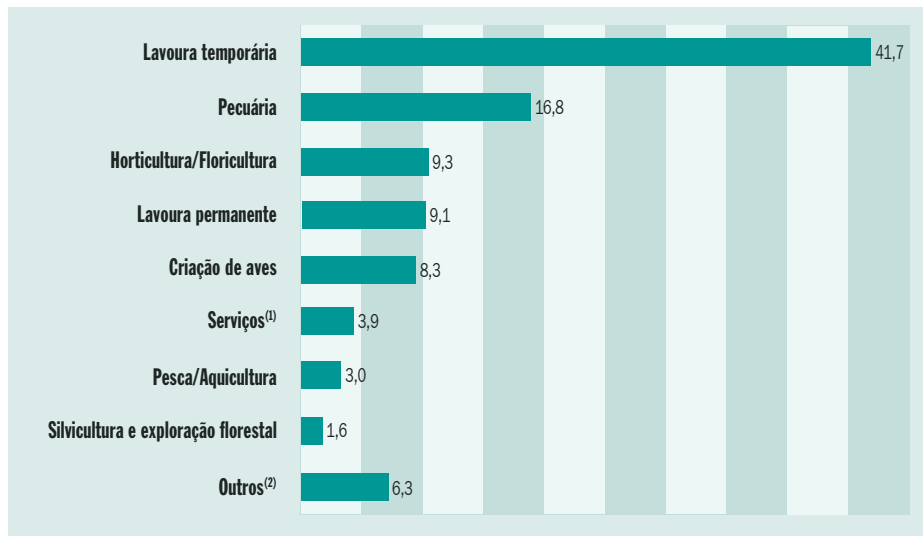
**Varição do pessoal ocupado em atividades agrícolas por sexo
Brasil 2006-2009 (em 1.000 pessoas)**

Sexo	2006	2009	Varição (em %)
Homens	11.566	10.892	-5,8
Mulheres	5.692	4.822	-15,3
TOTAL	17.258	15.715	-8,9

Fonte: IBGE, Prad
Elaboração: DIEESE

Distribuição dos ocupados em atividades agrícolas, segundo atividade econômica - Brasil 2009 (em %)

GRÁFICO 27

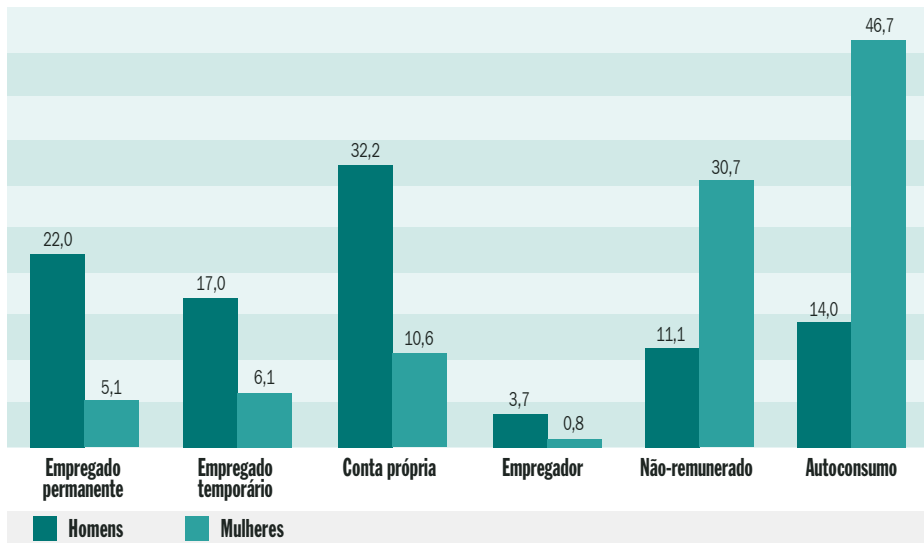


Fonte: IBGE, Pnad. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Atividades de serviços relacionados com agricultura e pecuária; (2) Inclui produção mista (lavoura e pecuária), apicultura, sericultura, caça, repovoamento ciegético e serviços relacionados e atividades mal especificadas

GRÁFICO 28

Distribuição do pessoal ocupado na agropecuária por posição na ocupação, segundo sexo - Brasil 2009 (em %)



Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Mulheres ocupadas na agropecuária por atividade, segundo posição na família - Brasil 2009 (em %)

TABELA 31

Grupo de atividade	Chefe	Cônjuge	Filha	Outras
Lavoura temporária	18,3	66,8	13,1	1,8
Pecuária	16,4	69,1	11,3	3,1
Horticultura/floricultura	25,7	63,0	7,6	3,7
Lavoura permanente	15,6	69,3	11,4	3,8
Criação de aves	19,5	73,5	5,2	1,8
Serviços ⁽¹⁾	27,4	54,0	12,7	5,8
Pesca/aquicultura	27,2	59,7	9,7	3,4
Silvicultura e exploração florestal	22,7	62,3	14,2	0,8
Outros ⁽²⁾	18,7	20,3	61,0	0,0
Produção mista: lavoura e pecuária	13,8	72,3	12,0	1,9
Apicultura/sericultura	0,0	43,7	0,0	56,3
TOTAL	19,5	67,9	10,1	2,5

Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: Dieese

Nota: (1) Serviços relacionados com agricultura ou pecuária

(2) Criação de animais mal especificados e caça, repovoamento ciegético e serviços relacionados

TABELA 32

Idade e escolaridade média do pessoal ocupado na agropecuária, segundo sexo - Brasil 2009

Atividade	Idade (em anos)		Escolaridade (em anos de estudo)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Lavoura temporária	39,4	40,8	3,6	3,6
Lavoura permanente	39,1	38,9	4,5	4,6
Horticultura/Floricultura	45,4	47,4	4,3	4,4
Pecuária	41,1	43,1	4,4	4,9
Criação de aves	42,5	47,6	4,9	3,4
Apicultura/Sericicultura	45,2	48,0	6,3	10,2
Produção mista: lavoura e pecuária	41,8	43,3	4,5	4,4
Silvicultura/Exploração florestal	37,6	38,5	4,2	3,7
Pesca/Aquicultura	39,5	39,7	3,8	4,3
Serviços ⁽¹⁾	37,1	37,0	4,3	5,3
Outros ⁽²⁾	41,0	27,9	3,2	1,4
TOTAL	40,2	43,4	4,0	3,9

Fonte: IBGE. Pnad

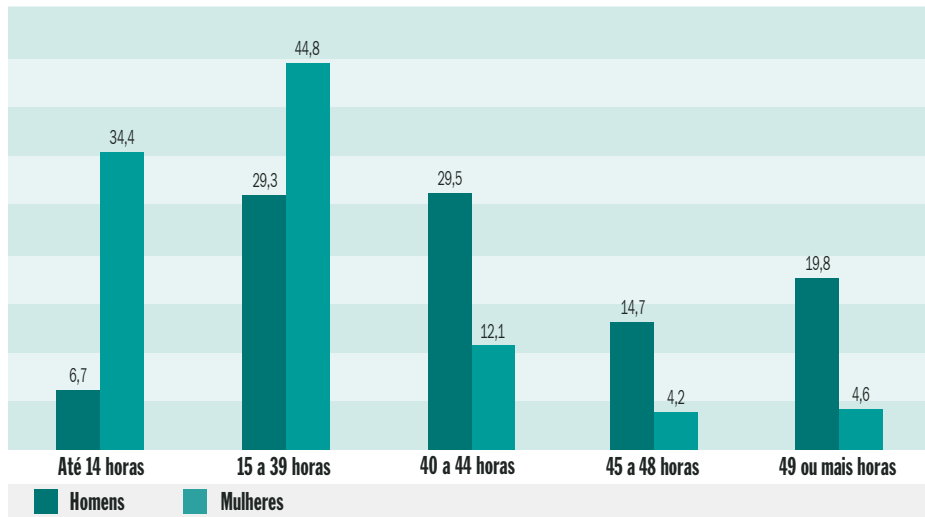
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Atividades de serviços relacionados com agricultura e pecuária

(2) Criação de animais mal especificados e caça, repovoamento cigético e serviços relacionados

Distribuição dos trabalhadores agrícolas por classes de horas de trabalho semanal, segundo sexo - Brasil 2009 (em %)

GRÁFICO 29

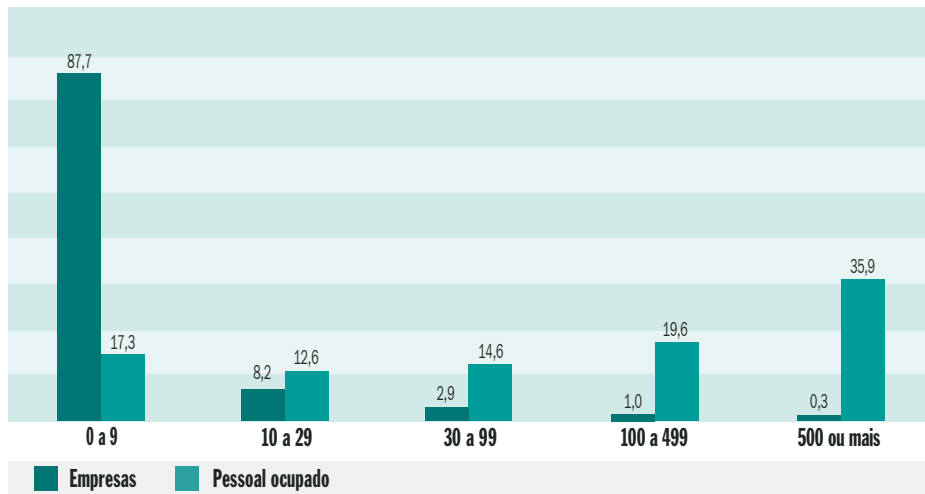


Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Obs.: Foram consideradas as horas trabalhadas no trabalho principal da semana de referência

GRÁFICO 30

Distribuição das empresas agropecuárias⁽¹⁾ e do pessoal nelas ocupado, segundo faixas de pessoal ocupado - Brasil 2008 (em %)



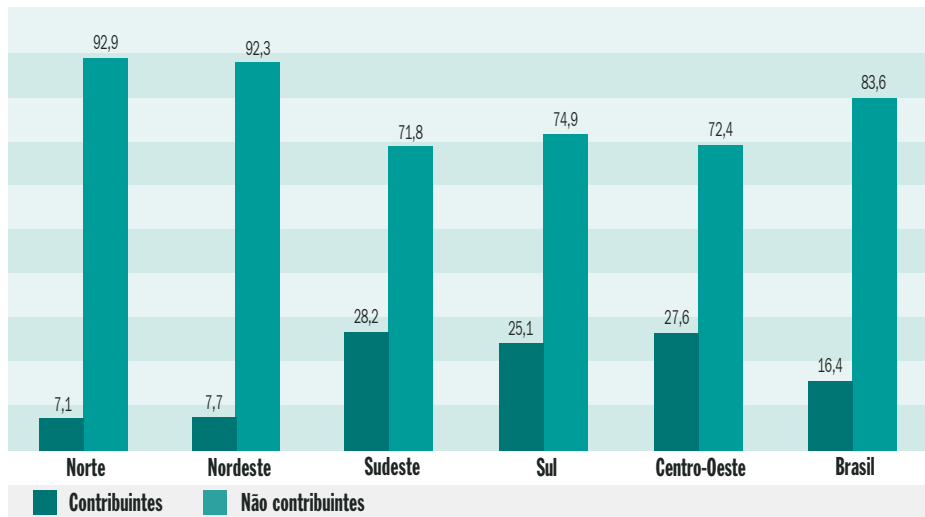
Fonte: IBGE, Cempre

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura segundo classificação CNAE

Distribuição dos ocupados na agropecuária, segundo contribuição para a Previdência⁽¹⁾ - Brasil e Grandes Regiões 2009 (em %)

GRÁFICO 31



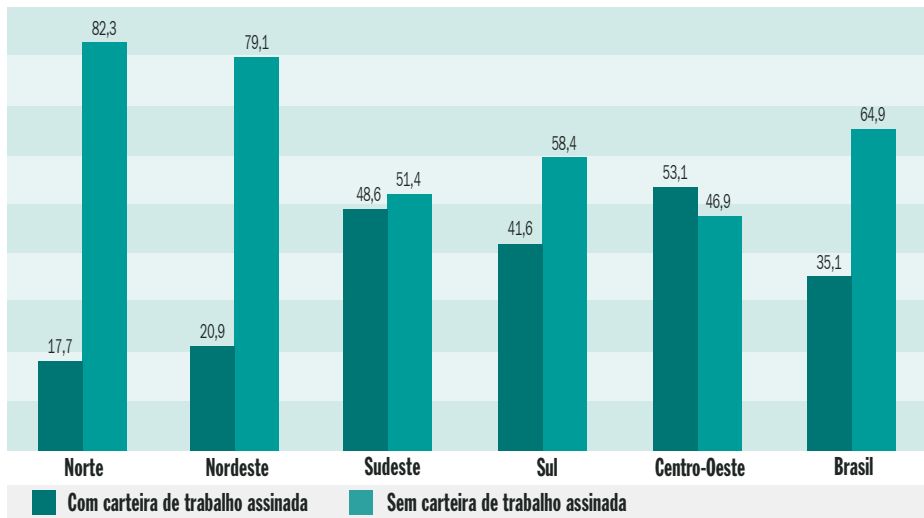
Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Contribuição à previdência social no trabalho principal da semana de referência

Obs.: Foram excluídos os ocupados sem declaração

GRÁFICO 32

Distribuição dos empregados em atividades agrícolas, segundo registro em carteira de trabalho - Brasil e Grandes Regiões 2009 (em %)



Fonte: IBGE, Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: Exclui os empregados que não declararam a categoria de emprego

Número de empregados formais na agropecuária, segundo atividades econômicas - Brasil e Grandes Regiões 2010 (Em nºs absolutos)

TABELA 33

Atividades econômicas	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Pecuária	45.062	57.663	190.821	67.589	119.609	480.744
Lavoura temporária	6.151	88.482	151.521	76.442	86.729	409.325
Lavoura permanente	7.503	54.344	154.753	23.529	3.170	243.299
Atividades de apoio à agricultura e à pecuária ⁽¹⁾	3.474	11.993	57.385	27.952	15.018	115.822
Produção florestal - florestas plantadas	6.656	9.089	30.852	17.332	5.545	69.474
Horticultura e floricultura	742	3.002	30.089	5.317	2.538	41.688
Atividades paisagísticas	455	1.675	7.585	2.098	788	12.601
Produção de sementes e mudas certificadas	211	1.147	5.199	2.843	2.798	12.198
Aquicultura	523	6.576	1.267	543	536	9.445
Pesca	1.061	963	2.366	3.347	88	7.825
Produção florestal - florestas nativas	1.509	1.717	1.652	838	1.444	7.160
Caça e serviços relacionados	0	8	4	0	4	16
TOTAL	73.347	236.659	633.494	227.830	238.267	1.409.597

Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui as atividades pós-colheita

Obs.: Refere-se aos trabalhadores formais em 31 de dezembro declarados pelo empregador

TABELA 34

Saldo de admissões e desligamentos, segundo grandes setores e classes de atividade econômica selecionadas - Brasil 2008 - 2010 (em nºs absolutos)

Setores	2008	2009	2010
Indústria	195.311	17.885	519.225
Construção Civil	197.868	177.185	254.178
Comércio	382.218	297.157	519.613
Serviços ⁽¹⁾	658.575	518.252	869.877
Agropecuária ⁽²⁾	18.232	-15.369	-25.946
Cultivo de cana-de-açúcar	9.053	4.714	-5.161
Cultivo de laranja	4.504	3.492	-21.462
Criação de aves	3.857	2.088	2.217
Atividades paisagísticas	486	1.877	433
Cultivo de soja	2.575	1.425	1.432
Demais classes de atividade da agropecuária	-2.243	-28.965	-3.405
TOTAL	1.452.204	995.110	2.136.947

Fonte: MTE. Caged

Elaboração: DIEESE

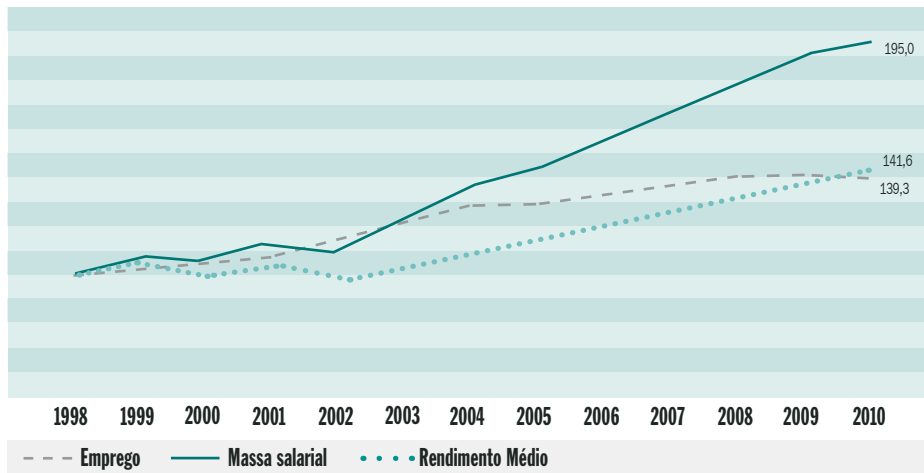
Nota: (1) Inclui Administração pública

(2) Inclui extrativa vegetal, caça e pesca

Obs.: As classes de atividade da agropecuária estão classificadas conforme o saldo de empregos em 2009

Evolução do Índice de emprego, massa salarial e rendimento real médio⁽¹⁾ na agropecuária⁽²⁾ - Brasil 1998-2010 (1998 = 100)

GRÁFICO 33



Fonte: MTE, Rais

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Refere-se à remuneração média real em 31/12, a preços do INPC-IBGE/dez 2010. Para o cálculo são excluídos os empregados com remuneração ignorada

(2) Inclui extrativa vegetal, caça e pesca

TABELA 35

Evolução dos resultados da fiscalização do trabalho na área rural Brasil 1998-2010 (em n^{os} absolutos)

Ano	Empresas fiscalizadas	Trabalhadores alcançados ⁽¹⁾	Trabalhadores registrados ⁽²⁾	Autuações
1998	7.042	686.210	29.248	2.877
1999	6.561	620.132	24.990	2.532
2000	8.585	836.943	86.633	3.379
2001	9.641	833.991	92.446	3.367
2002	8.873	836.374	103.323	3.221
2003	9.367	1.039.982	103.545	3.912
2004	13.856	1.333.271	173.581	4.734
2005	12.192	1.190.454	115.560	4.367
2006	13.326	1.382.713	110.164	5.840
2007	13.390	1.586.690	138.023	5.597
2008	10.839	1.349.207	668.857	5.388
2009	13.379	1.554.442	588.680	5.460
2010	11.978	1.315.241	515.376	5.894

Fonte: MTE. SFIT

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) É o universo de trabalhadores formais e informais existente na empresa no dia da fiscalização

(2) Refere-se aos trabalhadores sem vínculo formal de emprego identificados no dia da fiscalização e que foram formalizados

Distribuição dos beneficiários⁽¹⁾ e do valor do seguro-desemprego dos trabalhadores com último emprego na agricultura - Brasil e Grandes Regiões 2010

TABELA 36

Brasil e Grandes Regiões	Trabalhadores beneficiários		Valor emitido	
	Em nºs absolutos	Em %	Em R\$ 1.000	Em %
Norte	22.995	5,3	49.042	5,3
Nordeste	99.018	22,7	205.190	22,3
Sudeste	192.307	44,1	384.974	41,8
Sul	60.912	14,0	136.566	14,8
Centro-Oeste	60.929	14,0	144.629	15,7
BRASIL	436.161	100,0	920.401	100,0

Fonte: MTE, CGSAP/DES/SPPE

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Beneficiário é o trabalhador segurado que recebeu pelo menos uma parcela do benefício, para um determinado requerimento

Obs.: Dados atualizados até 1 de fevereiro de 2011

TABELA 37

Distribuição dos ocupados por faixa etária em que começaram a trabalhar, segundo sexo e local de residência - Brasil 2009 (em%)

Faixa etária	Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Até 9 anos	10,9	8,0	28,4	23,8
10 a 14 anos	39,6	30,3	54,1	51,8
15 a 17 anos	28,8	28,5	12,9	14,4
18 a 19 anos	14,0	17,9	3,2	5,0
20 a 24 anos	5,8	11,2	1,1	3,6
25 a 29 anos	0,8	2,4	0,1	0,8
30 anos ou mais	0,1	1,7	0,0	0,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Distribuição das crianças de 5 a 14 anos de idade por situação de ocupação e local de residência - Brasil e Grandes Regiões 2009 (em %)

TABELA 38

Brasil e Grandes Regiões	Urbana			Rural		
	Ocupadas	Não-ocupadas	Total	Ocupadas	Não-ocupadas	Total
Norte	2,5	97,5	100,0	12,4	87,6	100,0
Nordeste	3,8	96,2	100,0	11,6	88,4	100,0
Sudeste	1,8	98,2	100,0	7,2	92,8	100,0
Sul	2,5	97,5	100,0	11,6	88,4	100,0
Centro-Oeste	3,1	96,9	100,0	9,4	90,6	100,0
BRASIL	2,6	97,4	100,0	10,8	89,2	100,0

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

TABELA 39

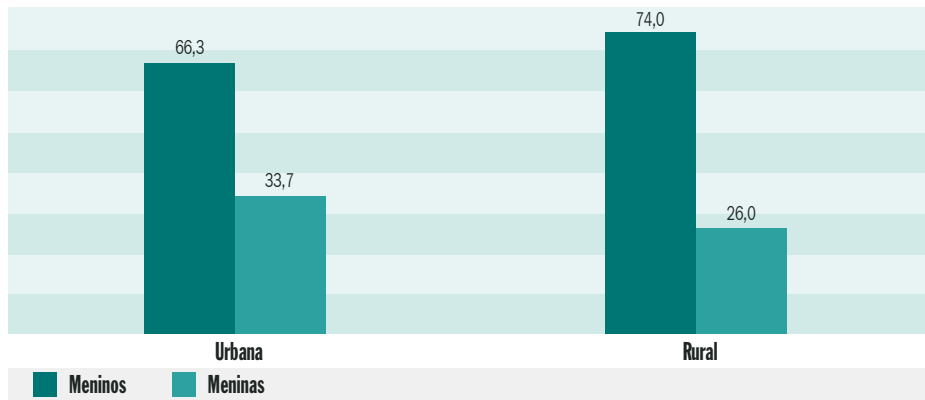
Distribuição das crianças de 5 a 14 anos que trabalham, segundo sexo e atividade econômica - Brasil e Grandes Regiões 2009 (em %)

Brasil e Grandes Regiões	Agrícola			Não-agrícola		
	Meninos	Meninas	Total	Meninos	Meninas	Total
Norte	81,9	18,1	100,0	60,0	40,0	100,0
Nordeste	78,9	21,1	100,0	59,3	40,7	100,0
Sudeste	76,2	23,8	100,0	56,0	44,0	100,0
Sul	70,8	29,2	100,0	53,8	46,2	100,0
Centro-Oeste	76,7	23,3	100,0	55,7	44,3	100,0
Brasil	77,7	22,3	100,0	57,4	42,6	100,0
BRASIL (em 1.000 pessoas)	556	159	715	382	284	666

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Distribuição e estimativa dos ocupados de 5 a 14 anos sem frequência escolar, segundo sexo e local de residência - Brasil 2009 (em %)

GRÁFICO 34



(em nºs absolutos)

Sexo	Urbana	Rural
Meninos	29.481	21.835
Meninas	14.984	7.674
TOTAL	44.465	29.509

■ Fonte: IBGE. Pnad
 Elaboração: DIEESE

TABELA 40

Distribuição dos ocupados residentes na área rural por grupamentos ocupacionais - Brasil 2009

Grupamentos ocupacionais	Em nºs absolutos	Em %
Trabalhadores agrícolas	10.938.067	67,8
Produtores na exploração agropecuária	2.970.686	18,4
Trabalhadores na exploração agropecuária	7.570.938	46,9
Pescadores, caçadores e extrativistas florestais	287.033	1,8
Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal	109.410	0,7
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	1.898.212	11,8
Trabalhadores dos serviços	1.611.397	10,0
Outros ⁽¹⁾	1.685.554	10,4
TOTAL	16.133.230	100,0

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui dirigentes em geral, profissionais das ciências e das artes, técnicos de nível médio, trabalhadores de serviços administrativos, membros das forças armadas e auxiliares, vendedores e prestadores de serviços do comércio

Tipos de famílias com residência rural, segundo ocupação de seus integrantes - Brasil 2009

TABELA 41

Tipo de família	Famílias		Tipo de família	Famílias	
	Em 1.000 famílias	Em %		Em 1.000 famílias	Em %
Empregadores 3+ ⁽¹⁾	75	0,9	Agrícolas	1.766	20,2
Agrícolas ⁽²⁾	16	0,2	Pluriativas	1.029	11,8
Pluriativas ⁽³⁾	15	0,2	Não-agrícolas	694	7,9
Não-agrícolas ⁽⁴⁾	44	0,5	Assalariados ⁽⁷⁾	3.470	39,7
Empregadores 2- ⁽⁵⁾	265	3,0	Agrícolas	1.506	17,2
Agrícolas	129	1,5	Pluriativas	425	4,9
Pluriativas	80	0,9	Não-agrícolas	1.539	17,6
Não-agrícolas	57	0,6	Não-ocupado ⁽⁸⁾	1.451	16,6
Conta própria ⁽⁶⁾	3.489	39,9	TOTAL DE FAMÍLIAS	8.750	100,0

Fonte: Projeto Rurbano

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Famílias que contratam 3 ou mais empregados permanentes nos seus empreendimentos

(2) Famílias em que todos os integrantes ocupados se dedicavam às atividades agrícolas

(3) Famílias em que alguns integrantes se dedicavam às atividades agrícolas e outras às não-agrícolas

(4) Famílias em que todos os integrantes ocupados se dedicavam às atividades não-agrícolas

(5) Famílias que contratam até 2 empregados permanentes nos seus empreendimentos

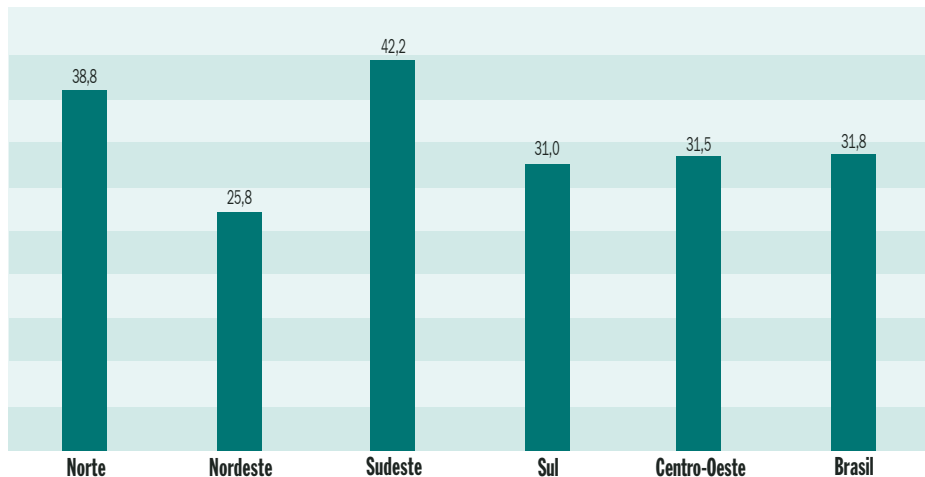
(6) Famílias que não contratam empregados permanentes nos seus empreendimentos

(7) Famílias sem nenhum empreendimento e com pelo menos um integrante como assalariado

(8) Famílias em que nenhum integrante estava ocupado na semana de referência da pesquisa

GRÁFICO 35

Proporção de ocupados em empreendimentos não-agrícolas, residentes na área rural - Brasil e Grandes Regiões 2009 (em %)



Fonte: IBGE, Prad
Elaboração: DIEESE

Distribuição dos ocupados rurais não-agrícolas, segundo atividade econômica - Brasil 2009

TABELA 42

Atividade econômica	Em 1.000 pessoas	Em %
Serviços ⁽¹⁾	1.661	32,3
Indústria	1.130	22,0
Comércio	828	16,1
Construção	578	11,3
Administração pública	298	5,8
Transporte e comunicação	258	5,0
Outros	383	7,4
TOTAL	5.135	100,0

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui serviços públicos e privados

TABELA 43

Distribuição dos empregados no setor privado residentes na área rural, por porte do empreendimento não-agrícola, segundo setor de atividade - Brasil 2009 (em %)

Setor de atividade	Número de pessoas ocupadas no empreendimento				Total	Total (n ^{os} abs.)
	2	3 a 5	6 a 10	11 ou mais		
Indústria	3,7	9,8	12,5	74,0	100,0	748.584
Construção	24,3	16,5	9,0	50,2	100,0	315.271
Comércio e reparação	13,8	26,5	19,7	40,0	100,0	427.849
Serviços	12,1	20,2	14,3	53,4	100,0	431.616
Outras atividades	8,5	16,0	17,9	57,6	100,0	143.296
TOTAL	11,0	16,9	14,2	57,9	100,0	2.066.616

Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

Capítulo 3

Trabalho e Rendimento

Rendimento

Rendimento médio mensal nominal⁽¹⁾ das pessoas residentes em domicílios rurais, segundo condição de atividade e ocupação - Brasil 2009 (Em R\$ de set. /09)

TABELA 44

Condição de atividade	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Economicamente ativas	516	321	615	720	664	494
Ocupadas	533	330	639	737	684	509
Procurando trabalho	412	238	533	387	382	352
Desocupadas	35	38	41	35	21	37
Inativas	101	149	185	248	148	164

Fonte: IBGE. Pnad

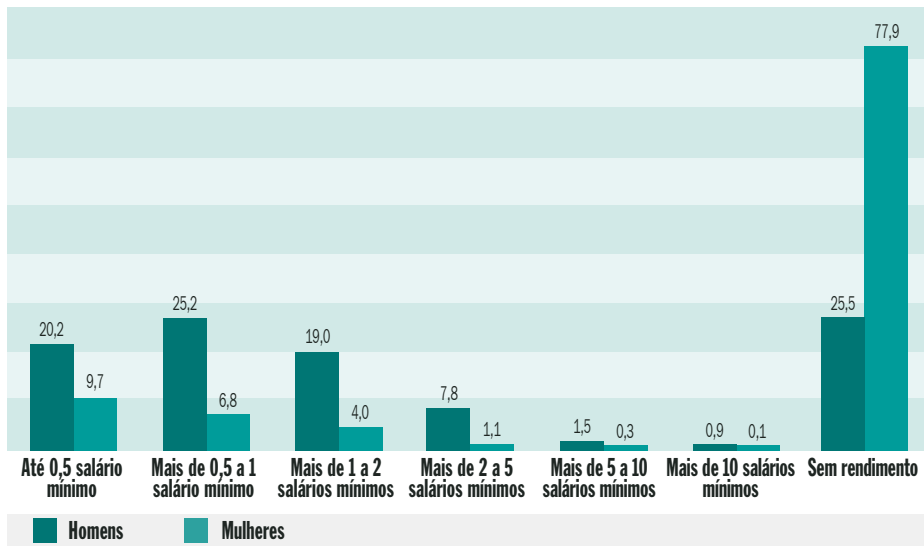
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) São consideradas todas as fontes (salário, pensões ou outras formas de rendimento) das pessoas que têm rendimento

Obs.: a) Pessoas de 10 anos ou mais de idade

b) Exclui as pessoas sem rendimento

Distribuição dos ocupados na agropecuária por faixa de rendimento, segundo sexo - Brasil 2009 (em%)



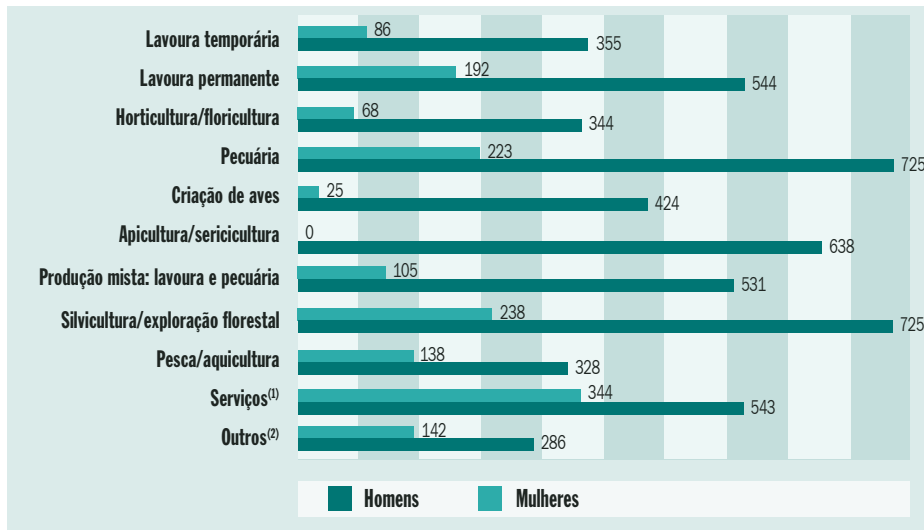
Fonte: IBGE. Prad. Elaboração: DIEESE

Obs.: a) A categoria sem rendimento inclui pessoas que receberam somente benefícios

b) Foram excluídos os ocupados sem declaração de rendimento

Renda média mensal do pessoal ocupado na agropecuária por atividade, segundo sexo - Brasil 2009 (em R\$ de set / 2009)

GRÁFICO 37



Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Atividades de serviços relacionados com a agricultura e a pecuária; (2) Criação de animais mal especificados e caça, repovoamento cigético e serviços relacionados

Obs.: Foram excluídos os ocupados sem declaração de rendimento

TABELA 45

Valor e distribuição do rendimento médio mensal familiar por origem do rendimento, segundo local de residência - Brasil 2008

Origem dos rendimentos	Urbana		Rural	
	Em R\$	Em %	Em R\$	Em %
Rendimento do trabalho ⁽¹⁾	1.853	61,8	795	53,6
Transferência	550	18,3	303	20,5
Aposentadoria/previdência pública	444	14,8	238	16,1
Outras transferências ⁽²⁾	105	3,5	65	4,4
Rendimento de aluguel ⁽³⁾	51	1,7	22	1,5
Outros rendimentos ⁽⁴⁾	46	1,5	26	1,8
Rendimento não-monetário ⁽⁵⁾	367	12,2	277	18,7
Varição patrimonial ⁽⁶⁾	134	4,5	58	3,9
RENDIMENTO TOTAL	3.000	100,0	1.482	100,0

Fonte: IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui rendimentos do empregado, do empregador e do trabalho por conta própria

(2) Inclui transferências oriundas de aposentadorias de previdência privada, bolsas de estudo, pensão alimentícia, mesada ou doação e transferências transitórias

(3) Inclui rendimento de aluguel de bens móveis e imóveis

(4) Inclui rendimentos de vendas esporádicas, empréstimos, aplicações de capitais e outros

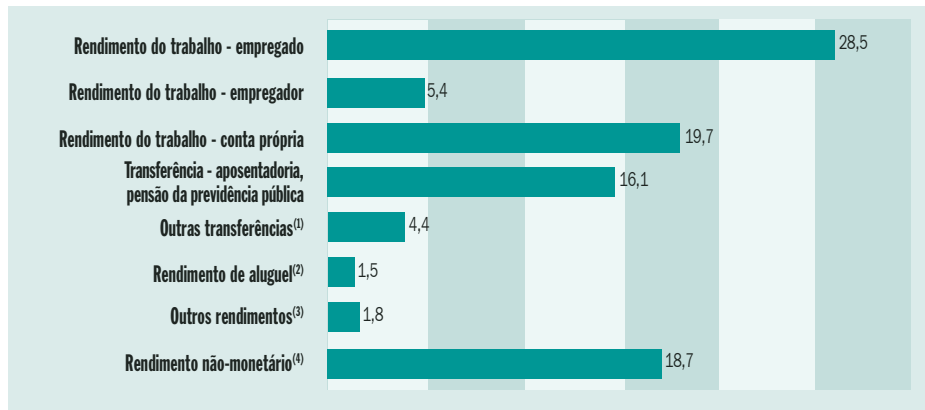
(5) Parcela equivalente às despesas não-monetárias definidas como tudo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio, produção própria e salário em bens) utilizados ou consumidos durante o período de referência da pesquisa e que, pelo menos na última transação, não tenha passado pelo mercado

(6) Compreende vendas de imóveis, recebimentos de heranças e o saldo positivo da movimentação financeira (depósitos e retiradas de aplicações financeiras como, por exemplo, poupança e cotas de fundos de investimento)

Obs.: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa "unidade de consumo"

Distribuição do rendimento médio mensal familiar da população rural, segundo origem do rendimento - Brasil 2008 (em %)

GRÁFICO 38



Fonte: IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares

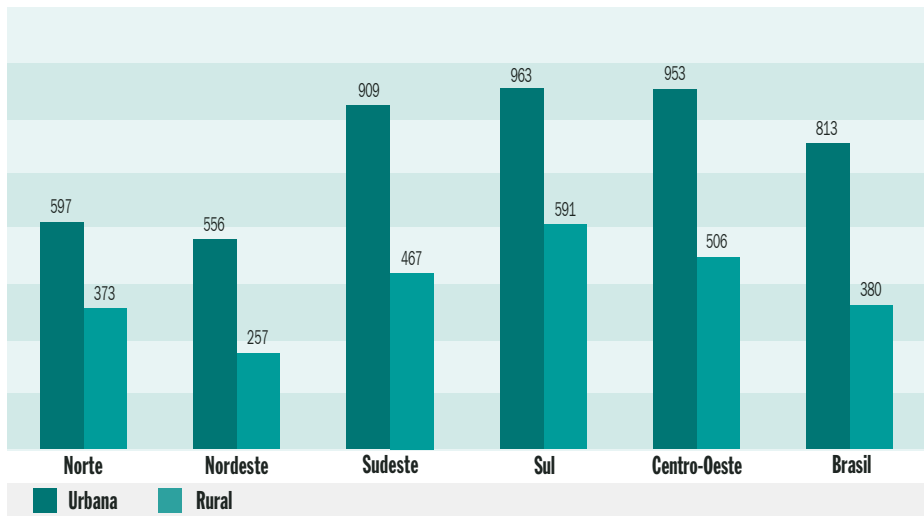
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui transferências oriundas de aposentadorias de previdência privada, bolsas de estudo, pensão alimentícia, mesada ou doação e transferências transitórias; (2) Inclui rendimento de aluguel de bens móveis e imóveis; (3) Inclui rendimentos de vendas esporádicas, empréstimos, aplicações de capitais e outros; (4) Parcela equivalente às despesas não-monetárias definidas como tudo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio, produção própria e salário em bens) utilizados ou consumidos durante o período de referência da pesquisa e que, pelo menos na última transação, não tenha passado pelo mercado

Obs.: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa "unidade de consumo"

GRÁFICO 39

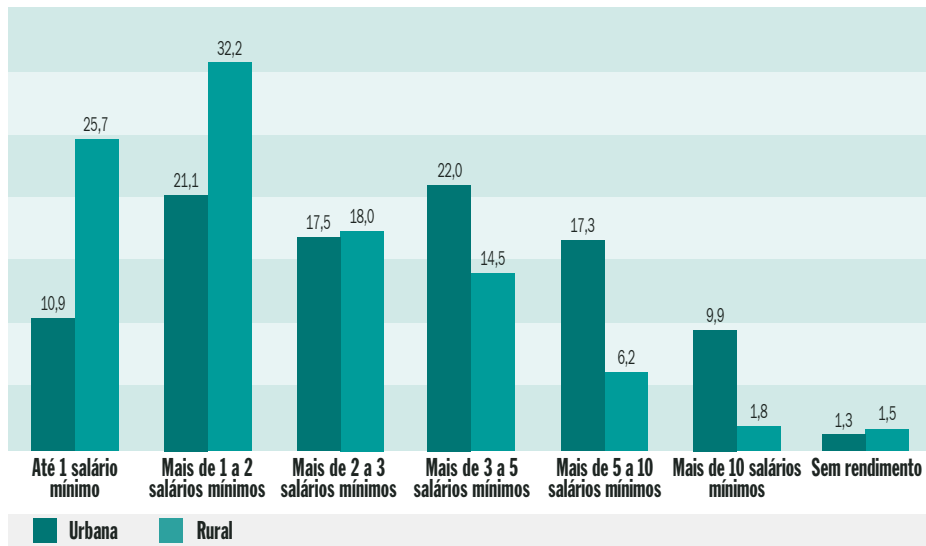
Rendimento médio mensal por local de residência Brasil e Grandes Regiões 2009 (em R\$)



Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE
Obs.: Foram excluídas as pessoas sem declaração de rendimento

Distribuição dos domicílios urbanos e rurais por faixas de rendimento domiciliar - Brasil 2009 (em %)

GRÁFICO 40



Fonte: IBGE. Pnad. Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Foram excluídos os domicílios sem declaração de rendimento; b) Foram excluídos os rendimentos dos moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico

TABELA 46

Rendimento médio mensal, segundo local de residência e sexo Brasil e Grandes Regiões 2009

Brasil e Grandes Regiões	Urbana			Rural		
	Homens	Mulheres	Proporção do rendimento das mulheres em relação ao dos homens (%)	Homens	Mulheres	Proporção do rendimento das mulheres em relação ao dos homens (%)
Norte	764	443	58,0	503	221	43,9
Nordeste	701	429	61,2	305	205	67,2
Sudeste	1.190	656	55,2	613	311	50,8
Sul	1.259	695	55,2	817	347	42,5
Centro-Oeste	1.253	680	54,3	718	262	36,4
BRASIL	1.057	593	56,1	495	255	51,4

Fonte: IBGE, Pnad

Elaboração: DIEESE

- Obs.: a) Foram excluídas as pessoas sem declaração de rendimento
 b) Rendimento de todas as fontes das pessoas de 10 anos ou mais
 c) Valores em R\$ de setembro de 2009

Rendimento médio mensal domiciliar por local de residência Brasil e Grandes Regiões 2009 (em R\$ de set / 09)

TABELA 47

Brasil e Grandes Regiões	Urbana	Rural	Proporção do rendimento rural em relação ao rendimento urbano (%)
Norte	1.808	1.089	60,3
Nordeste	1.599	775	48,4
Sudeste	2.445	1.314	53,7
Sul	2.518	1.637	65,0
Centro-Oeste	2.567	1.332	51,9
BRASIL	2.228	1.102	49,4

Fonte: IBGE, Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Exclui os domicílios sem declaração do valor do rendimento

b) Exclui os rendimentos dos moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico

TABELA 48

Renda média mensal familiar agrícola e não-agrícola, segundo tipo de família - Brasil (em R\$ de set. 2009)

Tipo de famílias	Renda média agrícola			Renda média não-agrícola			Renda média familiar		
	2003	2009	Diferença (%)	2003	2009	Diferença (%)	2003	2009	Diferença (%)
Agricultura familiar	620	727	17,3	239	341	42,7	1.138	1.499	31,7
Agricultura patronal	7.528	7.249	-3,7	1.213	1.513	24,7	9.737	10.477	7,6
Não-agrícolas rurais ⁽¹⁾	0	0	-	978	1.172	19,8	1.230	1.526	24,1
Assalariados rurais ⁽²⁾	322	396	23,0	317	460	45,1	793	1.094	38,0

Fonte: Del Grossi, M. E.

Nota: (1) Foram incluídas as famílias de empregadores e conta própria não-agrícolas com residência rural

(2) Foram incluídas as famílias agrícolas e pluriativas (rurais e urbanas), e não-agrícolas com residência rural

Obs.: Foram excluídas as famílias rurais dos estados de AC, AM, AP, PA, RO e RR, captadas somente a partir de 2004. Valores corrigidos pelo INPC

Valor dos benefícios previdenciários concedidos para a clientela rural por grupos de espécie - Brasil 2002-2009 (em R\$ 1.000)

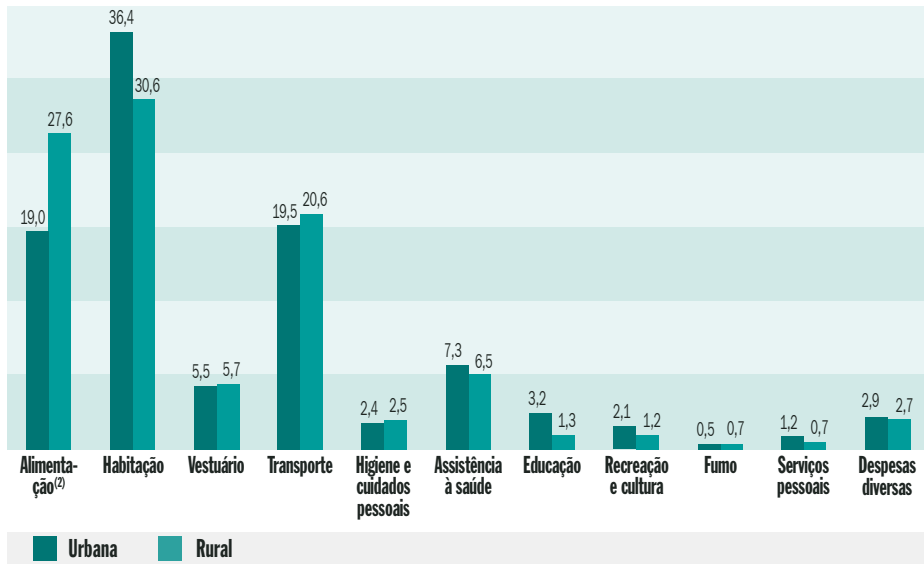
TABELA 49

Grupos de espécies	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Aposentadoria por tempo de contribuição	255	230	375	638	839	613	828	1.017
Aposentadoria por idade	63.669	61.004	69.337	81.152	102.177	122.433	138.623	166.229
Aposentadoria por invalidez	5.379	6.340	7.161	9.925	6.832	5.353	8.686	9.590
Pensões por morte	21.304	23.756	28.084	30.734	38.632	45.263	51.620	59.727
Auxílio-doença	42.998	50.909	65.034	71.145	88.431	77.393	87.881	86.808
Auxílio-reclusão	184	267	334	406	544	565	611	729
Auxílio-acidente	54	79	99	165	274	244	296	294
Salário-maternidade	105.281	83.420	82.298	83.698	105.427	122.427	135.884	164.669
Rendas mensais vitalícias por invalidez	5	5	3	2	2	-	-	-
Rendas mensais vitalícias por idade	2	1	1	-	1	-	-	-
Auxílio-doença acidentário	3.920	3.490	3.795	2.991	2.670	5.529	8.176	11.896
Auxílio-acidente acidentário	50	47	48	55	60	48	72	141
Aposentadoria acidentária	168	160	115	141	53	56	155	286
Pensões acidentárias	23	30	22	27	26	18	24	15
TOTAL	243.292	229.738	256.705	281.079	345.968	379.943	432.856	501.399

Fonte: MPAS. Anuário Estatístico da Previdência Social
Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 41

Estrutura da despesa média familiar⁽¹⁾ por local de residência Brasil 2008-2009 (em %)



Fonte: IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui as despesas médias monetárias e não monetárias; (2) Aquisição total com alimentação realizada pela unidade de consumo, tanto a destinada e utilizada no domicílio quanto aquelas realizadas e consumidas fora do domicílio. Obs.: O termo família está sendo utilizado para indicar a unidade de investigação da pesquisa "Unidade de Consumo"

Proporção de indigentes e pobres segundo local de residência Brasil 2002-2003 (em %)

TABELA 50

População	Metropolitano	Urbano	Rural
Indigentes 1 ⁽¹⁾	3	4	7
Indigentes 2 ⁽²⁾	4	6	8
Pobres 1 ⁽¹⁾	12	16	21
Pobres 2 ⁽²⁾	15	19	23

Fonte: IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Limites de consumo calórico específicos para cada contexto geográfico

(2) Limite único de consumo calórico mínimo (2.400 Kcal/dia/adulto-equivalente)

TABELA 51

Evolução do número e proporção de pobres, segundo localização do domicílio - Brasil (em 1.000 pessoas)

Localização	1999		2003		2009 ⁽¹⁾		Variação 2003/2009	
	Pessoas	Taxa pobreza (%)	Pessoas	Taxa pobreza (%)	Pessoas	Taxa pobreza (%)	Pessoas	Taxa pobreza (%)
Metropolitana	9.003	19,1	12.208	22,0	6.535	11,0	-5.673	-8,1
Urbana	20.027	25,5	24.598	26,1	14.864	14,4	-9.734	-11,2
Rural	15.012	42,7	13.299	45,4	8.174	28,4	-5.125	-14,4
BRASIL	44.043	27,8	50.105	28,1	29.574	15,4	-20.531	-12,4

Fonte: Del Grossi, M.E.

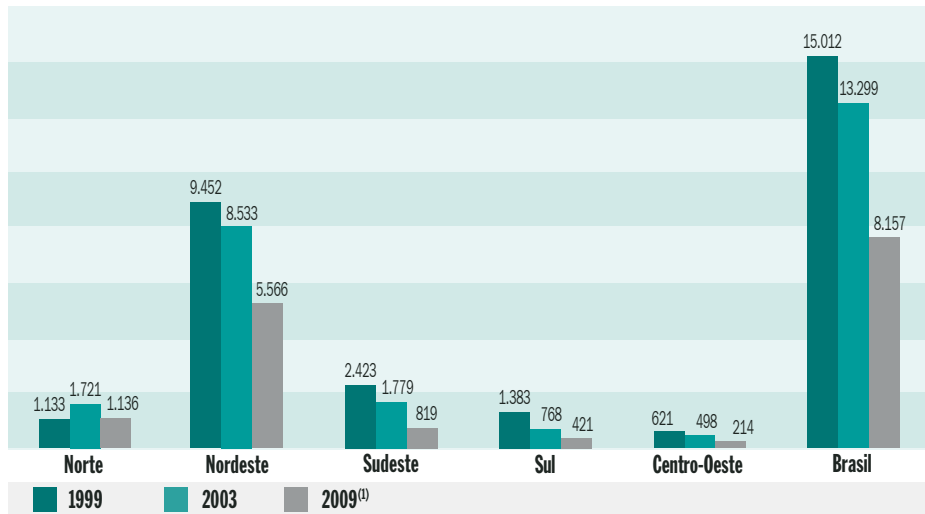
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O número de pessoas pobres na área rural compreende estimativas populacionais e de pobreza para os estados da antiga região Norte, pois, até 2003, a Pnad não abrangia sua área rural

Obs.: Segundo o critério Fome Zero

Evolução do número de pobres na área rural Brasil 1999-2009 (em 1.000 pessoas)

GRÁFICO 42



Fonte: Del Grossi, M.E.

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O número de pessoas pobres na área rural compreende estimativas populacionais e de pobreza para os estados da antiga região Norte, pois, até 2003, a Pnad não abrangia sua área rural

Obs.: Segundo o critério Fome Zero

TABELA 52

Índice de Gini⁽¹⁾ da distribuição do rendimento mensal por local de residência - Brasil e Grandes Regiões 2009

Brasil e Grandes Regiões	Urbana	Rural	Total
Norte	0,507	0,441	0,501
Nordeste	0,540	0,428	0,535
Sudeste	0,500	0,413	0,500
Sul	0,491	0,441	0,489
Centro-Oeste	0,557	0,459	0,554
BRASIL	0,521	0,458	0,524

Fonte: IBGE. Prad

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O Índice de Gini, que varia de zero a um, é um indicador de igualdade ou desigualdade de uma distribuição. Quando igual a zero, significa a situação de igualdade absoluta. Quando igual a um, ocorre a situação de desigualdade absoluta. Portanto, quando se aproxima de um, significa que uma dada distribuição está se concentrando

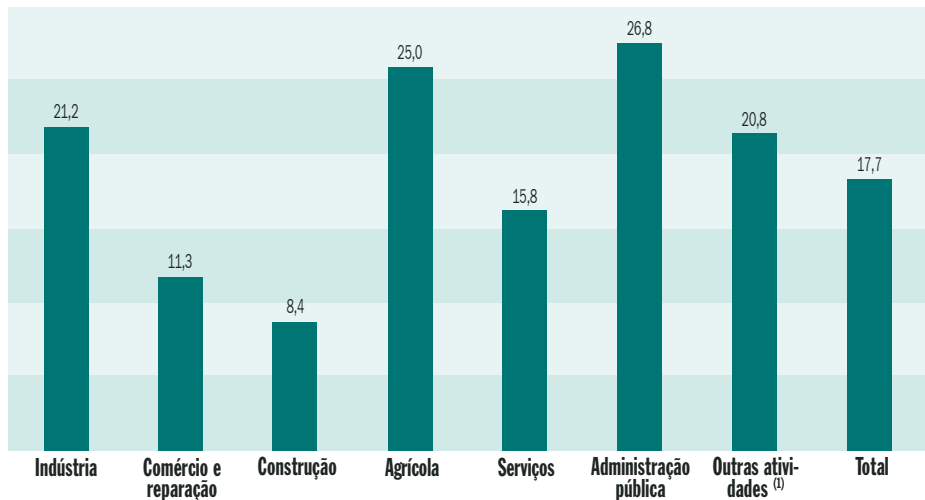
Obs.: Foram consideradas as pessoas com rendimento

Capítulo 4

Indicadores Sindicais

Proporção de ocupados associados a sindicato por setor de atividade Brasil 2009 (em %)

GRÁFICO 43



Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Foram incluídas as atividades mal definidas ou não declaradas

Obs.: Refere-se à pessoa ocupada no período de referência de 365 dias (tinha trabalho na semana de referência ou no período de captação de 358 dias)

TABELA 53

Distribuição dos ocupados associados a sindicato, por tipo, segundo local de residência - Brasil 2009 (em %)

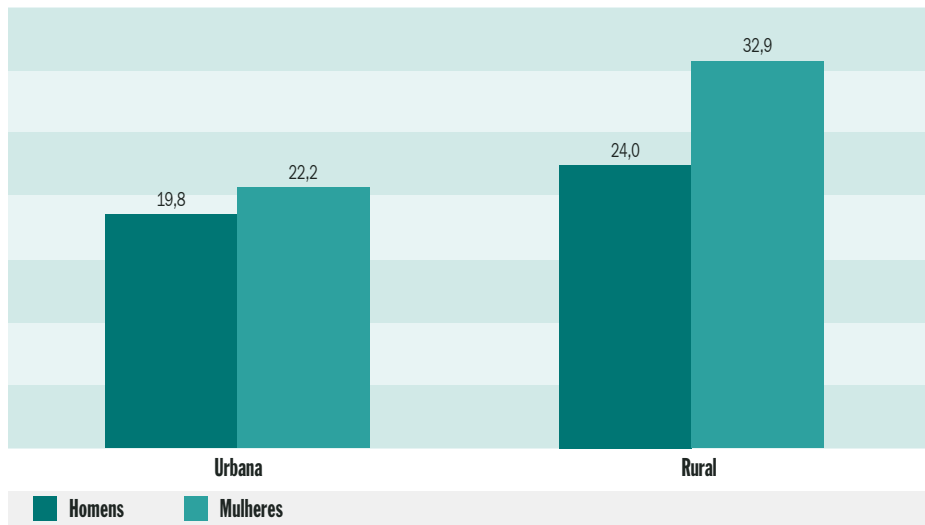
Tipo de sindicato	Urbana	Rural	Total
Empregados urbanos	73,7	12,3	59,7
Trabalhadores rurais	10,4	85,2	27,5
Trabalhadores autônomos	2,0	0,2	1,6
Trabalhadores avulsos	0,2	0,0	0,2
Profissionais liberais	3,4	0,3	2,7
Outro sindicato	10,2	1,9	8,3
Total	100,0	100,0	100,0
TOTAL (em 1.000 pessoas)	13.263	3.912	17.175

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Obs.: Refere-se à pessoa ocupada no período de referência de 365 dias (tinha trabalho na semana de referência ou no período de captação de 358 dias)

Proporção de ocupados agrícolas associados a sindicato por sexo, segundo local de residência - Brasil 2009 (em %)

GRÁFICO 44

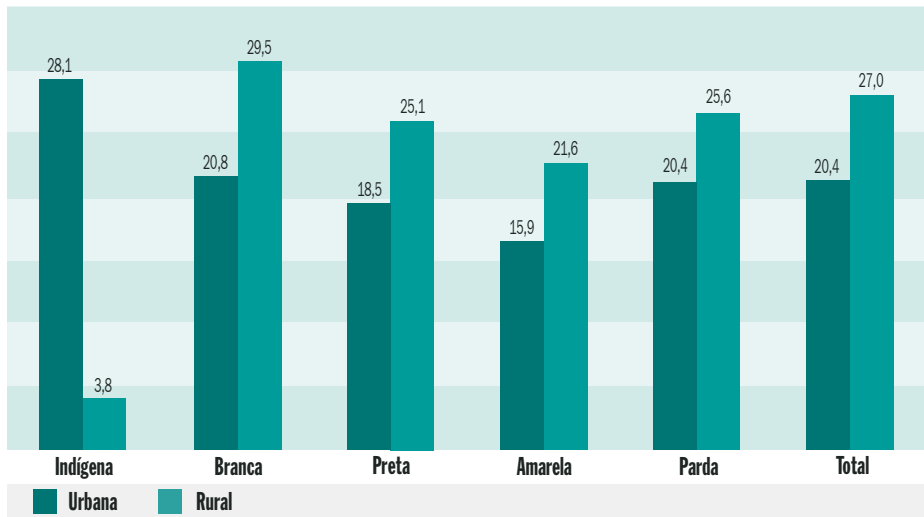


Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

Obs.: Refere-se à pessoa ocupada no período de referência de 365 dias (tinha trabalho na semana de referência ou no período de captação de 358 dias)

GRÁFICO 45

Proporção de ocupados agrícolas associados a sindicato, por cor, segundo local de residência - Brasil 2009 (em %)



Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

Obs.: Refere-se à pessoa ocupada no período de referência de 365 dias (tinha trabalho na semana de referência ou no período de captação de 358 dias)

Número de confederações, federações e sindicatos por tipo de entidade e área geo-econômica - Brasil 2008

TABELA 54

Área geo-econômica	Confederação		Federação		Sindicato	
	Em n ^{os} abs.	Em %	Em n ^{os} abs.	Em %	Em n ^{os} abs.	Em %
Empregadores						
Rural	1	10,0	19	13,3	1.055	26,9
Urbana	9	90,0	124	86,7	2.869	73,1
TOTAL	10	100,0	143	100,0	3.924	100,0
Trabalhadores						
Rural	1	4,2	21	6,6	2.264	27,4
Urbana	23	95,8	295	93,4	5.992	72,6
TOTAL	24	100,0	316	100,0	8.256	100,0

Fonte: MTE. Anuário de Informações Sindicais

Elaboração: DIEESE

Obs.: Entidades com cadastro atualizado até 18 de fevereiro de 2009

Capítulo 5

Reforma Agrária e Agricultura Familiar

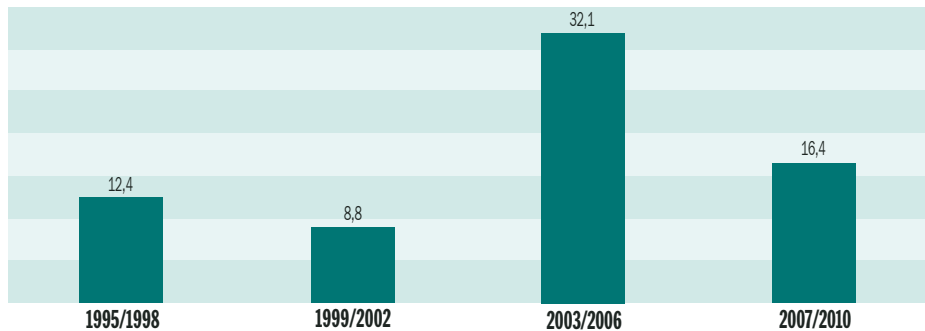
Capítulo 5

Reforma Agrária e Agricultura Familiar

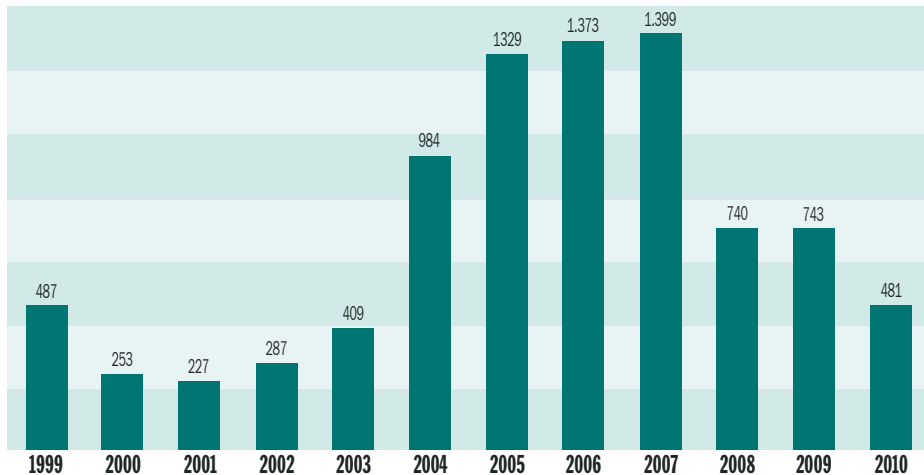
Reforma Agrária

Evolução da área destinada à reforma agrária Brasil 1995-2010 (em milhões de ha)

GRÁFICO 46



Fonte: Incra, DEA
Elaboração: DIEESE

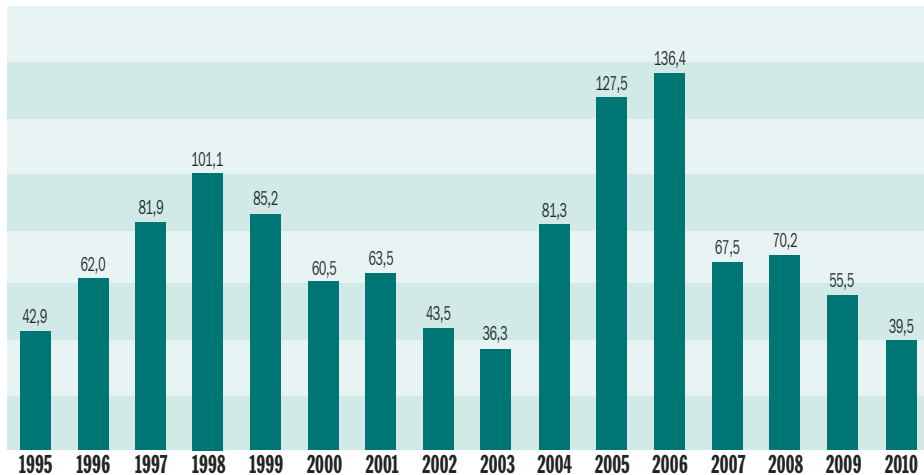
GRÁFICO 47**Investimento em obtenção de terras
Brasil 1999-2010 (em R\$ milhões)**

Fonte: Incra, DEA
Elaboração: DIEESE

Obs.: Refere-se aos gastos do Incra com desapropriações e com a compra de terras para fins de Reforma Agrária

Evolução do número de famílias assentadas Brasil 1995-2010 (em 1.000 famílias)

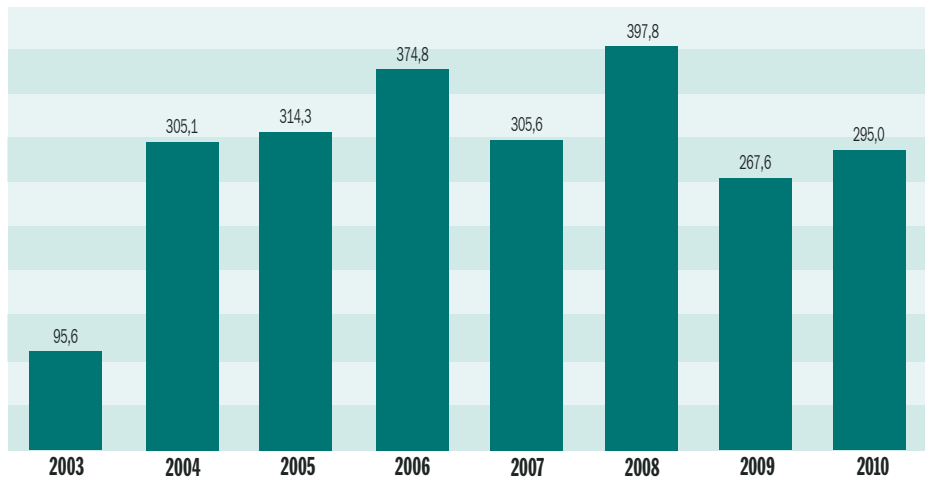
GRÁFICO 48



Fonte: Incra, DEA
Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 49

Número de famílias assentadas que receberam assistência técnica Brasil 2003-2010 (em 1.000 famílias)



Fonte: Incra, DEA
Elaboração: DIEESE

Evolução do crédito fundiário Brasil 2003-2010

TABELA 55

Ano	Número de operações	Número de famílias	Área (ha)	Subprojetos de Investimentos Comunitários (em R\$ 1.000)	Subprojetos de Aquisição de Terras (em R\$ 1.000)	Valor total (em R\$ 1.000)
2003	2.940	9.138	168.142	36.449	118.682	155.131
2004	421	6.102	127.180	43.419	73.742	117.161
2005	2.247	9.406	167.407	69.873	132.381	202.254
2006	7.261	16.337	249.853	82.756	341.281	424.036
2007	8.252	17.480	267.522	80.510	441.801	522.311
2008	5.513	10.976	174.616	42.226	280.973	323.199
2009	5.160	6.100	94.467	20.664	210.161	230.825
2010	3.589	5.898	96.830	36.553	163.064	199.617
TOTAL	35.383	81.437	1.346.016	412.450	1.762.084	2.174.534

Fonte: MDA, CGPMA/SRA
Elaboração: DIEESE

TABELA 56

Distribuição do crédito fundiário Brasil e Grandes Regiões 2010 (em %)

Crédito fundiário	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	
						Em %	Em nº abs.
Número de operações	1,5	16,0	4,1	64,6	13,9	100,0	35.383
Número de famílias	3,3	54,0	5,9	28,8	7,9	100,0	81.437
Área (total em ha)	5,1	70,8	3,6	15,5	5,0	100,0	1.346.016
Subprojetos de Investimentos Comunitários (em R\$ 1.000)	-	95,5	4,0	0,5	-	100,0	412.450
Subprojetos de Aquisição de Terras (em R\$ 1.000)	5,4	27,3	6,5	47,1	13,6	100,0	1.762.084
VALOR TOTAL (em R\$ 1.000)	4,4	40,3	6,0	38,2	11,0	100,0	2.174.534

Fonte: MDA. CGPMA/SRA
Elaboração: DIEESE

Evolução do número de famílias atendidas e da área adquirida com o crédito fundiário - Unidades da Federação 2005-2010

TABELA 57

Unidades da Federação	2005		2006		2007	
	Famílias	Área adquirida (ha)	Famílias	Área adquirida (ha)	Famílias	Área adquirida (ha)
Norte	39	1.019	186	5.461	1.133	30.346
Rondônia	0	0	0	0	116	1.647
Tocantins	39	1.019	186	5.461	1.017	28.699
Nordeste	6.712	141.369	8.824	179.003	8.047	163.332
Alagoas	190	2.080	358	3.239	578	5.368
Bahia	727	12.460	472	7.149	651	11.228
Ceará	425	12.822	361	8.591	514	12.998
Maranhão	1.930	36.936	2.421	43.652	1.199	22.394
Paraíba	433	12.332	429	8.570	845	18.230
Pernambuco	521	9.987	540	10.737	334	6.898
Piauí	1.428	35.548	3.113	73.745	2.696	62.471
Rio Grande do Norte	771	16.451	1.049	22.494	992	20.986
Sergipe	287	2.753	81	826	238	2.759

continua

TABELA 57

Evolução do número de famílias atendidas e da área adquirida com o crédito fundiário - Unidades da Federação 2005-2010

Unidades da Federação	2005		2006		2007	
	Famílias	Área adquirida (ha)	Famílias	Área adquirida (ha)	Famílias	Área adquirida (ha)
Sudeste	647	5.592	537	4.027	567	5.361
Espírito Santo	409	2.277	384	2.055	87	429
Minas Gerais	223	3.061	20	334	305	3.660
São Paulo	0	0	56	323	134	573
Rio de Janeiro	15	254	77	1.315	41	699
Sul	1.928	18.284	6.214	55.029	5.374	43.898
Paraná	167	1.014	509	2.726	617	3.202
Rio Grande do Sul	847	7.661	3.729	32.511	3.706	30.976
Santa Catarina	914	9.609	1.976	19.792	1.051	9.720
Centro-Oeste	80	1.143	576	6.333	2.359	24.585
Goiás	0	0	121	1.687	266	2.941
Mato Grosso	80	1.143	455	4.646	1.570	17.670
Mato Grosso do Sul	0	0	0	0	523	3.974
BRASIL	9.406	167.407	16.337	249.853	17.480	267.522

continua

Evolução do número de famílias atendidas e da área adquirida com o crédito fundiário - Unidades da Federação 2005-2010

TABELA 57

Unidades da Federação	2008		2009		2010	
	Famílias	Área adquirida (ha)	Famílias	Área adquirida (ha)	Famílias	Área adquirida (ha)
Norte	506	13.790	352	8.562	270	4.871
Rondônia	13	179	42	463	1	10
Tocantins	493	13.611	310	8.099	269	4.861
Nordeste	5.565	120.850	1.783	53.856	2.977	71.916
Alagoas	204	1.954	78	542	67	799
Bahia	1.191	18.764	0	0	136	2.036
Ceará	342	8.630	102	2.160	349	6.130
Maranhão	0	0	0	0	0	0
Paraíba	511	11.962	153	3.696	140	3.624
Pernambuco	278	6.802	11	143	116	1.715
Piauí	2.220	54.937	1.087	41.060	1.729	48.536
Rio Grande do Norte	587	14.508	128	3.436	284	6.473
Sergipe	232	3.293	224	2.819	156	2.601

continua

Evolução do número de famílias atendidas e da área adquirida com o crédito fundiário - Unidades da Federação 2005-2010

Unidades da Federação	2008		2009		2010	
	Famílias	Área adquirida (ha)	Famílias	Área adquirida (ha)	Famílias	Área adquirida (ha)
Sudeste	656	4.426	393	2.502	401	2.663
Espírito Santo	277	1.639	174	1.020	179	1.116
Minas Gerais	212	1.226	136	1.005	189	1.138
São Paulo	54	265	66	279	1	2
Rio de Janeiro	113	1.296	17	198	32	406
Sul	3.128	24.665	2.792	22.535	1.330	11.058
Paraná	417	2.089	287	1.331	154	788
Rio Grande do Sul	2.120	17.505	1.902	15.849	904	7.840
Santa Catarina	591	5.071	603	5.355	272	2.431
Centro-Oeste	1.121	10.885	780	7.012	920	6.322
Goiás	319	3.586	115	1.060	70	604
Mato Grosso	324	3.415	486	4.801	161	1.556
Mato Grosso do Sul	478	3.884	179	1.151	689	4.162
BRASIL	10.976	174.616	6.100	94.467	5.898	96.830

Fonte: MDA. CGPMA/SRA
Elaboração: DIEESE

Dimensões dos módulos fiscais Unidades da Federação 2010 (em ha)

TABELA 58

Unidades da Federação	Módulo máximo	Módulo mínimo	Mais frequente
Acre	100	70	100
Amapá ⁽¹⁾	70	50	70/50
Amazonas	100	80	100
Pará	75	5	70
Rondônia ⁽²⁾	60	60	60
Roraima	100	80	80
Tocantins	80	70	80
Alagoas	70	7	16
Bahia	70	5	65
Ceará	90	5	55
Maranhão	75	15	75
Paraíba	60	7	55
Pernambuco	70	5	14
Piauí	75	15	70
Rio Grande do Norte	70	7	35
Sergipe	70	5	70
Espírito Santo	60	7	20
Minas Gerais	70	5	30

continua

Dimensões dos módulos fiscais Unidades da Federação 2010 (em ha)

Unidades da Federação	Módulo máximo	Módulo mínimo	Mais frequente
Rio de Janeiro	35	5	10
São Paulo	40	5	16
Paraná	30	5	18
Santa Catarina	24	7	20
Distrito Federal ⁽²⁾	5	5	5
Goiás	80	7	30
Mato Grosso	100	30	80
Mato Grosso do Sul	110	15	45

Fonte: Inbra

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Em metade dos municípios corresponde a 70 hectares, na outra metade, a 50 hectares

(2) Módulo único

Obs.: As variações resultam do fato de que o Inbra determina o módulo fiscal para cada município levando em conta a qualidade do solo, relevo, acesso etc.

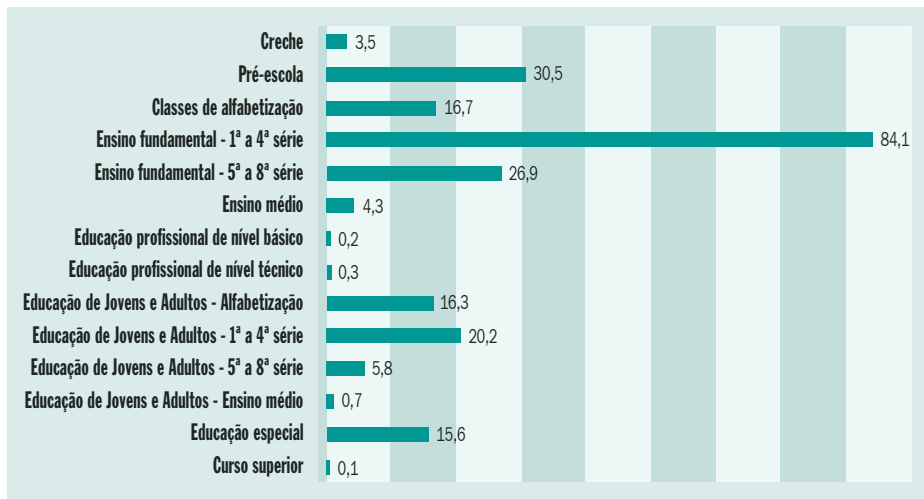
Proporção de assentados que frequentam escola Brasil e Grandes Regiões 2004 (em %)

GRÁFICO 50



Fonte: MEC, Inep - PNERA
Elaboração: DIEESE

Proporção de escolas que atendem assentados, segundo modalidades de ensino - Brasil 2004 (em %)



Fonte: MEC. Inep - PNERA

Elaboração: DIEESE

Obs.: O respondente pode assinalar mais de um nível ou modalidade de ensino

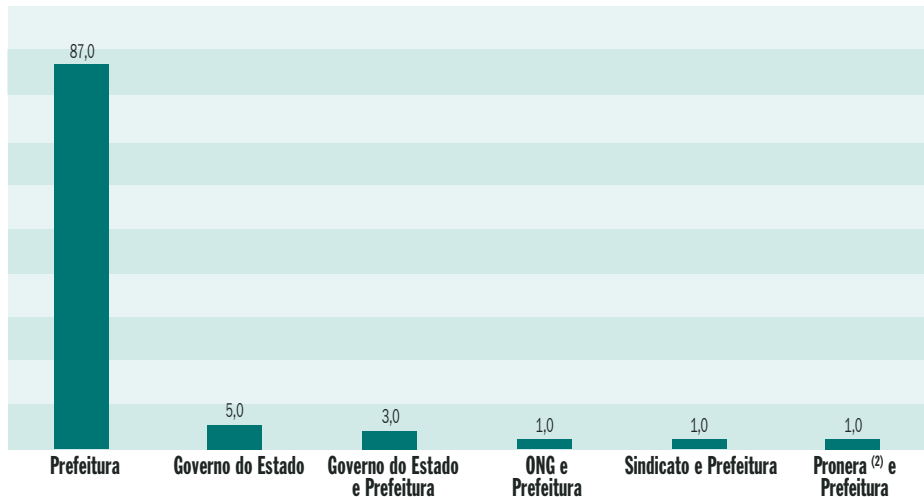
Distribuição das escolas que atendem assentados, segundo a localização em relação ao assentamento - Brasil e Grandes Regiões 2004 (em %)

TABELA 59

Localização da escola	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Dentro do assentamento na agrovila/centro comunitário	45,4	66,3	41,8	37,1	40,4	54,3
Dentro do assentamento, mas fora da agrovila/centro comunitário	44,3	10,6	23,9	21,5	43,5	25,0
Fora do assentamento/no entorno	10,3	23,1	34,2	41,3	16,0	20,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MEC. Inep - PNERA
Elaboração: DIEESE

Instituições responsáveis pela manutenção das escolas dos assentamentos - Regiões Seleccionadas⁽¹⁾ 2000 (em %)



Fonte: MDA. Nead. Impactos dos Assentamentos

Elaboração: DIEESE

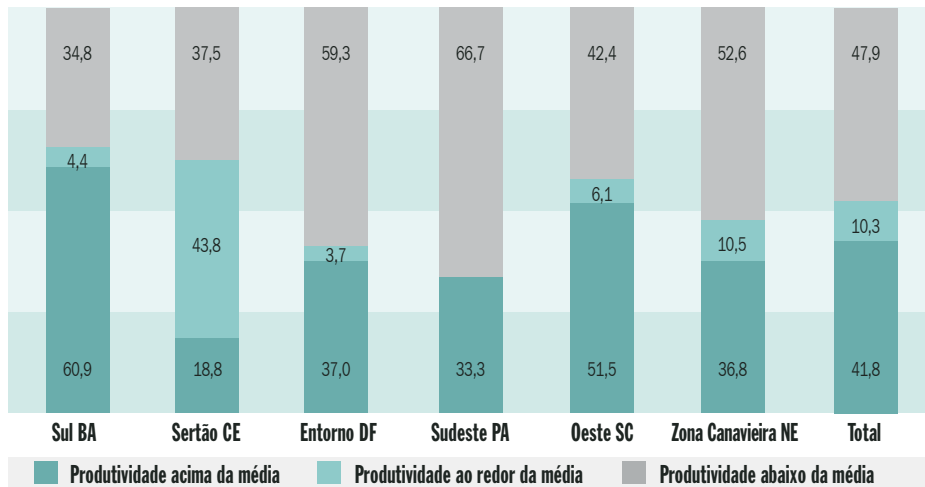
Nota: (1) Os dados referem-se às seguintes manchas amostrais: Sul da Bahia; Sertão do Ceará; Entorno do DF; Sudeste do Pará; Oeste de Santa Catarina; Zona Canavieira do Nordeste

(2) Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

Obs.: Os dados originais não somam 100%

Distribuição dos assentamentos segundo produtividade média⁽¹⁾ em relação à produtividade dos municípios⁽²⁾ - Regiões Selecionadas 2000 (em %)

GRÁFICO 53



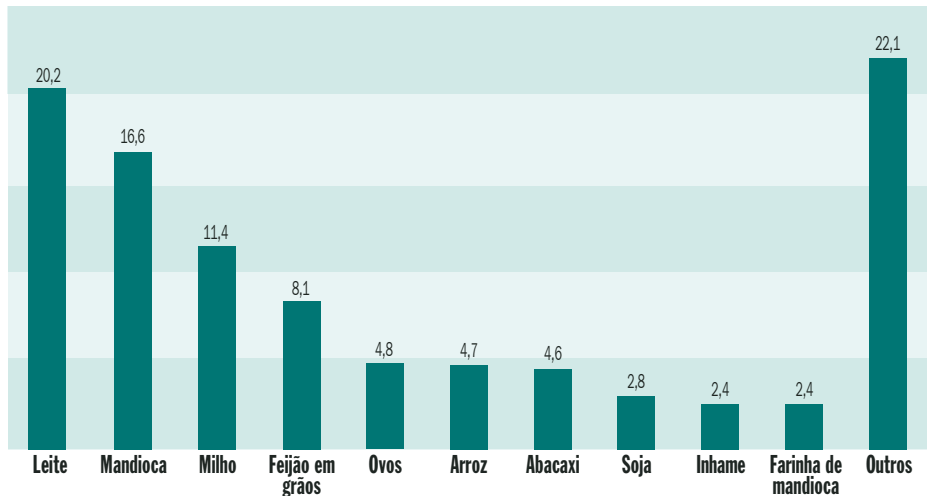
Fonte: MDA. Nead. Impactos dos Assentamentos

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Foram considerados apenas os produtos mais relevantes em cada região, segundo o percentual dos assentados que os produzem e vendem e a participação no valor da produção

(2) Refere-se aos municípios em que estão inseridos os assentamentos

GRÁFICO 54

Distribuição da produção agropecuária, extrativista e de produtos beneficiados dos assentamentos durante a safra 1998/1999 - Regiões Seleccionadas⁽¹⁾ 2000 (em %)

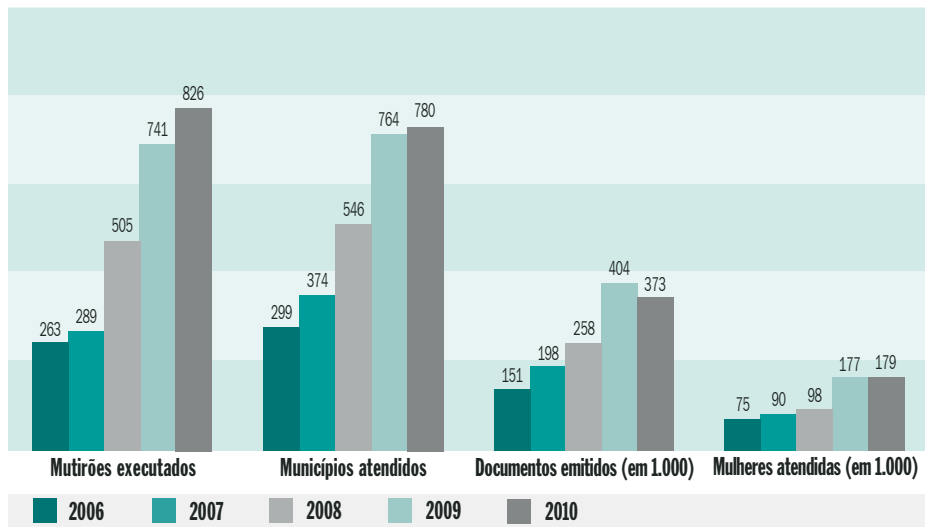
Fonte: MDA. Nead. Impactos dos Assentamentos

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Os dados referem-se às seguintes manchas amostrais: Sul da Bahia; Sertão do Ceará; Entorno do Distrito Federal; Sudeste do Pará; Oeste de Santa Catarina; Zona canieira do Nordeste

Resultados do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - Brasil 2006-2010 (em nºs absolutos)

GRÁFICO 55



Fonte: MDA, DPMR, PNDTR
Elaboração: DIEESE

TABELA 60

Número de comunidades quilombolas⁽¹⁾ identificadas⁽²⁾ pelo Governo Federal - Unidades da Federação 2010 (em n^{os} absolutos)

Unidades da Federação	Comunidades	Unidades da Federação	Comunidades
Alagoas	4	Paraná	36
Amapá	17	Pernambuco	30
Amazonas	2	Piauí	50
Bahia	113	Rio de Janeiro	28
Ceará	24	Rio Grande do Norte	10
Espírito Santo	8	Rio Grande do Sul	69
Goiás	27	Rondônia	6
Maranhão	252	Santa Catarina	15
Mato Grosso	69	São Paulo	49
Mato Grosso do Sul	15	Sergipe	17
Minas Gerais	128	Tocantins	29
Pará	47	TOTAL	1.068
Paraíba	23		

Fonte: MDA. DPMR

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) De acordo com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) de 1988: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos"

(2) Referem-se às comunidades com processos de regularização abertos no Incra

Regularização de territórios quilombolas Brasil 2007-2010

TABELA 61

Regularização de territórios quilombolas	2007	2008	2009	2010
Número de processos ⁽¹⁾	167	123	147	71
RTID ⁽²⁾ publicados ⁽³⁾	20	17	24	27
Famílias beneficiadas com RTID	1.446	4.896	2.520	5.012
Área dos territórios com RTID (ha)	60.176	160.349	806.541	136.391
Títulos concedidos	5	16	9	11
Famílias beneficiadas com títulos	309	1.109	323	657
Área titulada (ha)	20.034	35.637	5.000	17.034

Fonte: Incra, DFQ
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Foram excluídos do número de processos aqueles que já foram titulados

(2) Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

(3) O número de RTIDs inclui aqueles com títulos emitidos

Capítulo 5

Reforma Agrária e Agricultura Familiar

Agricultura Familiar

Características dos estabelecimentos agropecuários, segundo tipo de agricultura - Brasil 2006

TABELA 62

Características	Agricultura familiar ⁽¹⁾		Agricultura não-familiar	
	Valor	Em %	Valor	Em %
Número de estabelecimentos	4.367.902	84,0	807.587	16,0
Área (milhões ha)	80,3	24,0	249,7	76,0
Mão de obra (milhões de pessoas)	12,3	74,0	4,2	26,0
Valor da produção (R\$ bilhões)	54,4	38,0	89,5	62,0
Receita (R\$ bilhões)	41,3	34,0	80,5	66,0

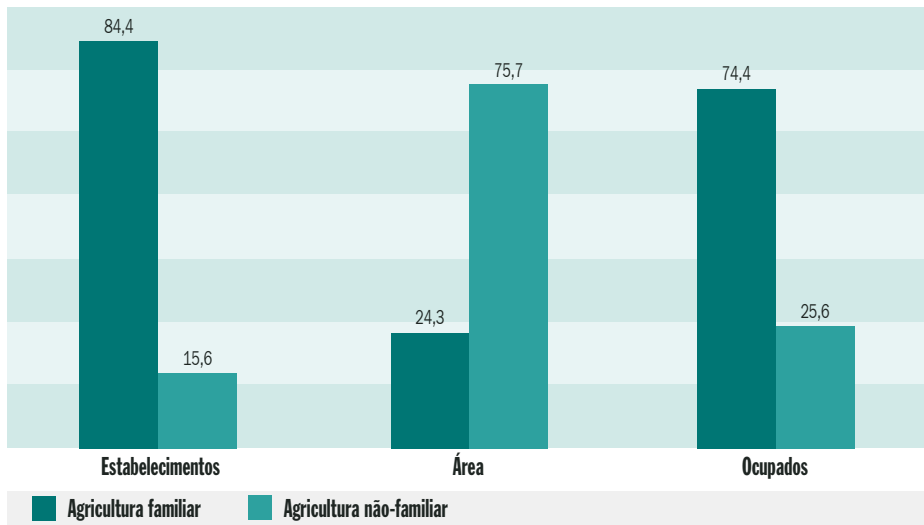
Fonte: Del Grossi, M.E.

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Conforme a lei nº 11.326

GRÁFICO 56

Distribuição dos estabelecimentos, da área (em hectare) e dos ocupados por tipo de agricultura - Brasil 2006



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário
Elaboração: DIEESE

Distribuição da área dos estabelecimentos por tipo de utilização, segundo tipo de agricultura - Brasil 2006

TABELA 63

Tipo de utilização	Agricultura familiar	Agricultura não-familiar	Total
Lavouras	22,0	16,9	18,1
Permanentes	5,3	2,9	3,5
Temporárias	15,0	12,8	13,3
Área plantada	1,7	1,1	1,2
Área para cultivo de flores	0,0	0,0	0,0
Pastagens	45,3	49,0	48,1
Naturais	18,2	17,1	17,4
Plantadas degradadas	3,4	2,8	3,0
Plantadas em boas condições	23,7	29,1	27,8
Matas e/ou florestas	24,1	28,4	27,4
Naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	10,1	16,8	15,2
Naturais (exclusive área de preservação permanente em sistemas agroflorestais)	13,2	10,0	10,8
Plantadas com essências florestais	0,7	1,6	1,4
Sistemas agroflorestais	3,6	2,1	2,5

continua

TABELA 63

**Distribuição da área dos estabelecimentos por tipo de utilização,
segundo tipo de agricultura - Brasil 2006**

conclusão

Tipo de utilização	Agricultura familiar	Agricultura não-familiar	Total
Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas	0,4	0,4	0,4
Construções, benfeitorias ou caminhos	2,2	1,2	1,4
Terras degradadas	0,3	0,2	0,2
Terras inapropriáveis para agricultura ou pecuária	2,2	1,7	1,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário
Elaboração: DIEESE

Distribuição da quantidade produzida por tipo de produção/produto, segundo tipo de agricultura - Brasil 2006

TABELA 64

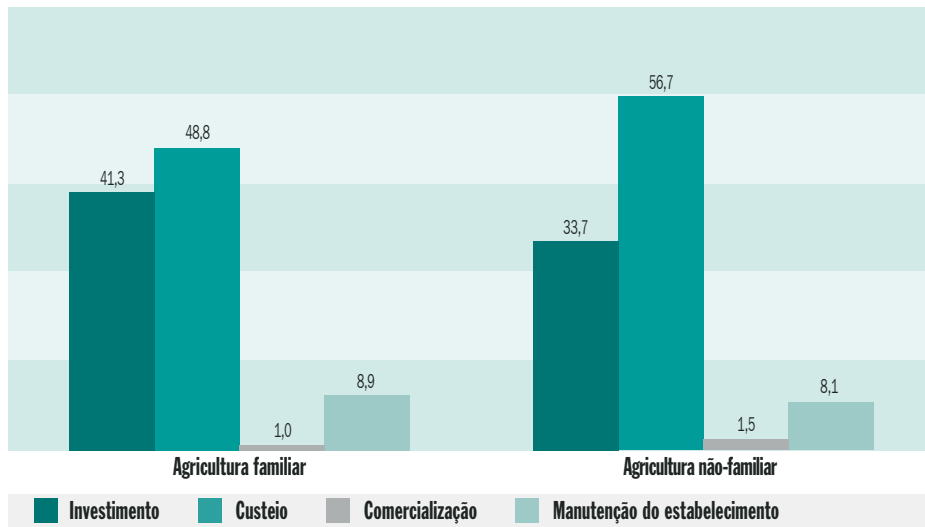
Tipo de produção/produto	Agricultura familiar	Agricultura não-familiar	Total
Produção Vegetal	40,0	60,0	100,0
Arroz em casca	33,9	66,1	100,0
Feijão preto	76,8	23,2	100,0
Feijão de cor	53,9	46,1	100,0
Feijão fradinho	83,8	16,2	100,0
Mandioca	86,7	13,3	100,0
Milho em grão	45,9	54,1	100,0
Soja	15,7	84,3	100,0
Trigo	21,2	78,8	100,0
Café arábico em grão (verde)	34,2	65,8	100,0
Café <i>canephora</i> em grão (verde)	55,0	45,0	100,0
Pecuária	(1)	(1)	(1)
Bovinos	30,3	69,7	100,0
Leite de vaca	58,1	41,9	100,0
Leite de cabra	67,1	32,9	100,0
Aves	50,0	50,0	100,0
Suínos	59,0	41,0	100,0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Não foi possível obter a soma dos produtos da pecuária, tendo em vista as diferentes unidades de medida destes produtos

GRÁFICO 57

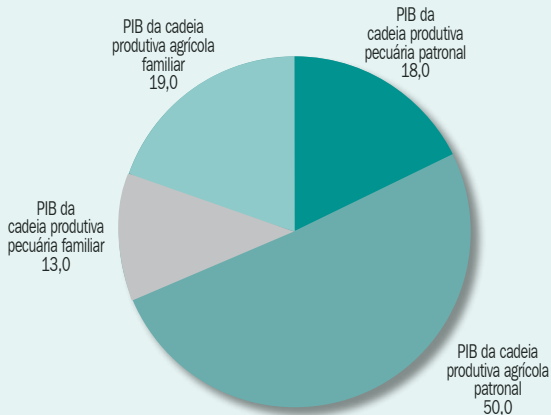
Distribuição dos estabelecimentos que obtiveram financiamento por finalidade, segundo tipo de agricultura - Brasil 2006 (em %)



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário
Elaboração: DIEESE

Distribuição do PIB das cadeias produtivas, segundo tipo de produtor Brasil 2005 (em %)

GRÁFICO 58



Fonte: MDA. Nead. PIB da agricultura familiar

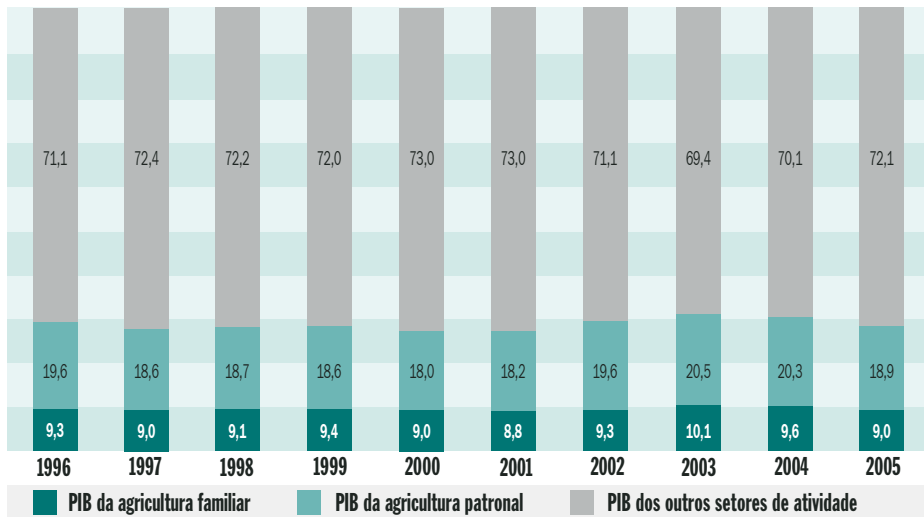
Elaboração: DIEESE

Obs.: a) O cálculo do PIB das cadeias produtivas é feito pela soma do PIB de quatro agregados (insumos para a agricultura e pecuária; agricultura e pecuária; indústrias de base agrícola; distribuição final)

b) Estudo feito antes da mudança metodológica do cálculo do PIB realizada pelas Contas Nacionais do IBGE

GRÁFICO 59

Evolução da participação das cadeias produtivas da agricultura familiar, patronal e de outros setores de atividade no PIB - Brasil 1996-2005 (em %)



Fonte: MDA. Nead. PIB da agricultura familiar

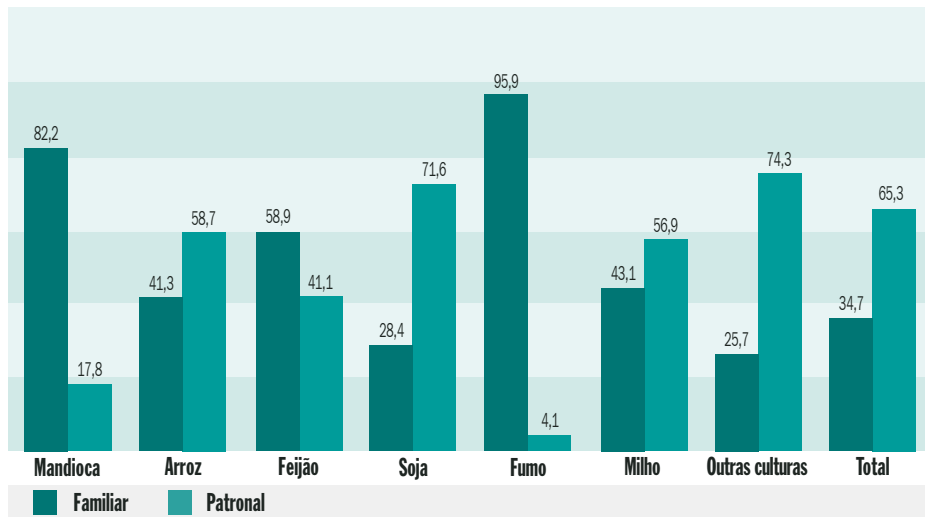
Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Estudo feito antes da mudança metodológica do cálculo do PIB realizada pelas Contas Nacionais do IBGE

b) O cálculo do PIB das cadeias produtivas é feito pela soma do PIB de quatro agregados (insumos para a agricultura e pecuária; agricultura e pecuária; indústrias de base agrícola; distribuição final)

Distribuição do valor da produção agrícola por tipo de produtor, segundo culturas - Brasil 2005 (em %)

GRÁFICO 60

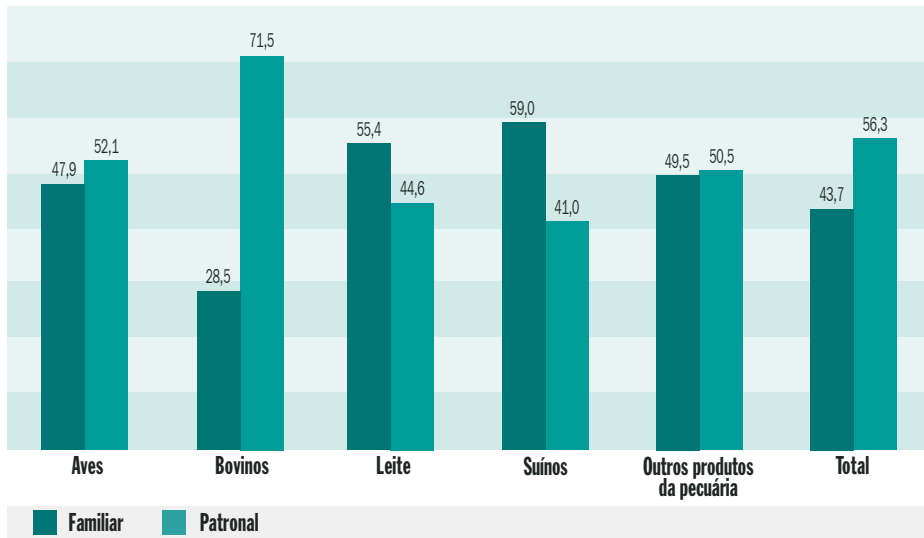


Fonte: MDA. Nead. PIB da agricultura familiar

Elaboração: DIEESE

Obs.: Estudo feito antes da mudança metodológica do cálculo do PIB realizada pelas Contas Nacionais do IBGE

Distribuição do valor da produção pecuária por tipo de produtor, segundo criações - Brasil 2005 (em %)



Fonte: MDA. Nead. PIB da agricultura familiar

Elaboração: DIEESE

Obs.: Estudo feito antes da mudança metodológica do cálculo do PIB realizada pelas Contas Nacionais do IBGE

Distribuição dos conta própria e empregadores⁽¹⁾ por condição em relação ao empreendimento agrícola - Brasil e Grandes Regiões 2009 (em %)

TABELA 65

Condição em relação ao empreendimento	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Parceiro	5,2	9,5	8,9	3,8	3,5	7,5
Arrendatário	1,3	6,4	4,7	8,4	5,1	6,0
Posseiro	6,0	4,1	1,5	1,7	5,7	3,5
Cessionário	6,7	13,2	2,9	5,1	3,4	8,8
Proprietário	80,2	64,7	80,0	79,5	79,8	72,4
Outra condição	0,6	2,0	2,0	1,5	2,5	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (em n^{os} absolutos)	401.086	1.967.126	610.799	770.195	239.892	3.989.098

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Empregadores com até dois empregados permanentes

Obs.: Refere-se ao conta própria ou empregador em empreendimento do grupamento agrícola (exceto serviços auxiliares) no trabalho da semana de referência

TABELA 66

Distribuição dos parceiros por parte da produção contratada pelo uso do bem móvel ou imóvel utilizado no empreendimento - Brasil e Grandes Regiões 2009 (em %)

Parte da produção contratada	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Meia	87,9	35,8	80,1	46,3	68,7	49,4
Terça	2,8	10,3	15,4	32,5	0,0	12,5
Quarta	3,8	9,4	0,7	12,5	15,1	7,9
Quinta	3,0	33,6	2,7	2,2	8,3	22,1
Outra	2,5	10,9	1,1	6,5	7,8	8,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (em n^{os} absolutos)	20.803	187.563	54.316	29.132	8.447	300.261

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Obs.: Refere-se ao conta própria ou empregador com até dois empregados permanentes em empreendimento do grupamento agrícola (exceto serviços auxiliares) no trabalho da semana de referência

Distribuição dos arrendatários por forma contratada de pagamento pelo uso do bem móvel ou imóvel arrendado para o empreendimento - Brasil e Grandes Regiões 2009 (em %)

TABELA 67

Forma contratada de pagamento	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Somente dinheiro	44,1	14,9	58,1	56,4	65,0	34,7
Somente produto	36,4	80,5	33,1	33,4	17,5	57,7
Somente serviço	0,0	2,6	3,3	1,8	5,7	2,6
Dinheiro e produto	0,0	2,0	0,0	6,5	0,0	2,8
Dinheiro e serviço	0,0	0,0	0,0	0,0	6,1	0,3
Produto e serviço	12,0	0,0	2,2	0,9	0,0	0,8
Dinheiro, produto e serviço	7,4	0,0	3,3	0,9	5,7	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (em nºs absolutos)	5.384	126.630	28.407	65.008	12.306	237.735

Fonte: IBGE, Pnad
Elaboração: DIEESE

Obs.: Refere-se ao conta própria ou empregador com até dois empregados permanentes em empreendimento do grupamento agrícola (exceto serviços auxiliares) no trabalho da semana de referência

TABELA 68

Distribuição dos conta própria e empregadores⁽¹⁾ por tipo de comprador da produção - Brasil e Grandes Regiões 2009 (em %)

Tipo de comprador ⁽²⁾	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Empresa	17,5	5,3	21,5	50,1	39,9	21,2
Cooperativa	3,7	1,0	16,5	22,1	10,5	9,0
Governo	0,3	0,3	1,2	0,2	0,0	0,4
Proprietário do bem utilizado para o empreendimento	0,5	0,4	0,6	0,4	0,5	0,5
Intermediário particular	43,3	57,9	34,8	16,1	18,7	41,0
Consumidor direto	33,9	34,8	24,8	10,4	29,4	27,5
Outro comprador	0,6	0,3	0,6	0,7	1,0	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (em n^{os} absolutos)	345.638	1.435.648	518.651	686.913	209.945	3.196.795

Fonte: IBGE. Prad

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Empregadores com até dois empregados permanentes

(2) Comprador que adquiriu a totalidade, ou a maior parte, da produção principal do empreendimento que foi vendida no período de referência de 365 dias

Obs.: Refere-se ao conta própria ou empregador em empreendimento do grupamento agrícola (exceto serviços auxiliares) no trabalho da semana de referência que vendeu parte da produção principal

Evolução do número de famílias participantes do PNPB⁽¹⁾ Brasil e Grandes Regiões 2005-2010 (em n^{os} absolutos)

TABELA 69

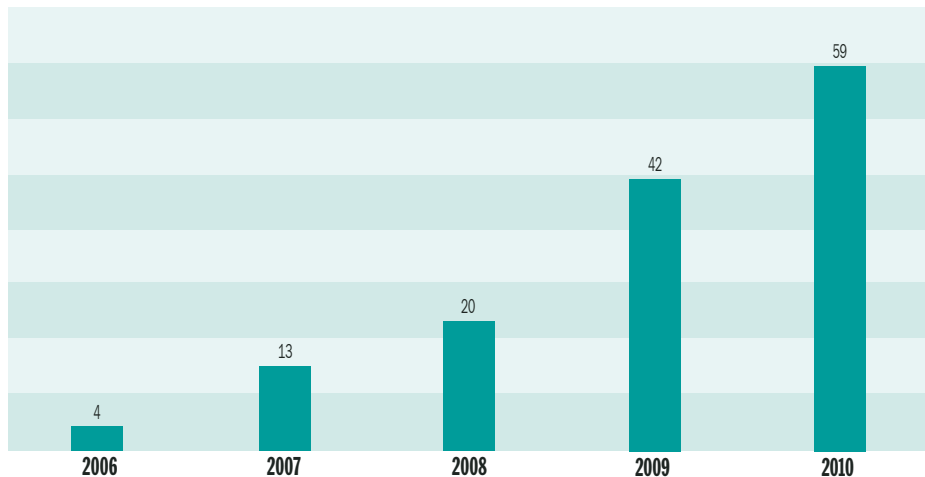
Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
2005	414	15.000	914	0	0	16.328
2006	185	30.226	7	8.736	1.441	40.595
2007	223	6.850	55	27.928	1.690	36.746
2008	215	17.187	27	8.767	1.662	27.858
2009	179	17.711	1.457	29.150	2.550	51.047
2010	246	41.253	3.297	52.187	3.388	100.371

Fonte: MDA, Nead, SAF, PNPB

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

Evolução do número de cooperativas participantes do PNPB⁽¹⁾ Brasil 2006-2010 (em nºs absolutos)



Fonte: MDA. Nead. SAF. PNPB

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

Distribuição do valor da produção da agricultura familiar para o PNPB⁽¹⁾, segundo principais matérias-primas - Brasil 2008-2010 (em %)

TABELA 70

Matérias-primas	2008	2009	2010
Soja	96,3	95,2	94,6
Mamona	1,9	4,0	4,4
Gergelim	0,0	0,0	0,4
Dendê	0,9	0,4	0,3
Girassol	0,7	0,2	0,1
Amendoim	0,0	0,2	0,1
Canola	0,2	0,1	0,1
Outros	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0
TOTAL (em R\$ milhões)	276,5	677,3	1.058,7

Fonte: MDA. Nead. SAF. PNPB

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

TABELA 71

Valor e participação da agricultura familiar no fornecimento de matérias-primas para empresas de biodiesel - Brasil 2008-2010 (em R\$ Milhões)

Ano	Agricultura familiar	Outros fornecedores	Total	(%) da Agricultura Familiar
2008	276,5	2.090,7	2.367,2	11,7
2009	677,3	2.750,8	3.428,1	19,8
2010	1.058,7	2.984,6	4.043,3	26,2

Fonte: MDA. Nead. SAF. PNPB

Elaboração: DIEESE

Obs.: Agricultores familiares contemplados pelo Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)

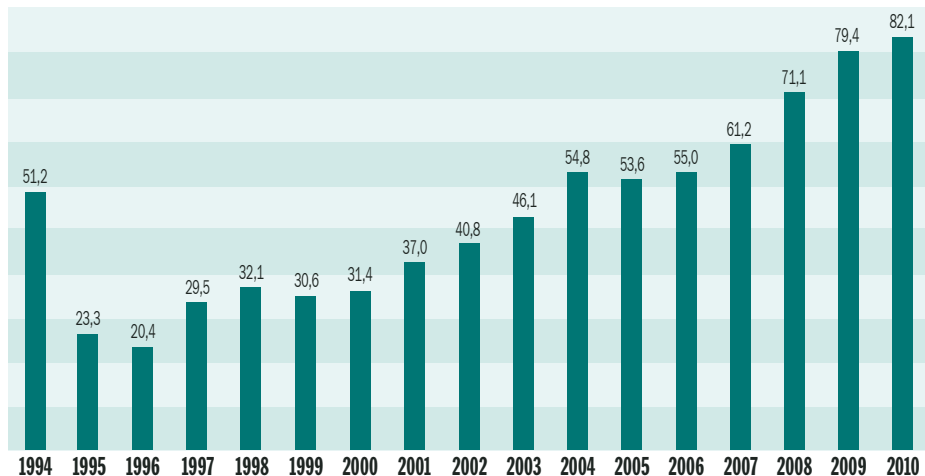
Capítulo 5

Reforma Agrária e Agricultura Familiar

Crédito

Evolução do crédito rural Brasil 1994-2010 (em R\$ bilhões de 2010)

GRÁFICO 63



■ Fonte: Banco Central do Brasil. Anuário Estatístico do Crédito Rural
Elaboração: DIEESE
Obs.: Cômrigido pelo IGP-DI (índice médio anual)

TABELA 72

Valor dos financiamentos rurais concedidos a produtores e cooperativas por finalidade, segundo fonte dos recursos - Brasil 2010

Fonte de recurso	Custeio		Investimento	
	Em R\$ 1.000	Em %	Em R\$ 1.000	Em %
Recursos do Tesouro	9.682	0,0	143.762	0,7
Recursos obrigatórios	23.528.600	51,4	4.825.579	23,1
Poupança rural	16.845.107	36,8	4.125.676	19,7
Recursos livres	857.151	1,9	408.453	2,0
Fundos constitucionais	2.006.563	4,4	4.271.911	20,4
Fundo de Amparo ao Trabalhador	196.886	0,4	757.161	3,6
BNDES / Finame ⁽¹⁾	42.225	0,1	5.410.494	25,9
FTRA ⁽²⁾ / Banco da Terra	-	-	147.959	0,7
Governos estaduais	2.205	0,0	41.773	0,2
Funcafé ⁽³⁾	712.245	1,6	50.367	0,2
Recursos externos ⁽⁴⁾	820.357	1,8	131.642	0,6
Outras fontes	788.446	1,7	611.342	2,9
TOTAL	45.809.467	100,0	20.926.120	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil. Anuário Estatístico do Crédito Rural

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Financiamento de máquinas e equipamentos

(2) Fundo de Terras e da Reforma Agrária

(3) Funcafé: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

(4) Recursos externos - 63 rural

Valor dos financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, segundo faixa de financiamento - Brasil 2010

TABELA 73

Faixa de financiamento (em R\$)	Contrato		Valor	
	Em nºs absolutos	Em %	Em R\$ milhões	Em %
De 0 a 60.000	2.108.313	90,2	18.999.033	23,1
De 60.001 a 150.000	142.599	6,1	13.825.902	16,8
De 150.001 a 300.000	55.030	2,4	11.696.667	14,3
Acima de 300.000	30.268	1,3	37.554.961	45,8
TOTAL	2.336.210	100,0	82.076.562	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil. Anuário Estatístico do Crédito Rural
Elaboração: DIEESE

TABELA 74

Financiamento concedido a cooperativas Brasil e Grandes Regiões 2010

Brasil e Grandes Regiões	Contrato		Valor		Área financiada	
	Em nºs abs.	Em %	Em R\$ 1.000	Em %	Em ha	Em %
Norte	183	1,6	50.316	0,4	0	0,0
Nordeste	118	1,0	181.836	1,6	1.096	0,2
Sudeste	4.231	36,6	5.199.548	45,9	342.519	51,8
Sul	6.334	54,8	5.385.271	47,6	266.507	40,3
Centro-Oeste	695	6,0	502.226	4,4	51.727	7,8
BRASIL	11.561	100,0	11.319.196	100,0	661.850	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil. Anuário Estatístico do Crédito Rural
Elaboração: DIEESE

Evolução do montante e do número de contratos do Pronaf Brasil e Grandes Regiões 2002/2003 - 2009/2010

TABELA 75

Desempenho do Pronaf	Ano-agrícola	Norte	Nodeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Montante (em R\$ milhões)	2002/2003	201,1	393,1	389,9	1.205,7	186,7	2.376,5
	2003/2004	549,2	888,0	783,2	1.925,2	344,9	4.490,5
	2004/2005	614,2	1.197,1	1.051,9	2.887,1	381,3	6.131,6
	2005/2006	721,5	1.952,9	1.476,6	2.928,6	532,3	7.611,9
	2006/2007	909,6	2.090,4	1.809,0	3.162,4	585,2	8.556,6
	2007/2008	1.242,9	1.730,3	1.983,4	4.210,2	598,3	9.765,1
	2008/2009	1.166,4	1.732,0	2.384,6	5.651,3	683,9	11.618,3
	2009/2010	1.339,5	1.813,6	2.553,2	5.425,2	850,6	11.982,1
Número de Contratos	2002/2003	35.145	285.598	118.358	435.009	30.104	904.214
	2003/2004	91.729	545.747	194.640	500.171	57.881	1.390.168
	2004/2005	99.592	562.874	236.569	678.312	57.704	1.635.051
	2005/2006	101.594	809.245	303.940	630.821	67.443	1.913.043
	2006/2007	115.024	709.643	277.424	539.967	61.555	1.703.613
	2007/2008	136.823	562.428	298.403	631.983	64.270	1.693.907
	2008/2009	100.706	453.589	252.096	622.465	48.272	1.477.128
	2009/2010	117.618	569.322	249.188	625.674	49.736	1.611.538

Fonte: MDA, SAF. Elaboração: DIEESE

Obs.: Foram excluídos os contratos com região geográfica não identificada

TABELA 76

**Evolução do número de municípios atendidos pelo Pronaf
Brasil 2001/2002 - 2009/2010 (em n^{os} absolutos)**

Ano-agrícola	Número de municípios
2001/2002	4.640
2002/2003	4.868
2003/2004	5.228
2004/2005	5.343
2005/2006	5.363
2006/2007	5.396
2007/2008	5.390
2008/2009	5.400
2009/2010	5.410

Fonte: MDA. SAF
Elaboração: DIEESE

Valor financiado pelo Pronaf⁽¹⁾, segundo destinação do financiamento Brasil e Grandes Regiões 2010

TABELA 77

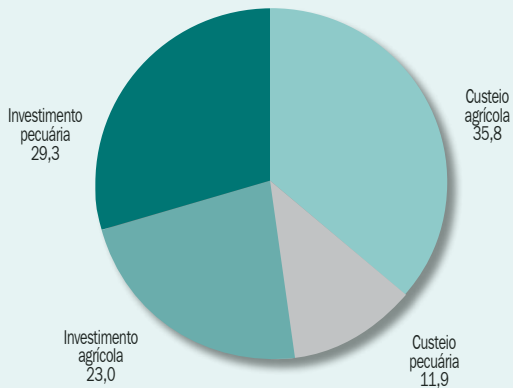
Brasil e Grandes Regiões	Custeio		Investimento		Total	
	Em R\$ mil	Em %	Em R\$ mil	Em %	Em R\$ mil	Em %
Norte	187.513,1	3,3	664.819,6	10,6	852.332,8	7,1
Nordeste	356.137,2	6,2	1.175.557,3	18,7	1.531.694,5	12,8
Sudeste	1.434.774,4	25,1	1.479.295,4	23,6	2.914.069,9	24,3
Sul	3.386.065,7	59,2	2.460.825,2	39,2	5.846.890,9	48,8
Centro-Oeste	351.112,8	6,1	492.536,6	7,9	843.649,4	7,0
BRASIL	5.715.603,2	100,0	6.273.034,2	100,0	11.988.637,4	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil. Anuário Estatístico do Crédito Rural

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Distribuição do valor dos financiamentos rurais concedidos pelo Pronaf⁽¹⁾, segundo atividade e finalidade - Brasil 2010 (em %)



Fonte: Banco Central do Brasil. Anuário Estatístico do Crédito Rural
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Obs.: De acordo com o art. 1, inciso III, da Resolução nº 2.321, de 09.10.96, as Instituições Financeiras estão dispensadas do registro das operações de investimento no Sistema Recor. Os dados de investimentos, portanto, não espelham necessariamente o volume de recursos concedidos para esta finalidade, no âmbito do Pronaf

Valor financiado e número de contratos do Pronaf⁽¹⁾ por ano-agrícola, segundo modalidade e linha de crédito - Brasil 2007/2008 - 2009/2010

TABELA 78

Modalidade e linha de crédito		2007/2008		2008/2009		2009/2010	
		Valor financiado (em R\$ 1.000)	Nº de contratos (em 1.000)	Valor financiado (em R\$ 1.000)	Nº de contratos (em 1.000)	Valor financiado (em R\$ 1.000)	Nº de contratos (em 1.000)
Custeio	Grupo A ⁽²⁾	351	0	27.800	4	25.653	3
	Grupo A/C ⁽³⁾	35.406	12	27.515	7	22.019	6
	Grupo C ⁽⁴⁾	1.001.473	406	357.206	138	191.871	70
	Grupo D ⁽⁵⁾	1.986.699	334	959.483	165	672.258	110
	Grupo E ⁽⁶⁾	1.110.709	79	252.403	16	168.906	10
	Variável ⁽⁷⁾	-	-	3.297.935	422	4.173.838	509
	Exigibilidade bancária (sem enquadramento) ⁽⁸⁾	2.110.826	227	1.259.554	108	259.184	3
	Outros à agricultura familiar	-	-	208.905	42	119.280	37
	TOTAL	6.245.464	1.057	6.390.802	902	5.633.009	747

Fonte: MDA. SAF. Elaboração: DIEESE

continua

Nota: (1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; (2) É o primeiro enquadramento. Destina-se a agricultores familiares assentados que ainda não foram contemplados com o Programa de Crédito Fundiário (PCF) ou investimentos no âmbito do Programa de Crédito Especial; (3) Agricultores familiares egressos do Grupo "A", que se enquadrem nas condições do Grupo "C", que não contrairam crédito de custeio nos grupos "D" ou "E"; (4) Crédito para o agricultor familiar com renda bruta familiar anual de R\$ 2.000 a R\$ 14.000; (5) Crédito para o agricultor familiar com renda bruta familiar anual de R\$ 14.000 a R\$ 40.000; (6) Crédito para o agricultor familiar com renda bruta familiar anual de R\$ 40.000 a R\$ 60.000; (7) A partir do ano-agrícola de 2006/2007, a Declaração de Aptidão do Agricultor Familiar (DAP) passou a considerar este grupo como um caso especial no qual se enquadram os casos dos antigos grupos "C", "D" e "E"; (continua na próxima página)

TABELA 78

Valor financiado e número de contratos do Pronaf⁽¹⁾ por ano-agrícola, segundo modalidade e linha de crédito - Brasil 2007/2008 - 2009/2010

conclusão

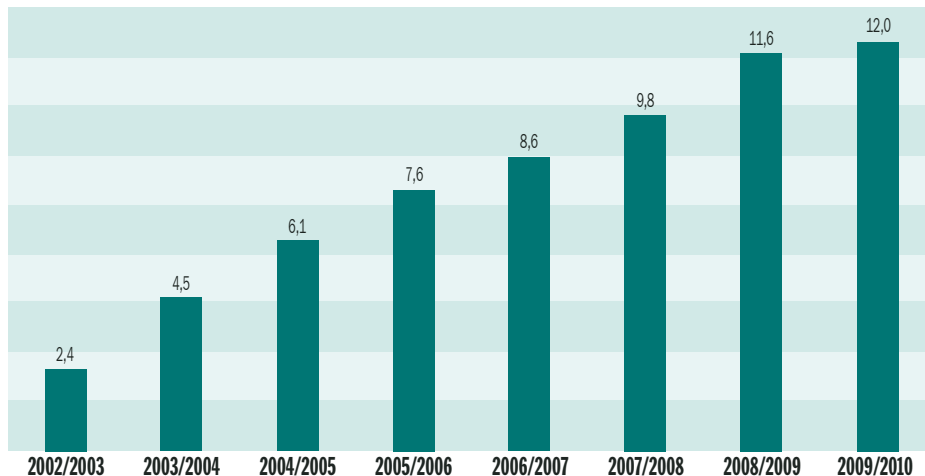
Modalidade e linha de crédito		2007/2008		2008/2009		2009/2010	
		Valor financiado (em R\$ 1.000)	Nº de contratos (em 1.000)	Valor financiado (em R\$ 1.000)	Nº de contratos (em 1.000)	Valor financiado (em R\$ 1.000)	Nº de contratos (em 1.000)
Investimento	Agroindústria familiar	-	-	-	-	-	-
	Exigibilidade bancária (sem enquadramento) ⁽⁸⁾	467.700	12	827.978	26	378.962	8
	Grupo A ⁽²⁾	377.145	44	484.907	48	739.828	69
	Grupo A/C ⁽³⁾	183	0	11	0	367	0
	Grupo B ⁽⁹⁾	560.989	397	503.486	355	1.143.497	636
	Grupo C ⁽⁴⁾	419.488	75	2.985	0	6	0
	Grupo D ⁽⁵⁾	1.180.647	90	46.474	3	36.872	1
	Grupo E ⁽⁶⁾	511.545	19	6.232	0	741	0
	Variável ⁽⁷⁾	1.950	0	2.819.916	122	3.916.886	145
	Outros à agricultura familiar	-	-	535.473	21	131.940	6
	Total	3.519.648	637	5.227.462	575	6.349.099	865
Total	9.765.113	1.694	11.618.265	1.477	11.982.108	1.612	

Nota: (8) São créditos contratados diretamente pelos assentados com instituições financeiras privadas. Não são intermediados pelo Pronaf; (9) Crédito para o agricultor familiar com renda familiar bruta anual de até R\$ 2.000

Obs.: No Brasil, o período tomado como referência na divulgação das estatísticas agrícolas se inicia em 1º de julho

Evolução do crédito do Pronaf⁽¹⁾ por ano-agrícola Brasil 2002/2003 - 2009/2010 (em R\$ bilhões)

GRÁFICO 65



Fonte: MDA.SAF

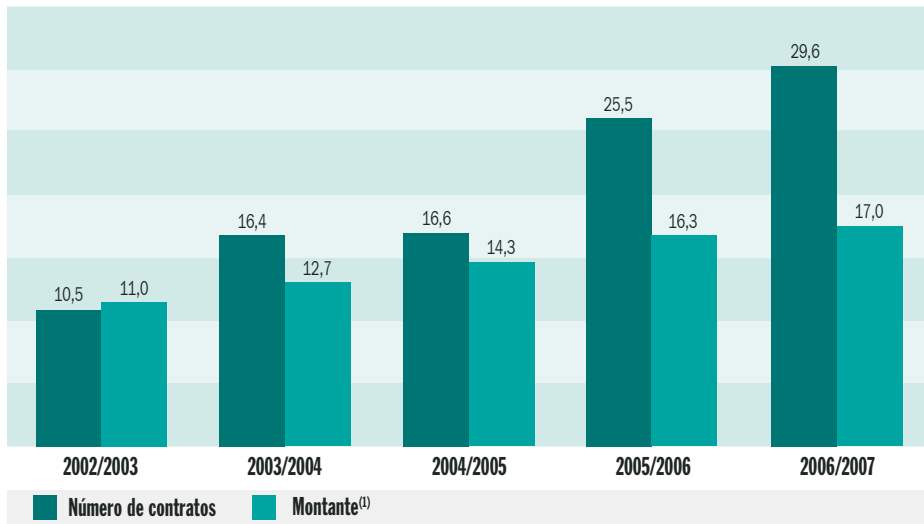
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Obs.: Valores contratados

GRÁFICO 66

Evolução da participação das mulheres no número de contratos e no montante do crédito do Pronaf - Brasil 2002/2003 - 2006/2007 (em %)



Fonte: MDA. DPMR
Elaboração: DIEESE
Nota: (1) Estimativa do montante das operações

Número de contratos e valor financiado pelo Pronaf, segundo finalidade e principais produtos - Brasil 2010

TABELA 79

Finalidade e principais produtos	Nº de contratos	Valor (R\$ mil)	Finalidade e principais produtos	Nº de contratos	Valor (R\$ mil)
Custeio Agrícola	541.962	4.288.163	Custeio Pecuária	172.441	1.427.440
Algodão	131	1.054	Animais	158.941	1.397.035
Arroz	13.486	156.728	Outras aplicações ⁽¹⁾	13.500	30.405
Batata	2.194	30.015	Investimento Agrícola	228.210	2.760.134
Café	72.209	613.726	Máquinas e equipamentos	64.411	1.521.030
Cana-de-açúcar	5.814	43.921	Melhorias nas explorações	73.438	334.490
Feijão	19.722	98.299	Formação de culturas perenes	35.904	258.174
Fumo	705	2.287	Outras aplicações ⁽²⁾	54.457	646.440
Mandioca	38.421	181.059	Investimento Pecuária	642.873	1.438.246
Milho	204.524	1.226.884	Aquisição de animais	332.574	2.077
Soja	97.940	906.569	Máquinas e equipamentos	53.074	399.696
Trigo	16.763	191.492	Melhorias nas explorações	147.967	557.021
Outras lavouras	67.176	659.943	Outras aplicações ⁽¹⁾	109.258	479.452
Outras aplicações ⁽¹⁾	2.877	176.186	TOTAL	1.585.486	9.913.984

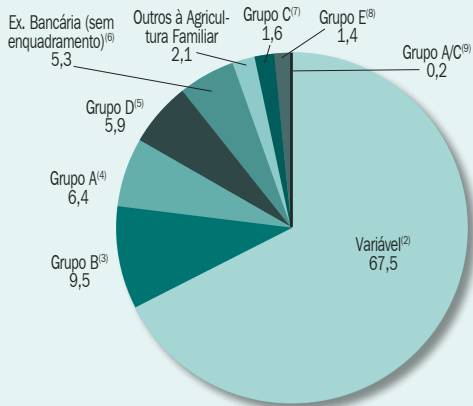
Fonte: Banco Central do Brasil. Anuário Estatístico do Crédito Rural

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui custeio na modalidade beneficiamento ou industrialização

(2) Inclui investimento em animais de serviço e automóveis

Participação dos grupos no montante de crédito rural do Pronaf⁽¹⁾ Brasil 2009/2010 (em %)



Fonte: MDA. SAF. Elaboração: DIIESE

Nota: (1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; (2) A partir do ano-agrícola de 2006/2007, a Declaração de Aptidão do Agricultor Familiar (DAP) passou a considerar este grupo como um caso especial no qual se enquadram os casos dos antigos grupos "C"; "D" e "E"; (3) Crédito para o agricultor familiar com renda bruta familiar anual de até R\$ 2.000; (4) É o primeiro enquadramento. Destina-se a agricultores familiares assentados que ainda não foram contemplados com o Programa de Crédito Fundiário (PCF) ou investimentos no âmbito do Programa de Crédito Especial; (5) Crédito para o agricultor familiar com renda bruta familiar anual de R\$ 14.000 a R\$ 40.000; (6) São créditos contratados diretamente pelos assentados com instituições financeiras privadas. Não são intermediados pelo Pronaf; (7) Crédito para o agricultor familiar com renda bruta familiar anual de R\$ 2.000 a R\$ 14.000; (8) Crédito para o agricultor familiar com renda bruta familiar anual de R\$ 40.000 a R\$ 60.000; (9) Os agricultores familiares egressos do Grupo "A", que se enquadrem nas condições do Grupo "C", que não contraíram crédito de custeio nos grupos "D" ou "E"

Obs.: No Brasil, o período tomado como referência na divulgação das estatísticas agrícolas se inicia em 1º de julho

Capítulo 5

Reforma Agrária e Agricultura Familiar

Territórios Rurais

Territórios Rurais⁽¹⁾ Região Norte 2010

TABELA 80

Território Rural	UF	Nº de municípios
Alto Acre e Capixaba	AC	5
Baixo Acre	AC	6
Vale do Juruá	AC	5
Alto Juruá	AM	4
Baixo Amazonas	AM	7
Madeira	AM	5
Manaus e Entorno	AM	13
Médio Juruá	AM	3
Rio Negro da Cidadania Indígena	AM	3
Centro Oeste	AP	4
Dos Lagos	AP	3
Extremo Norte	AP	2
Sul do Amapá	AP	3
Baixo Amazonas	PA	12
Baixo Tocantins	PA	11
BR 163	PA	6
Marajó	PA	16

continua 217

Território Rural	UF	Nº de municípios
Nordeste Paraense	PA	20
Sudeste Paraense	PA	14
Sul do Pará/Alto Xingu	PA	15
Transamazônica	PA	10
Central	RO	13
Madeira Mamoré	RO	5
Rio Machado	RO	7
Vale do Jamari	RO	9
Sul de Roraima	RR	5
Terra Indígena Raposa Serra do Sol e São Marcos	RR	3
Apa Cantão	TO	9
Bico do Papagaio	TO	25
Jalapão	TO	8
Médio Araguaia	TO	10
Sudeste	TO	21
TOTAL		282

Fonte: MDA. Sistema de Informações Territoriais. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial

Territórios Rurais⁽¹⁾ Região Nordeste 2010

TABELA 81

Território Rural	UF	Nº de municípios	Território Rural	UF	Nº de municípios
Da Bacia Leiteira	AL	11	Velho Chico	BA	16
Do Agreste	AL	16	Itaparica ⁽²⁾	BA/PE	13
Do Alto Sertão	AL	8	Baturité	CE	13
Do Litoral Norte	AL	12	Cariri	CE	27
Do Médio Sertão	AL	9	Inhamuns Crateús	CE	20
Mata Alagoana	AL	16	Sertão Central	CE	12
Bacia do Jacuípe	BA	15	Sertões de Canindé	CE	6
Bacia do Rio Corrente	BA	11	Sobral	CE	17
Baixo Sul	BA	14	Vales do Curu e Aracatiçu	CE	18
Chapada Diamantina	BA	24	Alto Turi e Gurupi	MA	18
Do Sisal	BA	20	Baixada Ocidental	MA	19
Irecê	BA	20	Baixo Parnaíba	MA	16
Litoral Sul	BA	26	Campo e Lagos	MA	12
Piemonte do Paraguaçu	BA	12	Cocais	MA	17
Semiárido Nordeste II	BA	18	Lençóis Maranhenses/Munim	MA	12
Sertão do São Francisco	BA	10	Médio Mearim	MA	16
Sertão Produtivo	BA	19	Vale do Itapecuru	MA	10

TABELA 81

Territórios Rurais⁽¹⁾ Região Nordeste 2010

conclusão

Território Rural	UF	Nº de municípios	Território Rural	UF	Nº de municípios
Borborema	PB	21	Serra da Capivara	PI	18
Cariri Ocidental	PB	17	Tabuleiros do Alto Parnaíba	PI	12
Cariri Oriental	PB	14	Vale do Canindé	PI	17
Curimataú	PB	10	Vale do Guaribas	PI	39
Médio Sertão	PB	24	Vale do Sambito	PI	15
Zona da Mata Norte	PB	19	Açu-Mossoró	RN	14
Zona da Mata Sul	PB	13	Alto Oeste	RN	30
Agreste Central	PE	11	Mato Grande	RN	15
Agreste Meridional	PE	20	Potengi	RN	11
Mata Norte	PE	19	Seridó RN	25	
Mata Sul	PE	19	Sertão do Apodi	RN	17
Sertão do Araripe	PE	10	Trairi	RN	15
Sertão do Pajeú	PE	20	Alto Sertão	SE	7
Sertão do São Francisco	PE	7	Baixo São Francisco	SE	14
Carnaubais	PI	16	Sertão Ocidental	SE	19
Cocais	PI	22	Sul Sergipano	SE	12
Entre Rios	PI	30	TOTAL		1.095

Territórios Rurais⁽¹⁾ Região Sudeste 2010

TABELA 82

Território Rural	UF	Nº de municípios	Território Rural	UF	Nº de municípios
Caparaó	ES	11	São Mateus	MG	11
Das Montanhas e Águas do Espírito	ES	13	Serra do Brigadeiro	MG	9
Juparanã	ES	7	Serra Geral	MG	16
Norte	ES	17	Sertão de Minas	MG	17
Polo Colatina	ES	12	Vale do Mucuri	MG	27
Sul Litorâneo	ES	8	Baía de Ilha Grande	RJ	5
Alto Jequitinhonha	MG	20	Noroeste	RJ	13
Alto Rio Pardo	MG	15	Norte	RJ	9
Alto Suaçuí Grande	MG	7	Andradina	SP	11
Baixo Jequitinhonha	MG	16	Noroeste Paulista	SP	36
Médio Jequitinhonha	MG	19	Pontal do Paranapanema	SP	32
Médio Rio Doce	MG	17	Sudoeste Paulista	SP	15
Noroeste de Minas	MG	22	Vale do Ribeira	SP	25
			TOTAL		410

Fonte: MDA. Sistema de Informações Territoriais
Elaboração: DIEESE
Nota: (1) Apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial

TABELA 83

Territórios Rurais⁽¹⁾

Região Sul 2010

Território Rural	UF	Nº de municípios	Território Rural	UF	Nº de municípios
Caminhos do Tibagi	PR	8	Região Central	RS	34
Cantuquiriguaçu	PR	20	Zona Sul do Estado	RS	25
Centro Sul	PR	12	Alto Uruguai	SC	16
Norte Pioneiro	PR	29	Alto Vale do Itajaí	SC	32
Paraná Centro	PR	18	Alto Vale do Rio do Peixe	SC	13
Sudoeste Paranaense	PR	42	Meio-Oeste Contestado	SC	29
Vale do Ribeira	PR	7	Oeste Catarinense	SC	25
Alto Uruguai	RS	32	Planalto Catarinense	SC	13
Centro Serra	RS	12	Planalto Norte	SC	14
Médio Alto Uruguai	RS	34	Serra Catarinense	SC	18
Missões	RS	25	TOTAL		492
Noroeste Colonial	RS	34			

Fonte: MDA. Sistema de Informações Territoriais

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial

Territórios Rurais⁽¹⁾ Região Centro-Oeste 2010

TABELA 84

Território Rural	UF	Nº de municípios	Território Rural	UF	Nº de municípios
Das Águas Emendadas	DF	11	Grande Dourados	MS	12
Chapada dos Veadeiros	GO	8	Vale do Ivinhema	MS	10
Estrada de Ferro	GO	14	Alto Paraguai	MT	14
Médio Araguaia	GO	19	Baixada Cuiabana	MT	14
Vale do Paranã	GO	12	Baixo Araguaia	MT	15
Vale do Rio Vermelho	GO	16	Grande Cáceres	MT	20
Vale do São Patrício	GO	14	Noroeste	MT	7
Cone Sul	MS	8	Portal da Amazônia	MT	16
Da Reforma	MS	11	TOTAL		221

■ Fonte: MDA, Sistema de Informações Territoriais
 Elaboração: DIEESE
 Nota: (1) Apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial

TABELA 85

Territórios da Cidadania Brasil 2010

Região e Territórios da Cidadania		IDH - T	Nº Municípios	Agricultores Familiares	Famílias Assentadas	Proporção população rural / total	Comunidades Quilombolas	Terras Indígenas
Norte	Alto Jurúá - AM	0,52	4	-	519	-	-	-
	Rio Negro da Cidadania Indígena - AM (ex-Alto Rio Negro)	0,62	3	2.540	55	62,1	-	11
	Baixo Amazonas - AM	0,68	7	7.303	4.403	44,8	3	4
	Manaus e Entorno - AM (ex-Entorno de Manaus)	0,76	13	15.161	17.540	9,8	-	32
	Madeira - AM	0,64	5	-	13.119	-	-	-
	Mesorregião Alto Solimões - AM	0,59	9	-	2.316	-	-	-
	Alto Acre e Capixaba - AC	0,67	5	3.441	6.329	46,4	-	3
	Vale do Jurúá - AC	0,64	5	-	7.423	-	-	-
	Centro Oeste - AP	0,71	4	-	2.368	-	1	-
	Dos Lagos - AP	0,69	3	-	2.011	-	-	-
	Sul do Amapá - AP	0,70	3	266	3.691	19,2	1	2
	Baixo Amazonas - PA	0,71	12	22.281	29.630	42,5	34	18

Territórios da Cidadania Brasil 2010

TABELA 85

Região e Territórios da Cidadania		IDH - T	Nº Municípios	Agricultores Familiares	Famílias Assentadas	Proporção população rural / total	Comunidades Quilombolas	Terras Indígenas
Norte	Baixo Tocantins - PA	0,68	11	-	28.942	-	32	-
	BR 163 - PA	0,69	6	-	6.591	-	-	-
	Marajó - PA	0,63	16	24.597	19.339	61,2	31	1
	Nordeste Paraense - PA	0,65	20	15.906	18.558	53,1	42	3
	Sudeste Paraense - PA	0,69	14	6.785	27.083	33,6	-	3
	Sul do Pará/Alto Xingu - PA	0,71	15	-	28.022	-	-	-
	Transamazônica - PA	0,70	10	13.267	16.752	52,9	-	15
	Central (Ji-Paraná) - RO	0,72	13	20.119	8.191	43,7	-	2
	Vale do Jamari - RO	0,72	9	-	17.134	-	-	-
	Madeira Mamoré - RO	0,75	5	-	7.320	-	-	-
	Sul de Roraima - RR	0,69	5	1.915	9.571	50,8	-	3
	Terra Indígena Raposa Serra do Sol e São Marcos ⁽⁴⁾	0,63	4	-	-	-	-	-
	Bico do Papagaio - TO	0,62	25	7.406	7.052	36,3	1	1
	Jalapão - TO	0,64	8	-	187	-	5	-
	Sudeste - TO	0,67	21	-	976	-	9	-

continua

TABELA 85

Territórios da Cidadania Brasil 2010

Região e Territórios da Cidadania		IDH - T	Nº Municípios	Agricultores Familiares	Famílias Assentadas	Proporção população rural / total	Comunidades Quilombolas	Terras Indígenas
Nordeste	Alto Turi e Gurupi - MA	0,58	18	-	16.062	-	2	-
	Baixada Ocidental - MA	0,60	19	-	7.964	-	347	-
	Baixo Parnaíba - MA	0,55	16	33.580	6.201	58,5	42	-
	Campos e Lagos - MA	0,60	12	-	6.688	-	116	-
	Cocais - MA	0,59	17	39.516	11.814	33,1	61	-
	Lençóis Maranhenses /Munin - MA	0,57	12	9.616	9.616	64,8	43	-
	Médio Mearim - MA	0,59	16	-	3.078	-	40	-
	Vale do Itapecuru - MA	0,57	10	16.477	6.677	49,9	112	-
	Carnaubais - PI	0,60	16	16.573	2.705	54,6	3	-
	Cocais - PI	0,58	22	-	5.955	-	13	-
	Entre Rios - PI	0,72	30	26.646	6.781	17,1	2	-
	Serra da Capivara - PI	0,61	18	15.149	2.415	63,1	3	-
	Vale do Canindé - PI	0,60	17	-	888	-	7	-
	Vale do Guaribas - PI	0,60	39	34.557	1.209	55,8	51	-
Cariri - CE	0,66	27	-	579	-	2	-	

Territórios da Cidadania Brasil 2010

TABELA 85

Região e Territórios da Cidadania		IDH - T	Nº Municípios	Agricultores Familiares	Famílias Assentadas	Proporção população rural / total	Comunidades Quilombolas	Terras Indígenas
Nordeste	Inhamuns Crateús - CE	0,64	20	44.116	4.062	50,8	22	1
	Vales do Curu e Aracatiçu - CE (ex-Itapipoca)	0,63	18	22.229	4.003	49,4	2	2
	Sertão Central - CE	0,63	12	23.045	2.212	51,1	1	-
	Sertões de Canindé - CE	0,62	6	-	3.355	-	-	-
	Sobral - CE	0,65	17	-	1.031	-	1	-
	Açu-Mossoró - RN	0,70	14	4.999	7.435	17,5	1	-
	Alto Oeste - RN	0,64	30	-	-	-	4	-
	Mato Grande - RN	0,61	15	7.800	5.205	51,8	3	-
	Potengi - RN	0,62	11	-	1.195	-	4	-
	Seridó - RN	0,69	25	-	992	-	3	-
	Sertão do Apodi (Chapada do Apodi) - RN	0,63	17	9.453	2.535	41,6	1	-
	Borborema - PB	0,67	21	22.929	1.644	25,1	3	-
	Cariri Ocidental - PB	0,61	17	-	876	-	-	-
	Curimataú - PB	0,58	10	-	750	-	-	-

continua

TABELA 85

Territórios da Cidadania Brasil 2010

Região e Territórios da Cidadania	IDH -T	Nº Municípios	Agricultores Familiares	Famílias Assentadas	Proporção população rural / total	Comunidades Quilombolas	Terras Indígenas	
Nordeste	Médio Sertão - PB	0,63	24	-	1.037	-	5	-
	Zona da Mata Norte - PB	0,62	19	8.258	2.384	25,9	-	3
	Zona da Mata Sul - PB	0,74	13	6.449	3.212	6,8	3	-
	Agreste Meridional - PE	0,60	20	33.863	2.499	59,2	25	4
	Mata Sul - PE	0,62	19	4.951	9.726	34,2	1	-
	Sertão do Araripe - PE	0,62	10	-	441	-	-	-
	Sertão do Pajeú - PE	0,65	20	35.850	1.799	45,4	19	1
	Sertão do S. Francisco - PE	0,72	7	-	4.605	-	11	-
	Da Bacia Leiteira - AL	0,58	11	-	377	-	16	-
	Do Agreste - AL	0,60	16	49.279	1.074	48,2	14	6
	Do Alto Sertão - AL	0,58	8	17.596	1.107	62,0	12	1
	Do Litoral Norte - AL	0,58	12	1.404	3.399	40,4	3	-
	Do Médio Sertão - AL	0,56	9	-	-	-	8	-
	Mata Alagoana - AL	0,59	16	-	-	-	7	-
	Alto Sertão - SE	0,58	7	11.275	4.528	58,4	2	1
	Baixo São Francisco - SE	0,61	14	-	993	-	6	-

Territórios da Cidadania Brasil 2010

TABELA 85

Região e Territórios da Cidadania		IDH - T	Nº Municípios	Agricultores Familiares	Famílias Assentadas	Proporção população rural / total	Comunidades Quilombolas	Terras Indígenas
Nordeste	Sertão Ocidental - SE	0,62	19	17.959	1.469	43,5	2	-
	Sul Sergipano - SE	0,62	12	-	1.573	-	2	-
	Baixo Sul - BA	0,63	14	-	1.372	-	47	-
	Chapada Diamantina - BA	0,63	24	37.722	3.536	58,2	49	-
	Do Sisal - BA	0,60	20	64.350	2.457	63,0	3	1
	Irecê - BA	0,61	20	-	1.515	-	43	-
	Semiárido Nordeste II - BA	0,58	18	-	799	-	6	-
	Sertão do S. Francisco - BA	0,64	10	-	2.693	-	1	-
	Litoral Sul - BA	0,67	26	14.610	3.406	25,7	14	2
	Velho Chico - BA	0,62	16	29.822	9.180	57,5	33	3
	Itaparica - PE/BA ⁽³⁾	0,67	13	-	2.478	-	9	-

continua

TABELA 85

Territórios da Cidadania Brasil 2010

Região e Territórios da Cidadania		IDH -T	Nº Municípios	Agricultores Familiares	Famílias Assentadas	Proporção população rural / total	Comunidades Quilombolas	Terras Indígenas
Sudeste	Caparaó - ES	0,73	11	-	346	-	15	-
	Norte - ES	0,71	17	13.529	2.438	35,5	31	-
	Alto Jequitinhonha - MG	0,68	20	-	374	-	15	-
	Alto Rio Pardo - MG	0,65	15	-	25	-	1	-
	Baixo Jequitinhonha - MG	0,64	16	-	372	-	4	-
	Médio Jequitinhonha - MG	0,65	19	16.025	377	48,0	34	-
	Noroeste de Minas - MG	0,73	22	10.047	4.414	30,3	17	-
	Serra Geral - MG	0,65	16	15.658	1.840	41,9	16	-
	Sertão de Minas - MG	0,73	17	-	1.020	-	-	-
	Vale do Mucuri - MG	0,68	27	12.779	203	37,2	10	1
	Noroeste - RJ	0,75	13	-	171	-	1	-
	Norte - RJ	0,75	9	12.809	2.401	14,9	12	-
	Pontal do Paranapanema - SP	0,80	32	10.680	5.842	14,5	-	-
	Sudoeste Paulista - SP	0,73	15	-	408	-	1	-
	Vale do Ribeira - SP	0,75	25	8.344	147	31,9	45	3

continua

Territórios da Cidadania Brasil 2010

TABELA 85

Região e Territórios da Cidadania		IDH - T	Nº Municípios	Agricultores Familiares	Famílias Assentadas	Proporção população rural / total	Comunidades Quilombolas	Terras Indígenas
Sul	Cantuquiriguaçu - PR	0,72	20	20.528	4.796	51,7	16	2
	Norte Pioneiro - PR	0,73	29	-	1.355	-	-	-
	Paraná Centro - PR	0,73	18	-	2.310	-	1	-
	Vale do Ribeira - PR	0,69	7	5.913	-	47,6	16	-
	Meio-Oeste Contestado (Chapecozinho) - SC	0,81	29	14.252	2.173	34,7	-	3
	Planalto Norte - SC	0,79	14	-	451	-	-	-
	Médio Alto Uruguai - RS	0,76	34	-	115	-	-	-
	Noroeste Colonial - RS	0,79	34	-	1.031	-	-	-
	Região Central - RS	0,81	34	-	1.287	-	12	-
	Zona Sul do Estado - RS	0,79	25	32.942	3.692	18,1	28	-

continua

TABELA 85

Territórios da Cidadania Brasil 2010

Região e Territórios da Cidadania		IDH - T	Nº Municípios	Agricultores Familiares	Famílias Assentadas	Proporção população rural / total	Comunidades Quilombolas	Terras Indígenas
Centro-Oeste	Das Águas Emendadas - DF/GO/MG ⁽²⁾	0,83	11	5.356	5.795	6,0	-	-
	Baixada Cuiabana - MT	0,79	14	-	10.785	-	68	-
	Baixo Araguaia - MT	0,71	15	4.439	14.589	49,6	-	10
	Noroeste - MT	0,73	7	-	6.153	-	-	-
	Portal da Amazônia - MT	0,74	16	15.967	20.350	37,6	-	6
	Cone Sul - MS	0,73	8	-	5.113	-	-	-
	Da Reforma - MS	0,75	11	4.338	9.305	27,7	8	6
	Grande Dourados - MS	0,76	12	6.078	2.037	17,9	2	7
	Vale do Ivinhema - MS	0,75	10	-	4.746	-	2	-
	Chapada dos Veadeiros - GO	0,68	8	-	1.199	-	6	-
	Vale do Paraná - GO	0,67	12	-	3.492	-	1	-
	Vale do Rio Vermelho - GO	0,74	16	8.128	1.123	27,5	-	-

continua

Região e Territórios da Cidadania	IDH -T	Nº Municípios	Agricultores Familiares	Famílias Assentadas	Proporção população rural / total	Comunidades Quilombolas	Terras Indígenas
Total Territórios da Cidadania 2010	-	1.852	1.018.872	598.983	32,2	1.751	161
Total Brasil	-	5.562	4.139.357	923.266	16,7	2.707	595
Territórios da Cidadania 2010/Brasil (%)	-	33,3	24,6	64,9	-	64,7	27,1

Fonte: NEAD e SEPPIR

Elaboração: DIEESE

- Nota: (1) Informações do Censo Demográfico 2000, Censo Agropecuário 1995/1996, MDA 2010, Incra/Sipra 2011, SEPPIR 2011, Funai/DAF 2005
 (2) O Território de Águas Emendadas é composto por sete municípios do estado de Goiás, três municípios do estado de Minas Gerais e o Distrito Federal
 (3) O Território Itaparica é composto por sete municípios do estado de Pernambuco e seis municípios do estado da Bahia
 (4) Território Raposa Serra do Sol e São Marcos é composto por três municípios e um Setor Censitário do município de Boa Vista

Capítulo 6

Indicadores Agropecuarios

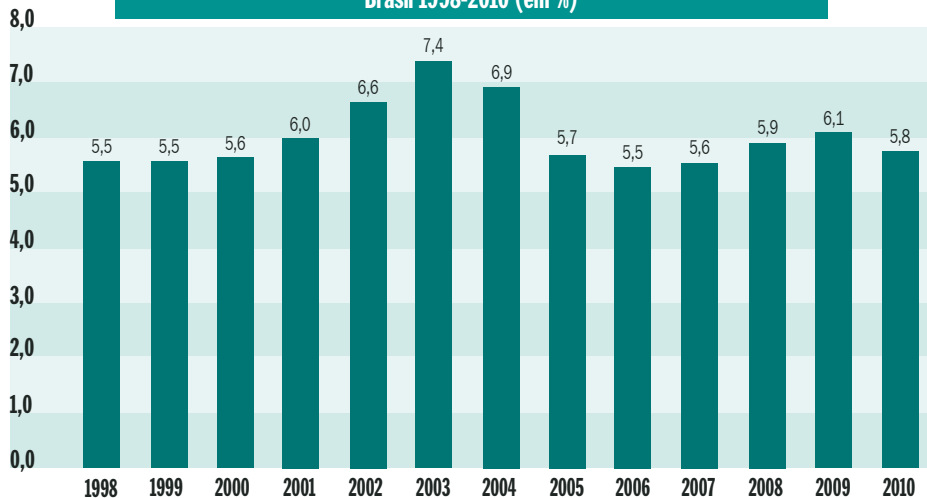
Capítulo 6

Indicadores Agropecuários

Desempenho da Agropecuária

Participação da agropecuária no valor adicionado bruto Brasil 1998-2010 (em %)

GRÁFICO 68



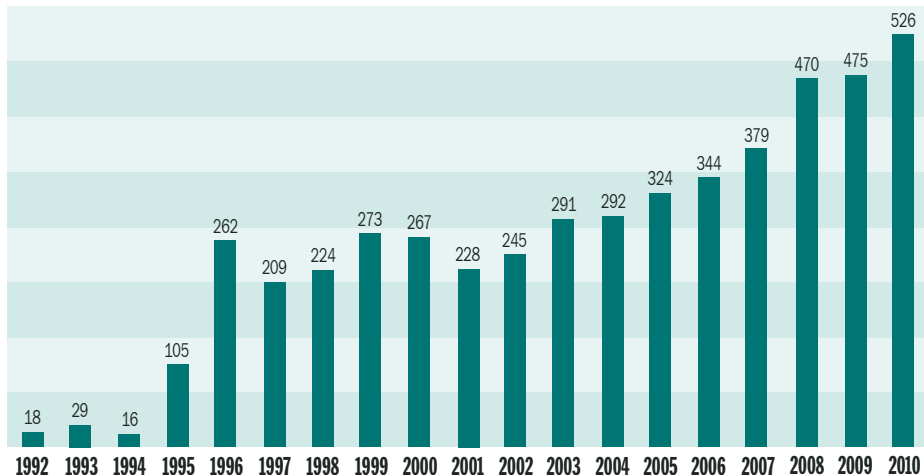
Fonte: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais - Referência 2000

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Valores correntes

b) Para os anos de 2009 e 2010, dados preliminares

Evolução da arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR)⁽¹⁾ Brasil 1992-2010 (em R\$ milhões)



Fonte: Ministério da Fazenda. Secretaria de Receita Federal

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O ITR incide sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse do imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, em 1º de janeiro de cada ano, e é pago pelos proprietários. As alíquotas variam de 0,03% até 20%. Legislação básica: Lei 9.393, de 19/12/1996; Decreto 4.382, de 19/09/2002 (regulamento) e EC 42, de 19/12/2003

Obs.: a) O Plano Real entrou em vigor em julho/94; b) Arrecadação de 1992 a 1994 (até junho) convertida pela URV média mensal; c) Preços correntes

Balança comercial do agronegócio Brasil e Grandes Regiões 2010 (em US\$ milhões)

TABELA 86

Brasil e Grandes Regiões	Exportações	Importações	Saldo
Norte	2.709	224	2.485
Nordeste	7.154	1.861	5.293
Sudeste	28.356	7.125	21.230
Sul	24.125	3.786	20.339
Centro-Oeste	14.057	369	13.687
BRASIL⁽¹⁾	76.401	13.367	63.034

Fonte: Mapa. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Foram excluídas as categorias de consumo de bordo, mercadoria nacionalizada, reexportação e não declaradas

TABELA 87

Balança comercial dos produtos do agronegócio brasileiro Brasil 2010 (em US\$ milhões)

Produtos	Exportação	Importação	Saldo
Complexo da soja	17.107	69	17.038
Complexo sucroalcooleiro	13.776	39	13.737
Carnes	13.630	313	13.317
Florestais	9.282	2.847	6.435
Café	5.765	24	5.740
Fumo e seus produtos	2.762	74	2.689
Cereais, farinhas e preparações	2.715	2.830	-114
Couros ⁽¹⁾	2.639	185	2.455
Sucos de fruta	1.925	27	1.898
Fibras e produtos têxteis	1.446	1.320	126
Frutas ⁽²⁾	906	609	297
Animais vivos	697	13	684
Alimentícios diversos	466	300	165
Cacau e seus produtos	419	278	140
Bebidas	262	444	-183

continua

Balança comercial dos produtos do agronegócio brasileiro Brasil 2010 (em US\$ milhões)

Produtos	Exportação	Importação	Saldo
Pescados	216	1.001	-785
Chá, mate e especiarias	197	37	161
Lácteos	156	336	-180
Oleaginosos ⁽³⁾	152	733	-580
Rações para animais	139	188	-49
Hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos	119	1.033	-914
Apícolas	60	0	60
Plantas vivas e produtos de floricultura	31	25	6
Demais produtos	1.573	661	912
TOTAL	76.441	13.387	63.054

Fonte: Mapa. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Produtos de couro e peleteria

(2) Inclui nozes e castanhas

(3) Exclui a soja

TABELA 88

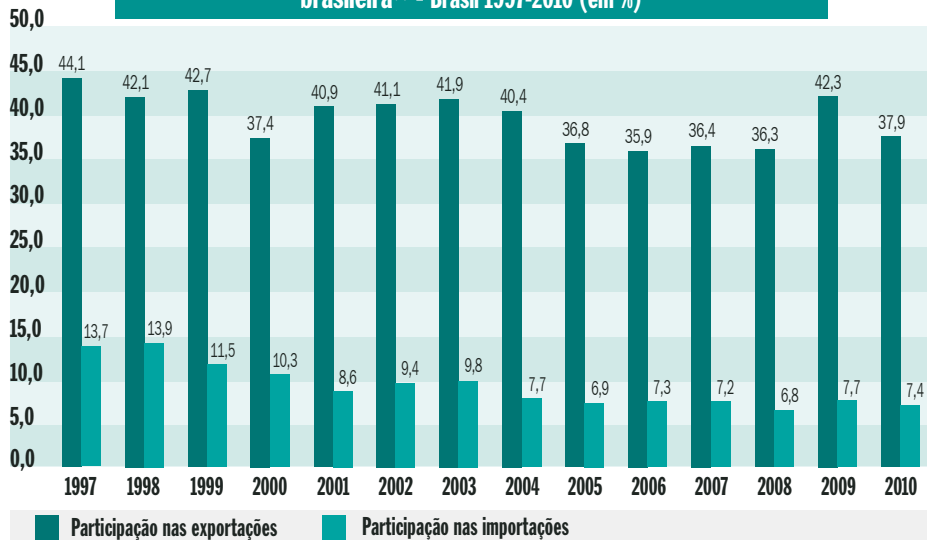
**Evolução da balança comercial do agronegócio
Brasil 1998-2010 (em US\$ milhões)**

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1998	21.546	8.041	13.505
1999	20.494	5.694	14.800
2000	20.594	5.756	14.838
2001	23.857	4.801	19.056
2002	24.840	4.449	20.391
2003	30.645	4.746	25.899
2004	39.029	4.831	34.198
2005	43.617	5.110	38.507
2006	49.465	6.695	42.769
2007	58.420	8.719	49.701
2008	71.806	11.820	59.987
2009	64.785	9.898	54.887
2010	76.441	13.387	63.054

Fonte: Mapa. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
Elaboração: DIEESE

Evolução da participação do agronegócio na balança comercial brasileira⁽¹⁾ - Brasil 1997-2010 (em %)

GRÁFICO 70



Fonte: Mapa. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Participação no valor exportado e importado

TABELA 89

Principais produtos importados do agronegócio Brasil 2009 -2010

Produtos	Valor (em US\$ FOB milhões)			Peso (em milhões de Kg)		
	2010	2009	Variação 2009/2010 (em %)	2010	2009	Variação 2009/2010 (em %)
Papel	1.542	1.098	40,4	1.522	1.098	-27,9
Trigo	1.528	1.209	26,4	6.323	5.446	-13,9
Borracha natural	790	283	179,3	261	161	-38,1
Vestuário e outros produtos têxteis de algodão	574	384	49,4	47	38	-17,6
Fios, linhas e tecidos de algodão	516	243	112,4	121	64	-47,2
Malte	445	534	-16,6	845	832	-1,5
Arroz	373	266	40,1	782	671	-14,2
Celulose	357	241	48,3	434	384	-11,6
Bacalhau	305	201	52,1	45	35	-22,3
Óleo de dendê ou de palma	304	197	54,2	333	258	-22,3
Filés de peixe e congelados	266	183	45,2	94	67	-28,4
TOTAL	7.002	4.839	-30,9	10.807	9.054	-16,2

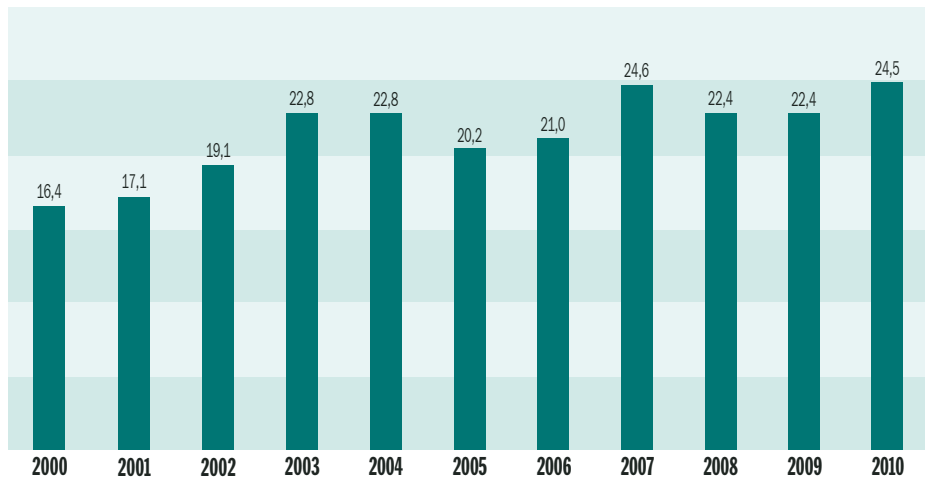
Fonte: Mapa. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio

Elaboração: DIEESE

Obs.: Valores ordenados pela importação de 2010

Fertilizantes entregues ao consumidor Brasil 2000-2010 (em milhões de toneladas)

GRÁFICO 71



Fonte: Conab, Indicadores Agropecuários
Elaboração: DIEESE

Capítulo 6

Indicadores Agropecuários

Indicadores de Produção

Quantidade produzida e produtividade média dos principais produtos da lavoura permanente⁽¹⁾ - Brasil 2001 e 2009

TABELA 90

Produtos da lavoura permanente	Quantidade produzida (1.000 ton)			Produtividade média (ton/ha)		
	2001 ⁽²⁾	2009	Variação 2001/2009 (em %)	2001	2009	Variação 2001/2009 (em %)
Café (em grão)	3.639	2.440	-32,9	1,6	1,1	-28,8
Laranja	16.983	17.618	3,7	20,6	22,4	8,7
Banana (Cacho)	6.177	6.783	9,8	12,1	14,1	16,8
Uva	1.059	1.365	29,0	16,7	16,8	0,3
Mamão	1.489	1.793	20,4	42,2	52,4	24,2
Cacau (em amêndoa)	186	218	17,7	0,3	0,3	23,2
Maçã	716	1.223	70,8	23,1	32,0	38,3
Coco-da-baía ⁽³⁾	1.421	1.973	38,9	5,2	6,9	33,7
Maracujá	467	719	53,8	14,1	14,2	0,0
Manga	782	1.198	53,1	11,6	15,9	36,9

Fonte: IBGE. PAM
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) 10 produtos que tiveram, em 2009, os maiores valores produzidos

(2) A partir de 2001, as quantidades produzidas dos produtos banana, laranja, maçã, mamão, manga, maracujá passam a ser expressas em toneladas, portanto são comparáveis com os dados do ano de 2009. Nos anos anteriores eram expressas em mil frutos, com exceção da banana, para a qual era utilizado 1.000 cachos

(3) Quantidade produzida em 1.000 frutos e produtividade em frutos por hectare

TABELA 91

Quantidade produzida e produtividade média dos principais produtos da lavoura temporária⁽¹⁾ - Brasil 2001 e 2009

Produtos da lavoura temporária	Quantidade produzida (1.000 ton)			Produtividade média (ton/ha)		
	2001	2009	Variação 2001/2009 (em %)	2001	2009	Variação 2001/2009 (em %)
Soja (em grão)	37.907	57.345	51,3	2,7	2,6	-2,7
Cana-de-açúcar	344.293	671.395	95,0	69,4	78,9	13,6
Milho (em grão)	41.962	50.746	20,9	3,4	3,7	9,2
Arroz (em casca)	10.184	12.652	24,2	3,2	4,4	35,9
Mandioca	22.580	24.404	8,1	13,5	13,9	2,4
Feijão (em grão)	2.454	3.487	42,1	0,7	0,9	19,6
Fumo (em folha)	569	863	51,8	1,9	2,0	3,8
Algodão herbáceo (em caroço)	2.644	2.898	9,6	3,0	3,6	18,2
Tomate	3.103	4.310	38,9	54,0	63,8	18,1
Batata-inglesa	2.849	3.444	20,9	18,5	24,8	34,2

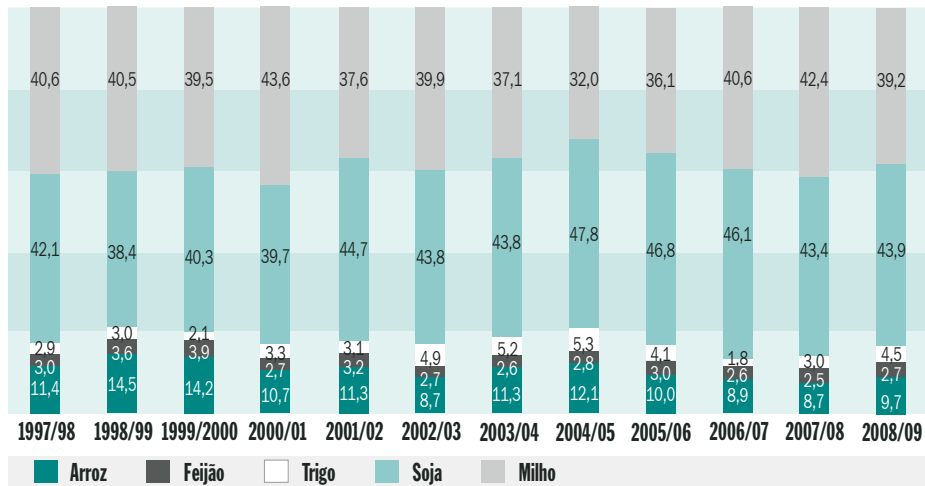
Fonte: IBGE. PAM

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) 10 produtos que tiveram, em 2009, os maiores valores produzidos

Distribuição da safra de grãos, segundo produtos selecionados Brasil 1996/1997 - 2008/2009 (em %)

GRÁFICO 72



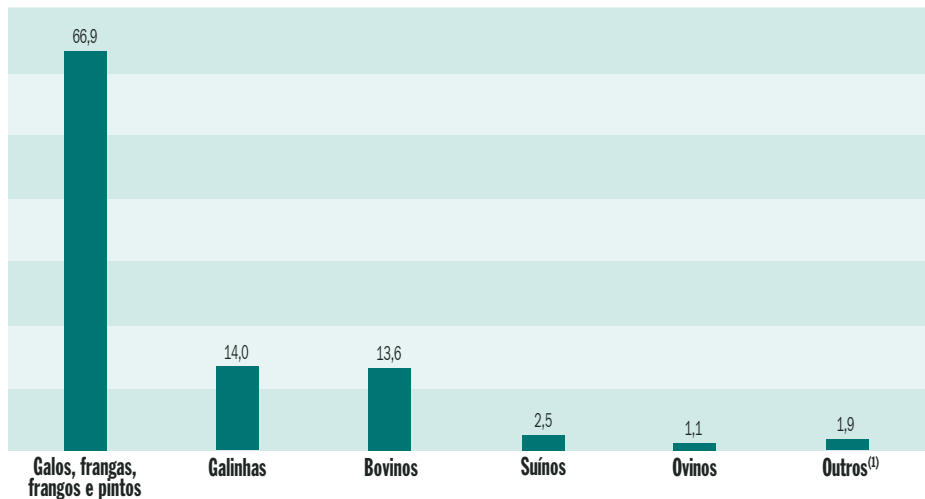
Fonte: Conab. Safras

Elaboração: DIEESE

Obs.: A safra corresponde à soma da produção dos grãos considerados, em toneladas

GRÁFICO 73

Distribuição do efetivo pecuário por tipo de rebanho Brasil 2009 (em %)



Fonte: IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Correspondem aos rebanhos de asino, bubalino, caprino, codornas, coelhos, equinos e mulas

Produção, produtividade e área plantada de grãos selecionados Brasil 2007/2008 - 2008/2009

TABELA 92

Grãos	2007/2008			2008/2009			Variação da produtividade (em %)
	Produção (em 1.000 ton)	Área plantada (em 1.000 ha)	Produtividade (ton/ha)	Produção (em 1.000 ton)	Área plantada (em 1.000 ha)	Produtividade (ton/ha)	
Arroz	12.074	2.875	4,2	12.603	2.909,0	4,3	3,1
Feijão	3.521	3.993	0,9	3.491	4.147,8	0,8	-4,5
Milho	58.652	14.766	4,0	51.004	14.171,8	3,6	-9,4
Soja	60.018	21.313	2,8	57.166	21.743,1	2,6	-6,6
Trigo	4.097	1.852	2,2	5.884	2.396,2	2,1	-3,8

Fonte: Conab. Safras
Elaboração: DIEESE

TABELA 93

Oferta e demanda brasileira de produtos selecionados Brasil 2008/2009 (em mil toneladas)

Produto	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque final
Algodão em pluma	661,1	1.213,7	14,5	1.889,3	983,6	504,9	400,8
Arroz em casca	1.481,3	12.702,0	908,0	15.091,3	12.550,0	894,4	1.646,9
Feijão	230,0	3.502,7	110,0	3.842,7	3.500,0	25,0	317,7
Milho	11.312,8	51.003,8	1.132,9	63.449,5	45.279,1	7.765,4	10.405,0
Soja em grão	4.540,1	57.161,6	100,0	61.801,7	32.564,0	28.562,7	675,0
Trigo	1.508,7	5.884,0	5.676,4	13.069,1	9.963,0	351,4	2.754,7

Fonte: Conab. Indicadores da Agropecuária
Elaboração: DIEESE

Oferta e demanda mundial de produtos selecionados Safrá 2008/2009 (em milhões de toneladas)

TABELA 94

Produto	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque final
Algodão em pluma	13,2	23,3	6,6	43,1	23,4	6,5	13,2
Arroz	80,0	447,5	27,2	554,7	434,2	28,9	91,5
Milho	131,5	799,3	82,9	1.013,7	782,0	84,5	147,2
Soja em grão	51,5	212,0	77,4	340,8	221,3	76,8	42,7
Trigo	166,2	684,3	133,6	984,1	649,9	135,8	198,3

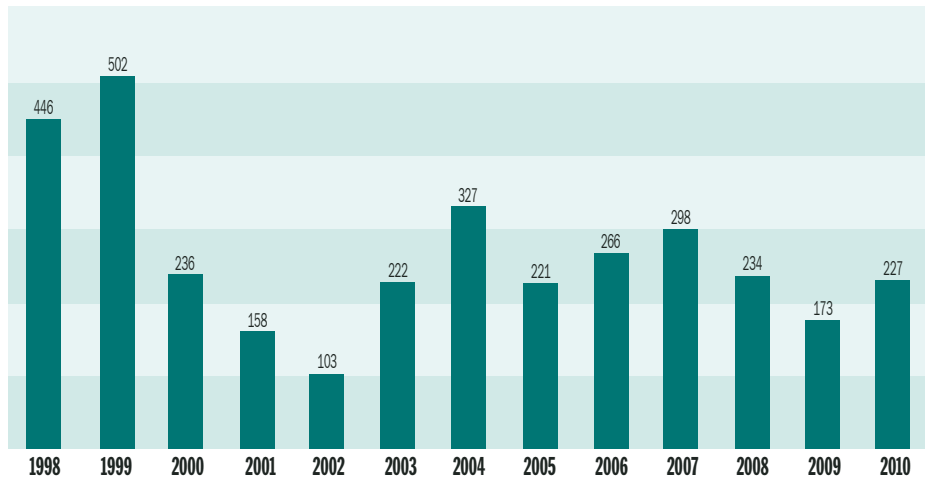
■ Fonte: Conab. Indicadores da Agropecuária
Elaboração: DIEESE

Capítulo 7

Conflitos no Campo

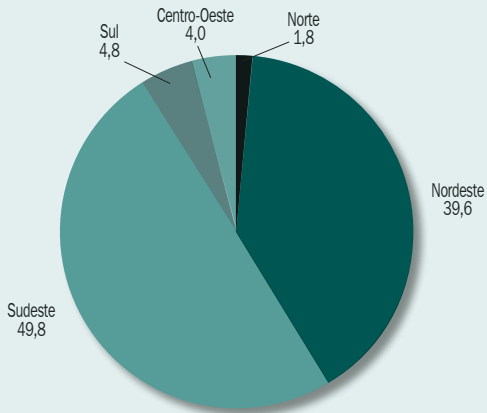
Evolução do número de ocupações de terra Brasil 1998-2010

GRÁFICO 74



Fonte: MDA, Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos
Elaboração: DIEESE

Distribuição das ocupações de terra Brasil 2010 (em %)



Fonte: MDA. Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos
Elaboração: DIEESE

Número de ocupações em imóveis rurais e de famílias envolvidas Unidades da Federação 2010 (em n^{os} absolutos)

TABELA 95

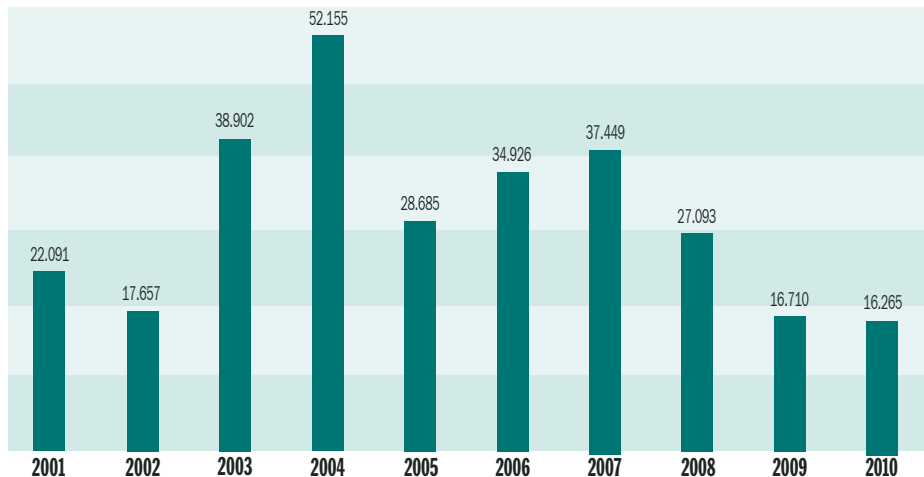
Unidade da Federação	Ocupações	Famílias envolvidas	Unidade da Federação	Ocupações	Famílias envolvidas
Alagoas	20	892	Paraíba	4	218
Bahia	26	3.663	Paraná	9	480
Ceará	3	204	Pernambuco	33	3.553
Distrito Federal	1	65	Rio Grande do Sul	1	170
Espírito Santo	5	167	Rondônia	1	80
Goiás	5	760	Santa Catarina	1	150
Mato Grosso do Sul	3	720	São Paulo	81	1.860
Minas Gerais	27	2.156	Sergipe	4	717
Pará	3	410	TOTAL	227	16.265

Fonte: MDA. Ouvidoria Agrária Nacional

Elaboração: DIEESE

Obs.: As demais Unidades da Federação não registraram conflitos, segundo a Ouvidoria Agrária Nacional

Evolução das famílias envolvidas nas ocupações de terra Brasil 2001-2010 (em nºs absolutos)



Fonte: MDA, Ouvidoria Agrária Nacional
Elaboração: DIEESE

Violência no campo contra a pessoa Brasil e Grandes Regiões 2010 (em %)

TABELA 96

Violência	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	
						Em %	Em nºs absolutos
Conflitos	33,5	37,1	15,5	5,5	8,4	100,0	1.186
Pessoas envolvidas ⁽¹⁾	29,7	42,1	19,1	2,5	6,6	100,0	559.401
Assassinatos	61,8	35,3	2,9	0,0	0,0	100,0	34
Tentativas de assassinatos	25,5	18,2	7,3	1,8	47,3	100,0	55
Mortos em consequência ⁽²⁾	78,9	5,3	5,3	0,0	10,5	100,0	19
Ameaçados de morte	64,8	28,8	4,0	0,0	2,4	100,0	125
Torturados	50,0	25,0	0,0	25,0	0,0	100,0	4
Agredidos fisicamente	21,1	26,7	21,1	25,6	5,6	100,0	90
Presos	17,0	30,7	27,3	23,9	1,1	100,0	88

Fonte: CPT. Conflitos no Campo

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Pessoas envolvidas em situações violentas, não apenas as que sofreram violência direta

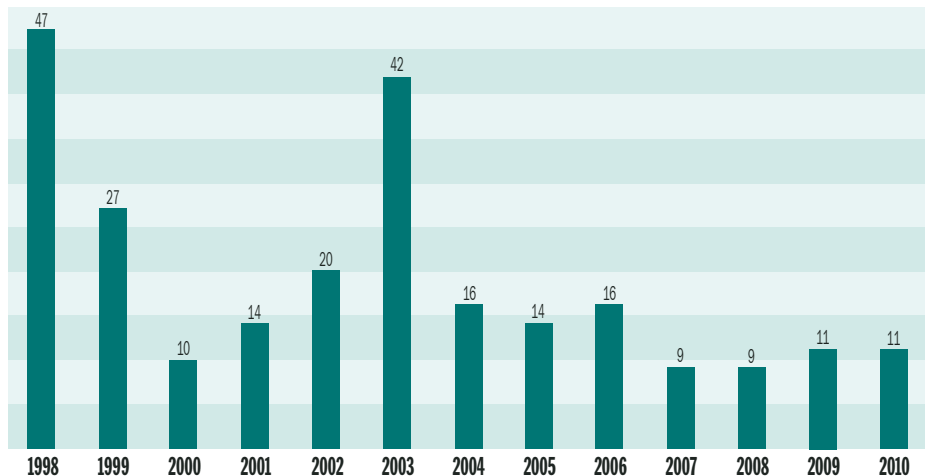
(2) São as mortes que acontecem em consequência dos conflitos

Obs.: O número de conflitos e pessoas envolvidas refere-se à soma das ocorrências dos conflitos por terra (638), ocupações (180), acampamentos (35), conflitos pela água (87), trabalho escravo (204), superexploração e desrespeito trabalhista (38) e outros conflitos

(4) contabilizados pela CPT

GRÁFICO 77

Evolução do número de mortes decorrentes de conflitos agrários Brasil 1998-2010 (em nºs absolutos)



Fonte: MDA. Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos

Elaboração: DIEESE

Obs.: A Ouvidoria considera as mortes decorrentes de conflitos agrários aquelas assim reconhecidas pelo respectivo inquérito policial

Violência contra a ocupação e a posse de terras Brasil e Grandes Regiões 2010 (em %)

TABELA 97

Violência	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	
						%	N ^{os} absolutos
Ocorrências ⁽¹⁾	30,2	43,3	14,8	4,8	6,9	100,0	853
Famílias envolvidas	29,5	45,4	14,1	1,9	9,1	100,0	70.387
Área	85,4	8,5	2,0	0,1	4,0	100,0	13.312 ⁽²⁾
Famílias expulsas	34,7	20,4	12,4	0,0	32,5	100,0	1.216
Famílias despejadas	15,6	50,0	20,1	7,4	6,8	100,0	8.067
Famílias ameaçadas de despejo	28,3	30,6	19,0	2,3	19,8	100,0	8.404
Famílias ameaçadas de expulsão	44,6	41,4	10,7	0,6	2,8	100,0	18.625
Casas destruídas	20,6	58,4	10,6	2,6	7,8	100,0	1.921
Roças destruídas	9,6	76,6	0,2	0,0	13,6	100,0	1.616
Bens destruídos ⁽³⁾	44,2	46,0	0,0	7,7	2,1	100,0	1.426
Pistolagem ⁽⁴⁾	66,7	24,9	3,8	0,4	4,2	100,0	10.274

■ Fonte: CPT. Conflitos no Campo. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) O número de ocorrências é a soma de conflitos por terra, ocupações e acampamentos

(2) Em 1.000 hectares

(3) São, por exemplo, animais, meios de locomoção - carroças, bicicletas, motos; a safra colhida e armazenada etc., destruídos ou nos processos de expulsão por pistoleiros, ou na execução de mandados judiciais de despejo, ou como forma de pressão e intimidação

(4) São conflitos onde se dá a presença de pistoleiros. Muitas vezes é só uma forma de intimidação e ameaça, mas chega às vias da violência física em algumas circunstâncias. De toda forma, a simples presença de pistoleiros significa uma ação dos fazendeiros, à revelia da lei, na defesa do "direito" à propriedade, ou na reivindicação de outros direitos dos trabalhadores

TABELA 98

Conflitos pela água⁽¹⁾

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2010

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Número de ocorrências		Famílias envolvidas	
	Em n ^{os} absolutos	Em %	Em n ^{os} absolutos	Em %
Norte	17	19,5	12.063	30,6
Amapá	2	2,3	20	0,1
Amazonas	6	6,9	496	1,3
Pará	2	2,3	6.000	15,2
Rondônia	5	5,7	5.455	13,8
Tocantins	2	2,3	92	0,2
Nordeste	38	43,7	14.158	35,9
Bahia	15	17,2	5.230	13,3
Ceará	8	9,2	3.483	8,8
Maranhão	8	9,2	2.435	6,2
Pernambuco	5	5,7	2.970	7,5
Rio Grande do Norte	2	2,3	40	0,1
Sudeste	22	25,3	11.004	27,9
Espírito Santo	4	4,6	220	0,6
Minas Gerais	11	12,6	1.220	3,1
Rio de Janeiro	6	6,9	8.875	22,5

Conflitos pela água⁽¹⁾

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2010

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Número de ocorrências		Famílias envolvidas	
	Em nºs absolutos	Em %	Em nºs absolutos	Em %
São Paulo	1	1,1	689	1,7
Sul	5	5,7	1.325	3,4
Rio Grande do Sul	2	2,3	700	1,8
Santa Catarina	3	3,4	625	1,6
Centro-Oeste	5	5,7	892	2,3
Goiás	1	1,1	-	0,0
Mato Grosso	3	3,4	876	2,2
Mato Grosso do Sul	1	1,1	16	0,0
BRASIL	87	100,0	39.442	100,0

Fonte: CPT. Conflitos no Campo

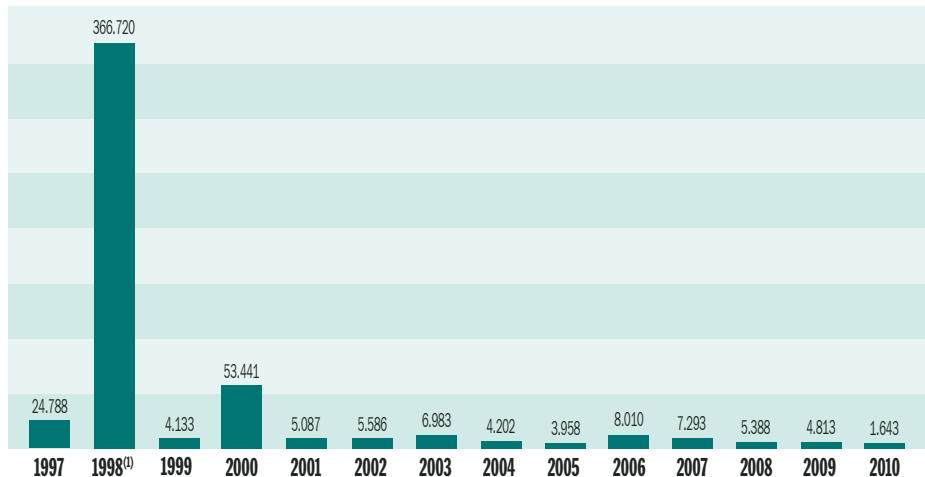
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores etc

Obs: Não há dados disponíveis para as demais unidades da federação

GRÁFICO 78

Número de pessoas envolvidas em conflitos trabalhistas no campo Brasil 1997-2010 (em nºs absolutos)



Fonte: CPT. Conflitos no Campo

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Este número se deve ao fato de ter ocorrido uma campanha salarial dos canavieiros de Alagoas envolvendo 250 mil pessoas. O mesmo aconteceu em Pernambuco, no município de Goiana, envolvendo 104 mil pessoas

Obs.: Conflitos trabalhistas referem-se ao desrespeito à Legislação Trabalhista e a casos de superexploração do trabalho

Operações de fiscalização móvel de combate ao trabalho escravo Brasil 1997-2010 (em n^{os} absolutos)

TABELA 99

Ano	Operações	Fazendas fiscalizadas	Trabalhadores registrados	Trabalhadores libertados	Pagamento das indenizações (em R\$ 1.000)	Autos de infração lavrados ⁽¹⁾
1997	20	95	-	394	-	796
1998	17	47	-	159	-	282
1999	19	56	-	725	-	411
2000	25	88	1.130	516	473	522
2001	29	149	2.164	1.305	958	796
2002	30	85	2.805	2.285	2.084	621
2003	67	188	6.137	5.223	6.086	1.433
2004	72	276	3.643	2.887	4.906	2.465
2005	85	189	4.271	4.348	7.820	2.286
2006	109	209	3.454	3.417	6.300	2.772
2007	116	206	3.637	5.999	9.914	3.139
2008	158	301	3.021	5.016	9.012	4.892
2009	156	350	3.412	3.769	5.909	4.535
2010	143	309	2.745	2.628	8.786	3.982

Fonte: MTE, SIT/Defit/Detrae. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Para cada irregularidade encontrada é lavrado um Auto de Infração que se transforma em Processo Administrativo com duplo grau de recurso. Sendo julgado procedente, é aplicada uma multa para cada infração. Obs.: a) Os dados sobre trabalhadores registrados não foram computados entre 1997 e 1999. Os dados de pagamento de indenizações não foram computados entre 1997 e 1999; b) Data de acesso: 16/02/2011

TABELA 100

Distribuição das operações de fiscalização móvel de combate ao trabalho escravo - Unidades da Federação 2010⁽¹⁾ (em %)

Unidades da Federação	Operações	Fazendas fiscalizadas	Trabalhadores libertados	Valor das indenizações	Autos de infração lavrados ⁽²⁾
Acre	0,7	0,3	0,3	0,2	0,3
Amazonas	1,4	1,6	1,1	4,3	1,2
Bahia	3,5	4,9	3,8	3,1	3,0
Espírito Santo	2,8	1,6	4,1	1,9	1,5
Goiás	7,7	8,1	13,1	11,8	10,1
Maranhão	4,9	2,9	4,5	1,9	4,0
Mato Grosso	14,0	13,3	4,6	4,0	8,9
Mato Grosso do Sul	0,7	0,3	0,3	0,1	0,2
Minas Gerais	12,6	6,5	19,4	33,4	15,8
Pará	23,1	35,6	21,3	20,9	27,7
Paraíba	0,7	0,3	1,0	0,3	0,5
Paraná	4,2	8,4	4,6	2,8	8,2
Pernambuco	0,7	0,3	0,0	0,0	0,2
Piauí	2,1	1,0	0,8	0,4	0,9

continua

Distribuição das operações de fiscalização móvel de combate ao trabalho escravo - Unidades da Federação 2010⁽¹⁾ (em %)

Unidades da Federação	Operações	Fazendas fiscalizadas	Trabalhadores libertados	Valor das indenizações	Autos de infração lavrados ⁽²⁾
Rio de Janeiro	2,1	1,0	2,2	0,4	0,6
Rio Grande do Sul	0,7	0,3	0,9	0,3	0,3
Rondônia	3,5	2,3	1,4	1,2	1,9
Santa Catarina	6,3	5,5	9,6	4,5	5,5
São Paulo	5,6	2,6	3,5	5,8	4,3
Tocantins	2,8	3,2	3,5	2,7	4,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTE. SIT/Defit/Detrae
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Atualizado em 16 de fevereiro de 2011

(2) Para cada irregularidade encontrada é lavrado um Auto de Infração que se transforma em Processo Administrativo com duplo grau de recurso. Sendo julgado procedente, é aplicada uma multa para cada infração

Obs.: Não há dados disponíveis para as demais Unidades da Federação

Glossário

Referências

ACAMPAMENTOS - Espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra organizadas reivindicam assentamentos. Na pesquisa Conflitos no Campo da CPT registra-se somente o ato de acampar.

AGRICULTURA PATRONAL - Refere-se aos estabelecimentos onde a direção dos trabalhos não é exercida pelo produtor e/ou o trabalho contratado é superior ao familiar. Além disso, ainda que estes dois critérios não sejam verificados, o estabelecimento é de agricultura patronal se a área for superior a que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho associado à tecnologia de que dispõe.

AGRONEGÓCIO - Agronegócio (*agribusiness*) é o conjunto de negócios relacionados à agricultura do ponto de vista econômico. É dividido em três partes: a) a de negócios agropecuários propriamente ditos (ou de “dentro da porteira”) que representam os produtores rurais, sejam eles pequenos, médios ou grandes produtores; b) os negócios à montante (ou “da pré-porteira”) aos da agropecuária, representados pela indústria e pelo comércio que fornecem insumos para os negócios agropecuários; c) negócios à jusante (ou “pós-porteira”) que são aqueles negócios que compram os produtos agropecuários, os beneficiam, os transportam e os vendem para os consumidores finais.

AMAZÔNIA LEGAL - Corresponde aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e tem uma área de 501.952.473,88 ha.

ANO-AGRÍCOLA - Período de 12 meses que compreende o ciclo produtivo do tipo de agricultura predominante em determinada região, começando com o preparo do solo para a semeadura. No Brasil, o período tomado como referência na divulgação das estatísticas agrícolas se inicia no dia 1º de julho.

APICULTURA - É o ramo da agricultura que estuda as abelhas produtoras de mel e as técnicas para explorá-las convenientemente em benefício do homem. Inclui técnicas de criação de abelhas e a extração e comercialização de mel, cera, geléia real e própolis.

AQUICULTURA - Processo de produção em cativeiro, de organismos com habitat predominantemente aquático, tais como peixes, camarões, rãs, entre outras espécies.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) - A APA é uma Unidade de Conservação que visa a proteção da vida silvestre, manutenção de bancos genéticos e dos demais recursos naturais, através da adequação e orientação das atividades humanas na área, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população. Trata-se de uma forma de conservação que disciplina o uso e a ocupação do solo, através do zoneamento, procedimentos de controle e fiscalização, programas de educação e extensão ambiental.

ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO - A criação de uma Área de Relevante Interesse Ecológico tem como finalidade a proteção de uma área natural de grande valor ecológico e extensão relativamente pequena (sempre inferior a 5.000 hectares), regulamentando e disciplinando a utilização de seus recursos ambientais.

ÁREA EXPLORADA - Para o Incra, são áreas com culturas, reflorestadas com essências nativas, extração vegetal, pastagens e exploração granjeira ou aquícola.

ÁREAS EXPLORÁVEIS - Corresponde ao somatório da área explorada e da área aproveitável (explorável) mas não utilizada.

ARRENDATÁRIO - Condição do produtor que toma as terras do estabelecimento em arrendamento mediante o pagamento de quantia fixa em dinheiro ou sua equivalência em produtos ou prestação de serviços.

AUXÍLIO-ACIDENTE PREVIDENCIÁRIO - “O auxílio-acidente previdenciário, regulamentado pela Lei nº 9.032/95 é devido ao segurado da Previdência que, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, sofra de redução de capacidade funcional. É pago a título de indenização e corresponde a 50% do salário-de-benefício do segurado. O recebimento de salário ou a concessão de outro benefício não prejudica a continuidade do recebimento do auxílio-acidente, vedada a acumulação com qualquer aposentadoria.”

AUXÍLIO-DOENÇA - O auxílio-doença tem caráter temporário e é devido ao segurado que fica incapacitado por motivo de doença. São três as espécies de auxílio-doença (Auxílio-doença do trabalhador rural, Auxílio-doença previdenciário, e Auxílio-doença (extinto Plano Básico), sendo que apenas o Auxílio-doença previdenciário ainda é concedido.

AUXÍLIO-RECLUSÃO - O auxílio-reclusão é devido ao(s) dependente(s) do segurado detento ou recluso, desde que este não receba qualquer espécie de remuneração da empresa, nem esteja em gozo de auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço ou tenha remuneração superior a R\$ 586,19 (a partir de 1º de maio de 2004).

BALANÇA COMERCIAL - Apresentação do valor das exportações e importações de um país, sem o cômputo dos fretes e seguros envolvidos nessas operações. O seu saldo será positivo (superávit) quando o valor das exportações superar o das importações e negativo (déficit) no caso contrário.

BENS DE CONSUMO DURÁVEIS E NÃO-DURÁVEIS - Bens utilizados diretamente pelos consumidores finais, isto é, que não se destinam para a produção de outros bens, seja como bens de capital, seja como bens intermediários. Conforme a maior ou menor duração do período de sua utilização, eles são classificados como bens duráveis ou não-duráveis.

BIOMA - Conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria. No Brasil, são identificados seis Biomas: Bioma Pantanal, que constitui a maior superfície inundável interiorana do mundo. O Bioma Amazônia é definido pela unidade de clima, fisionomia florestal e localização geográfica. O Bioma Mata Atlântica, que ocupa toda a faixa continental atlântica leste brasileira e se estende para o interior no Sudeste e Sul do País, é definido pela vegetação florestal predominante e relevo diversificado. O Pampa, restrito ao Rio Grande do Sul, se define por um conjunto de vegetação de campo em relevo de planície. A vegetação predominante dá nome ao Cerrado, segundo bioma do Brasil em extensão, que se estende desde o litoral maranhense até o Centro-Oeste e ao Bioma Caatinga, típico do clima semiárido do sertão nordestino.

Glossário

CADEIA PRODUTIVA - A Cadeia Produtiva é o conjunto de componentes interativos, incluindo os sistemas produtivos, fornecedores de insumos e serviços, indústrias de processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, além de consumidores finais de uma determinada família de produtos acabados.

CANALIZAÇÃO INTERNA - Domicílio que tem água canalizada para pelo menos um cômodo.

CESSIONÁRIO - Pessoa que explorava o empreendimento em bem móvel ou imóvel, de propriedade de terceiros, com consentimento para usá-lo sem nada pagar.

CONFLITOS POR TERRA - Ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros etc.

CONFLITOS TRABALHISTAS - Ações de resistência dos trabalhadores assalariados que reivindicam aumento de salário e manutenção dos direitos. Também se referem a situações de sujeição, exploração e desrespeito à pessoa e aos direitos dos trabalhadores nas relações de trabalho.

CRÉDITO FUNDIÁRIO - É um programa que possibilita aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra, minifundistas e jovens rurais o acesso à terra por meio de financiamento para aquisição de imóveis rurais. São também financiados os investimentos em infraestrutura básica (casas, energia elétrica, rede de abastecimento de água, estradas), para a estruturação da unidade produtiva (assistência técnica, investimentos iniciais na produção) e projetos comunitários. Há créditos adicionais para projetos de convivência com a seca no semiárido e para recuperação de passivos ambientais.

CRÉDITO RURAL - Modalidade de crédito que tem por objetivo estimular os investimentos rurais feitos pelos produtores ou por suas associações; favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos

agropecuários; fortalecer o setor rural; incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento de produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada utilização dos recursos naturais.

DOMICÍLIOS - O IBGE conceitua domicílio como o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos.

ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO (IBGE) - Considerou-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processa uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento e a extração de produtos vegetais.

ESTAÇÃO ECOLÓGICA - A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. É de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA - É a maneira como está organizada a propriedade da terra e o tamanho dessas propriedades em um dado momento histórico.

EXPORTAÇÃO - Vendas para o exterior de bens e serviços produzidos em um país.

FLORESTA NACIONAL / ESTADUAL - A Floresta Nacional é definida pelo SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - como sendo uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e que tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável, sendo permitida a permanência de população tradicional existente quando da sua criação.

Glossário

FOB – Free On Board (livre a bordo) - Denominação da cláusula de contrato segundo a qual o frete não está incluído no custo da mercadoria. Valor do FOB é o preço de venda da mercadoria acrescido de todas as despesas que o exportador fez até colocá-lo a bordo.

FOSSA SÉPTICA - Quando as águas servidas e os dejetos são esgotados para uma fossa, onde passam por um processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida absorvida no próprio terreno ou canalizada para um desagudouro geral da área, região ou município.

IDH-T - É utilizado para aferir o nível de desenvolvimento humano territorial. O IDH-T é a soma dos produtos de cada parâmetro do IDH-M pela ponderação da população de cada município do Território.

IMÓVEIS INCONSISTENTES - Imóveis cujos registros foram eliminados por pelo menos um dos seguintes motivos: 1) imóveis com área superior à superfície territorial do município de localização objeto do cadastro; 2) atualizações com código de motivo inválido; 3) imóveis sem declaração de área total.

IMÓVEIS INEXPLORADOS - Para o Incra, são os imóveis sem declaração de área explorada.

IMÓVEIS PRODUTIVOS - Para o Incra, corresponde aquele que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, Grau de Utilização da Terra - GUT (relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área explorável total do imóvel) igual ou superior a 80% e Grau de Eficiência na Exploração - GEE (relação percentual entre a produção animal e vegetal, divididas pelos respectivos índices de rendimento estabelecidos pelo Incra, e a área efetivamente utilizada) igual ou superior a 100%.

IMÓVEL RURAL (Incra) - Imóvel Rural, para os fins de cadastro do Incra, é o prédio rústico, de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencente a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizada em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial, independente de sua localização na zona rural ou urbana do município, com as seguintes

restrições: I - Os imóveis localizados na zona rural do município cuja área total for inferior a 5.000 m² não são abrangidos pela classificação de “Imóvel Rural” e não são objeto de cadastro; II - Os imóveis rurais localizados na zona urbana do município somente serão cadastrados quando tiverem área total igual ou superior a dois ha e que tenham produção comercializada.

IMPORTAÇÃO - Compras de bens e serviços produzidos no exterior pelos residentes de um país.

INATIVOS - Parcela da PIA (População em Idade Ativa) que não está ocupada ou desempregada. Incluem-se as pessoas sem procura de trabalho que, nos últimos 30 dias, realizaram algum trabalho de forma excepcional porque lhes sobrou tempo de seus afazeres principais.

LAVOURA PERMANENTE - Plantio de culturas de longa duração, que após a colheita não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Inclui as áreas ocupadas por viveiros de mudas de culturas permanentes.

LAVOURA TEMPORÁRIA - Plantio de culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitam, geralmente, de novo plantio após cada colheita, inclui as áreas das plantas forrageiras destinadas ao corte.

LOCAL DE RESIDÊNCIA - Segundo a localização do domicílio, a situação é urbana ou rural, conforme definida por Lei Municipal em 1º de agosto de 2000. Em situação urbana consideram-se as áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Este critério também é usado na classificação da população urbana e rural.

MÓDULO FISCAL - Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: 1) tipo de exploração predominante no município; 2) renda obtida com a exploração predominante; 3) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada; 4) o conceito de propriedade familiar.

MONUMENTO NATURAL - Entende-se por monumento natural uma ocorrência natural contendo um ou mais aspectos que, pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua conservação e a manutenção da sua integridade.

NEGOCIAÇÕES COLETIVAS - Processo de entendimento entre trabalhadores e patrões, que visa a obtenção de um acordo a respeito de reivindicações colocadas pelos primeiros, geralmente durante uma campanha salarial. Pela legislação atual, não ocorrendo o acordo, qualquer das partes poderá requerer a instauração de um processo de dissídio coletivo na Justiça do Trabalho. Esta atuará, em um primeiro momento, como mediadora entre as partes na tentativa de conciliação. Em caso de malogro, participa como árbitro, proferindo uma sentença normativa com cláusulas que deverão vigorar no prazo estipulado para sua vigência, geralmente de um ano. Em caso de greve, o dissídio pode ser instaurado também pelo Procurador Regional do Trabalho, mesmo que as partes não o solicitem.

OCUPAÇÕES DE TERRA - Ações coletivas das famílias sem terra que, por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social.

OCUPANTE - Condição do produtor que explora terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário), nada pagando o produtor pelo seu uso.

PARCEIRO - Condição do produtor que explora o estabelecimento de terceiros em regime de parceria mediante contrato verbal ou escrito do qual resulta a obrigação de pagamento, ao proprietário, de um percentual da produção obtida.

PARQUE NACIONAL / ESTADUAL - Os Parques Nacionais e Estaduais são unidades de conservação de proteção integral. Destinam-se à preservação integral de áreas naturais com características de grande relevância sob os aspectos ecológicos, beleza cênica, científico, cultural, educativo e recreativo, vedadas as modificações ambientais e a interferência humana direta.

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO - Valor do total de bens e serviços finais produzidos em um país durante um deter-

minado período. Bens e serviços finais são aqueles que não são utilizados como insumos na produção de outros bens e serviços, pelo menos no período a que se refere o cálculo do PIB.

POPULAÇÃO DESOCUPADA/DESOCUPADOS - Para o IBGE: foram classificadas como desocupadas, na semana de referência, as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA - PEA - É a parcela da População em Idade Ativa (PIA) que está ocupada ou desempregada.

POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA - PIA - Corresponde à população com 10 anos ou mais.

POPULAÇÃO OCUPADA/OCUPADOS - Definição utilizada pelo IBGE: são as pessoas que têm algum trabalho remunerado ou não. Incluem-se as pessoas que possuem trabalho, mas não estavam trabalhando por motivo de doença, férias, greves etc.

POSSE - “Para a CPT, o conceito de posse não está ligado ao conceito juridicamente estabelecido. Refere-se a qualquer forma de posseção - posse, propriedade ou ocupação da terra. Refere-se à violência sofrida pelos trabalhadores que de alguma forma tinham a posse de uma determinada área.”

POSSEIRO - Pessoa que explorava o empreendimento em bem, móvel ou imóvel, de propriedade de terceiros, sem ter consentimento para usá-lo e nada pagando.

PRESERVAÇÃO PERMANENTE - Área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º do Código Florestal, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

PRODUTIVIDADE - Resultado da divisão da produção física obtida numa unidade de tempo por um dos fatores empregados na produção (trabalho, terra, capital).

PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DO BIODIESEL (PNPB) - Tem como objetivo implementar, de forma sustentável, a produção e uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda. São três as principais diretrizes do PNPB: a) implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social; b) garantir preços competitivos, qualidade e suprimento; c) produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas.

PROPRIETÁRIO - Para o IBGE é a condição do produtor que explora diretamente as terras de sua propriedade, inclusive por usufruto, foreiro etc.

PROTEÇÃO INTEGRAL - Manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais.

QUILOMBOLAS - São grupos de negros que vivem predominantemente em áreas rurais (atualmente, alguns estão mais próximos das áreas urbanas). Essas comunidades têm uma história de luta pela liberdade, desde que seus antepassados foram trazidos da África como escravos, e hoje lutam por um pedaço de terra onde possam viver de acordo com suas tradições. Outra característica marcante é a ocupação do território de acordo com ligações de parentesco. Os moradores de comunidades quilombolas sempre fazem referência a um ancestral comum, que pode ser real ou imaginário (um personagem lendário, por exemplo), e que foi o primeiro a chegar naquelas terras.

REDE COLETORA - Sistema de coleta de águas servidas e dejetos ligado a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo quando o sistema não dispõe de estação de tratamento da matéria esgotada.

REDE GERAL DE ÁGUA - Quando o domicílio é servido por água proveniente de uma rede geral de distribuição, canalizada para o domicílio ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade em que se situa.

REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE - Os Refúgios de Vida Silvestre pertencem ao grupo de unidades de conservação de

proteção integral, e têm como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Pode ser constituído por áreas particulares. No caso de incompatibilidade dos objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

REGISTRO NO MTE - Consideram-se sindicatos com registo no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), aqueles que possuem carta de reconhecimento (carta sindical) ou registo sindical; Sindicatos sem registo no MTE são aqueles que possuem apenas registo em cartório ou possuem registo em cartório e apresentaram pedido de registo no Ministério do Trabalho e Emprego.

RENDIMENTO DO ALUGUEL - Refere-se ao rendimento monetário bruto proveniente de: aluguel de bens imóveis (aluguel, ocupação, uso ou exploração de direitos de bens imóveis, inclusive sublocação de casas, apartamentos, cômodos, sítios, lojas, vagas em garagem, fazendas, terras e outros) e de aluguel de bens móveis (aluguel, uso ou exploração de direitos de bens móveis como, por exemplo, veículos, apetrechos para festas, exploração de direitos autorais e invenções).

RENDIMENTO DO TRABALHO - Refere-se à remuneração monetária bruta proveniente do trabalho de empregado (público, privado ou doméstico e empregado temporário na área rural), empregador e conta própria. **Rendimento do Empregado:** Rendimento da pessoa que trabalha para um empregador, geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho recebendo, em contrapartida, remuneração total ou parcial em dinheiro. São incluídos também outros tipos de remuneração: horas extras, participação nos lucros, auxílio-refeição, auxílio-transporte, auxílio-combustível e outros. Empregador é a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, tendo pelo menos um empregado remunerado. Conta própria é a pessoa que, individualmente ou com auxiliares não-remunerados, explora uma atividade econômica ou exerce uma profissão ou ofício de forma permanente ou eventual (por necessidade de reforço

no orçamento). Considerou-se como rendimento do empregador ou conta própria a retirada ou ganho líquido. Esse valor corresponde aos rendimentos recebidos, deduzidas as despesas necessárias ao exercício da atividade econômica.

RENDIMENTO NÃO-MONETÁRIO - Parcela equivalente às despesas não-monetárias definidas como tudo que é produzido, pescado, caçado, coletado ou recebido em bens (troca, doação, retirada do negócio, produção própria e salário em bens) utilizados ou consumidos durante o período de referência da pesquisa e que, pelo menos na última transação, não tenha passado pelo mercado. É importante observar que as despesas não-monetárias são iguais, em termos contábeis, às receitas não-monetárias com exceção do aluguel estimado. Para a imputação do valor do rendimento não-monetário correspondente ao aluguel de imóveis, foram deduzidas, do valor do aluguel estimado pelas unidades de consumo, as despesas com manutenção e reparos, impostos, taxas de serviços e seguros com o domicílio, conforme as recomendações contidas no documento Informe de la *decimoséptima Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo* (2003).

RESERVA BIOLÓGICA - São áreas delimitadas com a finalidade de preservação e proteção integral da fauna e flora, para fins científicos e educativos, onde é proibida qualquer forma de exploração dos seus recursos naturais.

RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - É uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

RESERVA EXTRATIVISTA - As Reservas Extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações tradicionais. Em tais áreas é possível materializar o desenvolvimento sustentável, equilibrando interesses ecológicos de conservação ambiental, com interesses sociais de melhoria de vida das populações que ali habitam.

RESERVA LEGAL - Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NACIONAL - É uma Unidade de Conservação em área privada, gravada em caráter de perpetuidade, com o objetivo de preservar a diversidade biológica.

SERICICULTURA - É a parte da zootecnia especial que trata do estudo e da criação do bicho-da-seda.

SILVICULTURA - Ato de criar e desenvolver povoamentos florestais, satisfazendo as necessidades de mercado.

TAXA DE ANALFABETISMO - Percentual de pessoas analfabetas (incapazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no seu idioma) em relação ao total de pessoas de cada faixa etária.

TERRAS INAPROVEITÁVEIS - Para o IBGE, são as formadas por terras imprestáveis para a formação de culturas, pastos e matas, tais como: areais, pântanos, encostas íngremes, pedreiras etc. e as formadas pelas áreas ocupadas com estradas, caminhos, construções, canais de irrigação, açudes etc.

TERRAS PRODUTIVAS NÃO UTILIZADAS - Para o IBGE, são as áreas que se prestam à formação de culturas, pastos ou matas, mas não estão sendo utilizadas para tais finalidades por pelo menos quatro anos.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA - O Programa Territórios da Cidadania foi concebido para otimizar uma ação conjunta dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, além da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, na implementação de diversas políticas públicas em espaços pré-definidos denominados Territórios Rurais. Em outras palavras, é um programa de desenvolvimento regional e de garantia de direitos sociais voltados às regiões que mais precisam.

TERRITÓRIOS RURAIS - Para a SDT, a abordagem territorial do desenvolvimento rural sustentável é uma visão es-

Glossário

sencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas. Essa abordagem considera que a equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento, a valorização da cultura local e inclusão social são objetivos fundamentais a serem atingidos. A “identidade” é considerada fundamental para aumentar a coesão social e territorial, facilitando a concretização de processos negociados de desenvolvimento sustentável.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO - UC - Unidade de Conservação (UC) é um espaço e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de preservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

USO SUSTENTÁVEL - Exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

VALOR ADICIONADO - Valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

BANCO CENTRAL. **Anuário estatístico do crédito rural 2010**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURALr>>. Acesso em: mar. 2011.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Safras**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: abr. 2011.

_____. **Indicadores da agropecuária**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=543&t=>>. Acesso em: abr. 2011.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Graziano da; FRANÇA, Caio Galvão de (Org.). **Fome zero: a experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010. (Série NEAD especial, 12).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cartografia**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: abr. 2011.

_____. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: abr. 2011.

_____. **Censo demográfico: Brasil 1950-2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: abr. 2011.

_____. **Contas nacionais trimestrais: referência 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: mar. 2011.

_____. **Pesquisa de orçamentos familiares**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: abr. 2011.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: fev. 2008.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD: microdados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001-2009. CD-ROM.

Referências

- _____. **Pesquisa pecuária municipal**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: mar. 2011.
- _____. **Produção agrícola municipal**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: abr. 2011.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **O Brasil desconcentrando terras**. Brasília: INCRA, 2001.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PNERA)**. Brasília: INEP, 2005. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: jan. 2011.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cadastro nacional de unidades de conservação**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por e-mail do MMA em: 3 abr. e 9 maio 2008.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados: CAGED**: microdados. Brasília: MTE, 2008-2010. CD-ROM.
- _____. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: UNESP, 2004.
- _____. **PIB da agricultura familiar**: Brasil-estados. Brasília: MDA, 2007.
- _____. **Relação Anual de Informações Sociais**: RAIS: microdados. Brasília: MTE, 1998-2010. CD-ROM.
- DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Graziano da; FRANÇA, Caio Galvão de (Org.). **Fome zero: a experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010. (Série NEAD especial, 12).

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ESCRITÓRIO NACIONAL: Rua Aurora, 957, 1º andar, Centro - São Paulo - SP - CEP 01209-001
Tel.: (11) 3874-5366 - Fax: (11) 3874-5394 - en@dieese.org.br - www.dieese.org.br

DIREÇÃO SINDICAL EXECUTIVA

Zenaide Honório - *Presidenta* - Sindicato Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp)

Josinaldo José de Barros - *Vice-presidente* - STI Metal., Mecânicas e de Mat. Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa Isabel

Pedro Celso Rosa - *Secretário* - STI Metalúrgicas de Máquinas, Mecânicas, Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba

Alberto Soares da Silva - *Diretor Executivo* - STI de Energia Elétrica de Campinas

João Vicente Silva Cayres - *Diretor Executivo* - STI Metalúrgicas do ABC

Ana Tércia Sanches - *Diretora Executiva* - SEEB São Paulo, Osasco e Região

Antônio de Sousa - *Diretor Executivo* - STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região

Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - *Diretor Executivo* - Sindicato dos Eletricistas da Bahia

José Carlos Souza - *Diretor Executivo* - STI de Energia Elétrica de São Paulo

Mara Luzia Feltes - *Diretora Executiva* - Sindicato Empregados em Empresas de Assessoramentos, Perícias, Informações, Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS

Roberto Alves da Silva - *Diretor Executivo* - FT em Serviços de Asseio e Conserv. Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de SP

Maria das Graças de Oliveira - *Diretora Executiva* - Sindicato Servidores Públicos Federais de PE

Tadeu Moraes de Sousa - *Diretor Executivo* - STI Metalúrgicas, Mecânicas, Material Elétrico SP, Mogi e Região

DIREÇÃO TÉCNICA

Clemente Ganz Lúcio - *Diretor técnico*

Ademir Figueiredo - *Coordenador de estudos e desenvolvimento*

José Silvestre Prado de Oliveira - *Coordenador de relações sindicais*

Nelson Karam - *Coordenador de educação*

Francisco J. C. de Oliveira - *Coordenador de pesquisas*

Rosana de Freitas - *Coordenadora administrativa e financeira*

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

Pedro dos Santos Bezerra Neto

Fernando Adura Martins

Guilherme Silva Araújo

Vinícius Bredariol

Cristiane Bibiano Silva

Rafael Rocha da Silva

Aline de Freitas

Geni Marques

Chrissie Colbachini (Estagiária)

DIAGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA

Caco Bisol Produção Gráfica

(Márcia Helena Ramos - diagramação)

Impressão

Gráfica Garilli

Tiragem: 5 mil exemplares



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

